



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº SEI 4/2026.

O Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná – CRF-PR, com sede na Rua Presidente Rodrigo Otávio nº 1.296, Hugo Lange, Curitiba/PR, atendendo ao determinado pelas disposições da *Lei Federal nº 14.133/2021* e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital e em seus anexos, torna público que realizará licitação nos seguintes moldes:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**

Critério de julgamento: **MAIOR DESCONTO**

Modo de disputa: **ABERTO**

Data da Sessão Pública: **01/06/2026, às 09h00min**

Local: [Sistema de Compras do Governo Federal](#)

UASG: **389454**

Valor total estimado da contratação: **R\$116.957,00 (cento e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e sete reais)**

SUMÁRIO

[1. DO OBJETO.](#)

[2. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES.](#)

[3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.](#)

[4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.](#)

[5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.](#)

[6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.](#)

[7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTA E FORMULAÇÃO DE LANCES.](#)

[8 DA FASE DE JULGAMENTO.](#)

[9 DA FASE DE HABILITAÇÃO.](#)

[10 DO TERMO DE CONTRATO.](#)

[11 DOS RECURSOS.](#)

[12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.](#)

[13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.](#)

[14 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.](#)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução do Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e Desastres (**PTPID**) do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF-PR), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item com valor global, o preço total estimado já contempla os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) e a disputa de preços será realizada com o critério de **maior desconto** nos valores orçados (Tabela de Referência: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - **SINAPI**).

1.3 Os serviços deverão ser executados na Sede do CRF-PR em Curitiba, na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1296 e as especificações do projeto e suas condições constam no Termo de Referência e seus anexos (CATSER 2011: Instalação e Montagem de Sistema de proteção contra incêndio).

1.4 A vigência contratual está condicionada a execução integral do objeto, ou seja, o contrato será considerado executado após o recebimento definitivo da solução.

2. DAS CONDIÇÕES PRELIMINARES

2.1 Este processo licitatório será realizado na modalidade de Pregão Eletrônico e, por conseguinte, conduzido por representante do CRF-PR denominado Pregoeiro, o qual será responsável pela inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o [Sistema de Compras do Governo Federal](#).

2.2 A publicidade deste edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#) e no [sítio eletrônico do CRF-PR](#).

2.3 Em atendimento ao que determina a lei, ocorrerá a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Estado do Paraná, bem como em jornal diário de grande circulação.

2.4 Este edital ficará disponível pelo período mínimo de **10 (dez) dias úteis**, contados a partir da data de sua publicação, conforme prazo indicado no art. 55 da Lei nº 14.133/2021 para contratação de serviços comuns de engenharia.

2.5 A simples participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Pregão e, no caso de omissão na proposta, considerar-se-á que as suas especificações serão as que constam no Termo de Referência anexo deste Edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com cadastro regular no [Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF](#) e no [Sistema de Compras do Governo Federal](#).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3 O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6 Essa Licitação não é exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos

termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considerando o valor total estimado.

3.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8 Será admitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, observados os termos da Lei nº 14.133/2021.

3.9 Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

3.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11 O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14 O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16 A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1 O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte (se houver), a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10 O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.11 A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

6.1.1 percentual de desconto concedido na tabela de referência (SINAPI) total do item;

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12 O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11 Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão

pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18 Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

7.19.3 desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.20 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1 empresas brasileiras;

7.20.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009

7.21 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23 Após a negociação do preço, se necessário, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.2 A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022. Para isso, o licitante **deve encaminhar proposta formal** com, no mínimo, as mesmas informações do Modelo de Proposta disponibilizado no anexo deste Edital, a partir da solicitação do Pregoeiro.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1 conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projetos;

8.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10 Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.10.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.10.2 No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os

respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Verificada a compatibilidade da proposta e o atendimento aos requisitos previstos neste edital, a proposta será aceita e iniciar-se-á a fase subsequente.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe. **De todo modo, o licitante deverá anexar esta documentação quando convocado, para que se mantenham o amplo acesso aos dados e a transparência na licitação.**

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia autenticada em cartório.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10 Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia do local** de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio dos endereços eletrônicos: licitacao@crf-pr.org.br e compras@crf-pr.org.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal **assinada pelo seu responsável técnico** acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13 A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.14 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos

existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16 Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3 Os prazos do item anterior poderá ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4 O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5 Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato. Além disso, o licitante deverá observar as disposições do Termo de Referência quanto a comprovação de vínculo do responsável técnico (Qualificação Técnico-Profissional - item 9.34 do TR).

10.5.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez)

minutos.

11.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico oficial do CRF-PR.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6 fraudar a licitação;

12.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.7.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

12.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 advertência;

12.2.2 multa;

12.2.3 impedimento de licitar e contratar e

12.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4 A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial e seu percentual será calculado após avaliação da comissão de apuração de responsabilidade indicada pela autoridade competente.

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver

proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15 Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

12.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguintes endereço de e-mail: licitacao@crf-pr.org.br.

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRF-PR, acessível por meio deste [LINK](#).

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1.1 Anexo I - Termo de Referência;

14.1.1.1 Estudo Técnico Preliminar, como apêndice do Anexo I;

14.1.2 Anexo II - Minuta de Contrato;

14.1.3 Anexo III - Modelo de Proposta.

14.1.4 Anexo IV - Planilha de Orçamento Editável.

Curitiba, 13 de maio de 2026.

Valquires S. Godoy - Autoridade Competente



Documento assinado eletronicamente por **Valquires Souza Godoy, Presidente do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná**, em 13/05/2026, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1199685** e o código CRC **5C2972E1**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 1192886/2026.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada para execução do Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e Desastres (PTPID), incluindo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, os testes e comissionamento, conforme o projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros e as demais normas técnicas aplicáveis, no Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, situado na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1296, Hugo Lange, em Curitiba, Paraná.

1.2 O serviço de engenharia objeto desta contratação enquadra-se como comum, nos termos do inciso XXI, alínea "a" do art. 6º da Lei 14.133/2021 e encontra-se no Catálogo de Materiais e Serviços do Governo Federal como:

GRUPO	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA
873 - Serviços de Instalação	2011	Instalação e Montagem de Sistema de proteção contra incêndio	UND

1.3 O prazo de vigência da contratação é limitado à conclusão dos serviços, considerada inclusa a fase de recebimento definitivo do objeto, prorrogável na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 O processo de regularização do edifício do CRF-PR junto ao Corpo de Bombeiros foi protocolado sob número 2.2.01.20.0001356200-77, sendo aprovado pelo órgão competente em 09/12/2022, NIB 1356200/2022. Em 16/10/2024 foi protocolado Termo de Ajustamento de Conduta, protocolo 22.907.932-8, firmando entre o CRF-PR e o Corpo de Bombeiros – 1GB SPCIP REGIONAL, no qual foi acordado a regularização e adequação da edificação em 730 dias, até 04/11/2026.

2.2 Foi emitido CVCB (Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e o CLCB (Certificado de Liberação do Corpo de Bombeiros) a título precário por 365 dias e estabelecido cronograma para as adequações, as quais compreendem as seguintes etapas:

2.2.1 Adequação segurança estrutural: arrumar sentido de portas de rota de fuga e instalar porta corta fogo com barra anti-pânico.

2.2.2 Instalação de escada de rota de fuga: instalar escada externa de rota de fuga.

2.2.3 Instalação rede de hidrantes e alarme: instalar infraestrutura, conexões, cabeamento, central de alarme, acionador sirene de acionador alarme, de bomba.

2.2.4 Construção reserva técnica de incêndio: construir toda a alvenaria da casa de bomba.

2.2.5 Instalação casa de bombas de hidrantes: instalar o barrilete, com conexões, bomba elétrica e quadro de comando.

2.2.6 Instalação e configuração elétrica dos sistemas preventivos e testes finais: start no alarme de incêndio, energização do quadro de comando e testes finais.

2.3 Os serviços deverão ser realizados conforme Projeto Executivo e Memorial Descritivo elaborado pela empresa Vanguarda Engenharia, CNPJ nº 57.231.448/0001-33, sob responsabilidade técnica de André Azevedo de Abreu Pinto – CREA/PR 190.050.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026 do CRF-PR, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 76693886000168-0-000001/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 02/04/2025;

III) Id do item no PCA: 19;

IV) Classe/Grupo: 873 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO;

V) Identificador da Futura Contratação: 30/2026;

2.5 A contratação se justifica pela necessidade de adequar as instalações às normas de segurança contra incêndio e pânico, garantindo proteção à vida e ao patrimônio, em conformidade com:

- Lei Federal nº 13.425/2017;

- Normas Técnicas da ABNT (NBR 9077, NBR 10898, NBR 13714, etc.);

- Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros do Estado;

- Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A contratada deverá executar todos os serviços descritos no projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros, que incluem:

- Instalação de rede de hidrantes e mangotinhos (NBR 13714);

- Sistema de detecção e alarme de incêndio (NBR 17240);

- Instalação de iluminação de emergência (NBR 10898);

- Instalação de sinalização de emergência (NBR 13434);

- Adequação de rotas de fuga e saídas de emergência (NBR 9077);

- Testes, laudos e obtenção do AVCB.

3.2 A documentação técnica (projeto executivo, memoriais, relatório fotográfico, planilha de orçamento, relação de itens) elaborada pelo engenheiro responsável será disponibilizada na publicação do Edital.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no ETP, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 A contratação deverá buscar a racionalização do consumo de energia na execução dos serviços abrangidos no objeto;

4.1.2 Os resíduos sólidos gerados deverão ser descartados conforme as normativas ambientais vigentes;

4.1.3 A condução dos serviços deverá observar a legislação ambiental, com preservação ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação de serviços. É dever da contratada orientar seus empregados quanto ao cumprimento da coleta seletiva e do Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, em especial nos recipientes adequados para coleta seletiva, disponibilizados nas dependências da Administração;

4.1.4 A execução dos serviços deverá obedecer às orientações do fiscal/gestor do contrato, quanto à utilização dos espaços, dos materiais, do descarte e da limpeza do ambiente.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação de empresas para a prestação do serviço objeto desta licitação.

Garantia da contratação

4.3 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, **em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.**

4.3.1 Tratando-se de serviço de engenharia, **será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.4 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.4.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.4.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.4.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.4.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.4.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.5 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica com correção monetária.

4.6 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.7 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.8 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.8.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.9 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.9.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.9.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.9.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10 A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

4.10.1 O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

4.11 No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.14.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.14.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados

ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.15.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.15.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente pelo índice eleito no termo de contrato.

4.17 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.20 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por funcionário designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas.

4.21 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.22 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.22.1 O interessado deverá enviar e-mail para os endereços: compras@crf-pr.org.br e licitacao@crf-pr.org.br para solicitar agendamento da vistoria.

4.22.2 Vistorias sem agendamento prévio não serão autorizadas, por questão de segurança.

4.23 Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.24 A não realização da vistoria **não poderá** embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.24.1 É importante mencionar que as condições da rua onde o imóvel do Conselho se encontra não suporta caminhões de grande porte devido a vegetação que permeia o pavimento.

4.25 Será exigido que a empresa e seu responsável técnico possuam registro ativo no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) / CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), comprovado com a emissão de certidão.

4.26 Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá comprovar o registro no conselho de classe competente - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), bem como apresentar o registro do responsável técnico, realizando a Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

4.27 A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e experiência comprovada nos serviços semelhantes pelo objeto da licitação, devendo ter disponibilidade de materiais e de equipamentos para execução dos serviços e pessoal técnico especializado para o cumprimento do objeto da licitação.

4.28 A licitante deverá atentar-se à planilha orçamentária disponibilizada, à relação de itens, os memoriais descritivo, projetos e demais documentações que fundamentaram a contratação para formular sua proposta de preços, observando o critério de julgamento da licitação.

4.29 Todo o material, pessoal, estrutura de guarda e armazenagem de ferramentas, e o que mais contemplar à execução ficará a cargo da empresa contratada. O CRF-PR não se responsabilizará por qualquer perda ou avaria nos instrumentos ou ferramentas deixadas no local da execução, a não ser que haja prévia autorização do gestor do contrato.

4.30 A empresa interessada deverá observar as composições constantes na tabela SINAPI com referência do mês de março/2026 para elaborar sua proposta, dentro do previsto pelo engenheiro responsável pelo projeto e orçamentação.

4.31 A contratada deverá manter no local das obras um "**Diário de Obras**", no qual serão feitas **anotações diárias** referentes ao andamento do serviço, uso dos materiais, mão de obra, fatos importantes relativos ao andamento da execução, cronograma onde se visualize facilmente as programações e as posições atualizadas do serviço, como também reclamações, advertências e problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes.

4.31.1 As anotações deverão ser rubricadas diariamente pela Contratada e pelo fiscal do contrato.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A contratada deverá executar os serviços de acordo com a documentação técnica disponibilizada como anexo deste termo. O fiscal técnico dos serviços será o engenheiro responsável pelo projeto executivo, que estará disponível sempre que necessário.

5.2 A execução deste objeto contempla:

5.2.1 Fase 1: Execução do Sistema Hidráulico Preventivo

5.2.2 Fase 2: Execução do Alarme contra Incêndio

5.2.3 Fase 3: Execução da nova saída de emergência

5.3 O prazo para execução de cada fase está descrito no cronograma físico em anexo, podendo as etapas serem realizadas concomitantemente ou isoladamente.

5.3.1 Para a fase 1 (Sistema Hidráulico Preventivo), a execução deverá ser concluída em até **47 dias úteis**.

5.3.2 Para a fase 2 (Alarme contra Incêndio), a execução deverá ser concluída em até **14 dias úteis**.

5.3.3 Para a fase 3 (saída de emergência), a execução deverá ser concluída em até **31 dias úteis**.

5.4 O prazo máximo para conclusão será de **92 dias úteis**, considerando boas condições climáticas para perfeita execução do serviço.

5.4.1 Em caso de más condições climáticas, o Conselho analisará a possibilidade de prorrogação do prazo ou paralisação da execução, discricionariamente.

5.5 Excepcionalmente, o licitante poderá apresentar novo cronograma de execução, de acordo com a sua operacionalização e organização técnica. Esta proposta de alteração será apresentada ao engenheiro responsável pelos projetos e pela fiscalização técnica, que aprovará ou não o novo cronograma,

justificando sua decisão e submetendo ao gestor do contrato para ciência e anotação.

5.6 A execução do objeto será fiscalizada com base nos projetos que fundamentaram a contratação, sendo que o meio de execução e os materiais utilizados passarão por validação técnica e aprovação.

5.7 Os serviços deverão observar:

- a) A prévia autorização por meio de Ordem de Execução a ser enviada pelo departamento responsável ao preposto indicado;
- b) O Projeto Executivo em anexo a este termo;
- c) A entrega de relatório dos serviços executados, com a garantia declarada, como condicionante para o atesto da Nota Fiscal;
- d) A emissão de ART para a execução dos serviços, a cargo da contratada e sem ônus ao CRF-PR;
- e) A solicitação, junto à Prefeitura de Curitiba, de licenças, certidões, certificados e quaisquer documentos que se fizerem necessários para caracterizar o recebimento definitivo do objeto. Toda a documentação deverá correr a cargo da contratada, devendo compor a proposta na licitação.

5.8 Local e horário da prestação dos serviços

5.8.1 Os serviços solicitados deverão ser executados no endereço da Sede do Conselho, situada na Rua Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Hugo Lange, Curitiba - PR, 80040-452. Os horários de execução deverão ser combinados com o fiscal/gestor do contrato, podendo ser agendados para dias sem expediente na autarquia, por força de operacionalização ou conveniência.

5.9 Rotinas a serem cumpridas

5.9.1 Após o recebimento da Ordem de Execução, a contratada deverá confirmar dia e horário da visita inicial via e-mail ou telefone com o departamento responsável.

5.9.2 O local da execução do objeto deverá ser isolado e sinalizado, de acordo com a legislação municipal e as normas dos Conselhos de Fiscalização Profissional (CREA/CAU), cabendo à contratada sua identificação e demarcação.

5.9.3 No ato da execução dos serviços, os funcionários da contratada deverão portar documento de identificação, uniforme, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), ferramentas, equipamentos e materiais para a completa execução da demanda. Não haverá compra paralela de material/equipamento faltante a cargo do Conselho, **cabendo a contratada a disponibilização integral dos itens necessários a correta execução;**

5.9.4 Pessoal sem EPI ou quaisquer equipamentos essenciais a segurança de si ou do patrimônio da entidade **não serão autorizados a executar a demanda;**

5.9.5 Equipamentos com mau-funcionamento, materiais de baixa qualidade, ferramentas inadequadas e quaisquer outros instrumentos serão barrados pelo fiscal de contrato, que emitirá notificação formal a contratada perante à inexecução da demanda;

5.9.6 **A compra dos materiais deverá ser operacionalizada pela contratada, isentando os funcionários do Conselho desta responsabilidade.**

5.9.7 Em caso de danos ao patrimônio do Conselho, a Contratada será oficiada a restituir os bens, da forma e pelo meio necessário arbitrado pela autoridade competente.

5.9.8 O pessoal disponibilizado pela contratada não estabelecerá qualquer vínculo trabalhista com o CRF-PR, sendo de responsabilidade da Contratada os encargos e pagamentos devidos.

5.9.9 O pagamento dos serviços e/ou materiais ocorrerá **somente** após a emissão de Nota Fiscal com a concessão do percentual de desconto anunciado na licitação, respeitado o cronograma estabelecido e a aprovação da execução pelo fiscal técnico designado. Não haverá pagamentos à contratada ou ao seu pessoal por meio de outras formas, senão após o atesto da NF e respectivo depósito pelo departamento financeiro.

5.9.10 A tratativa das demandas deverá ocorrer entre o preposto e o gestor/fiscal de contrato. A execução dos serviços poderá ser acompanhada por funcionário designado, que **não** poderá auxiliar a contratada nas ações necessárias ao cumprimento da demanda. O CRF-PR **não disponibilizará** pessoal para compor o quadro de funcionários da contratada.

5.9.11 A Contratada deverá dispor de ferramentas e equipamentos de diversas necessidades para operacionalização do serviço, como escadas, andaimes, chaves, cintos e capacetes de segurança, maquinário e adaptadores, ficando aos seus cuidados e isentando o CRF-PR da responsabilidade de guarda e armazenagem.

5.9.12 A comunicação com os funcionários do CRF-PR deverá priorizar o registro das conversas, resguardada a formalidade das tratativas e o acesso ao histórico.

5.9.13 Os serviços agendados e não realizados, bem como as visitas e vistorias marcadas e não efetuadas serão anotadas pelo gestor do contrato para embasar ofício à contratada do não cumprimento de prazos. Abrir-se-á, em ato próprio, procedimento de apuração de responsabilidade da empresa, sempre que o gestor do contrato sinalizar inexecuções e irregularidades durante sua vigência, resguardada a aprovação da apuração pela autoridade competente e preservado o direito de defesa da contratada.

5.9.14 A falta de comunicação com o preposto caracterizará irregularidade no atendimento, podendo ensejar responsabilização.

5.9.15 A elaboração dos relatórios deverá observar as informações mínimas descritas no item pertinente, sempre mantendo o padrão informativo.

5.9.16 Após a execução de serviços, o pessoal da contratada deverá garantir que o ambiente em que atuaram está apto para uso, efetuando a limpeza e a retirada de materiais descartáveis.

5.10 Materiais a serem disponibilizados

5.10.1 Todos os materiais necessários à completa execução deverão ser fornecidos pela contratada, respeitados os limites orçados na tabela de orçamento disponibilizada.

5.10.1.1 No transcurso da execução poderá haver necessidade de outros materiais imprevisíveis neste levantamento inicial. Caso aconteça, a contratada deverá solicitar reequilíbrio econômico financeiro do contrato e apresentar orçamento de preços de acordo com a TABELA SINAPI ou, se não constar na SINAPI, outra eleita como de referência (a seu critério, porém, a ser validada pelo gestor do contrato). A validação dos preços será efetivada na tabela de referência informada, sem prejuízo de pesquisas de mercado com fornecedores locais ou consulta à sites de compra e venda por parte do CRF-PR. O reequilíbrio passará por análise jurídica e técnica.

5.10.2 O CRF-PR não pagará por mau uso, desperdício e negligência na operacionalização dos itens fornecidos e manipulados pela Contratada.

5.10.3 O gestor poderá consultar pessoal qualificado para sanar dúvidas e/ou esclarecer situações que fugirem de sua expertise.

5.10.4 Todo o material fornecido pela contratada DEVERÁ observar o percentual de desconto concedido na licitação.

5.10.5 No decorrer da fiscalização contratual, haverá análise dos materiais empregados na execução pelo engenheiro designado. Caso note inconsistências ou inadequações, a contratada será oficiada para substituir o material fornecido, ou corrigir falhas na execução como um

todo.

5.11 Relatórios a serem entregues pela Contratada

5.11.1 Ao término de cada etapa do cronograma, a contratada deverá entregar o **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO** contendo o descritivo dos serviços prestados, o informe dos materiais usados e o preço. Este relatório deverá conter fotos das condições do ambiente antes e depois da etapa concluída, com fulcro na garantia de que os serviços foram realizados.

5.11.2 O relatório será avaliado pelos fiscais do contrato que deverão sinalizar possíveis adequações e/ou aprovar o relatório, sinalizando o gestor do contrato a autorizar o pagamento da Nota Fiscal (com exceção da primeira etapa).

5.11.3 O documento deverá conter a identificação da empresa, do CRF-PR e do contrato firmado, período da execução, descritivo sucinto da demanda atendida, o valor da mão de obra e dos materiais empregados e as fotos.

5.11.4 Caso haja necessidade de alterações no relatório, o fiscal do contrato entrará em contato para alinhamento.

5.11.5 O modelo deste relatório será disponibilizado como anexo deste Termo.

5.11.6 Após a conclusão do contrato, a Administração Pública deve divulgar em sítio eletrônico oficial (PNCP), em até 45 dias, os quantitativos executados e os preços praticados. Essa obrigação específica refere-se ao relatório final de execução, cabendo à contratada **disponibilizar os preços praticados**. Esse relatório deverá ser entregue ao fiscal do contrato, junto com o relatório de execução da última etapa do cronograma, sinalizando o término da execução e seus respectivos preços finais.

5.12 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.12.1 A contratada deverá fazer visita de reconhecimento inicial das condições estruturais antes do início da execução e após a assinatura do contrato;

5.12.2 As condições meteorológicas da cidade de Curitiba costumam ser constituídas de chuvas pontuais. Caso não haja condição de executar os serviços, a contratada deverá sinalizar ao fiscal do contrato, que fará anotação própria no acompanhamento contratual.

5.12.3 A data de vistoria do Corpo de Bombeiros (CBM-PR) está agendada para o dia 26/03/2027 e até essa data a conclusão das adequações é obrigatória.

5.13 Especificação da garantia do serviço

5.13.1 A garantia de serviços de engenharia é regida principalmente pelo Código Civil e Código de Defesa do Consumidor (CDC), estabelecendo prazos de **90 dias para defeitos aparentes e 5 anos para solidez e segurança estrutural**.

5.14 Prazos a serem cumpridos pela contratada

1) 05 (cinco) dias para assinatura do contrato, contados de sua disponibilização no Sei;

**Como condicionante da execução do contrato, será exigida apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que deverá ser emitida e apresentada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.*

2) 05 (cinco) dias para visita inicial, contados da Ordem de Execução;

3) 05 (cinco) dias para o início das operações da etapa 01 do cronograma;

4) 92 dias para o cumprimento do cronograma estabelecido pelo engenheiro;

5) 02 (dois) dias para a entrega dos relatórios, contados do último dia da etapa concluída;

6) 05 (cinco) dias para a emissão de Nota Fiscal, após a aprovação do relatório de execução.

7) 15 (quinze) dias para a baixa na ART junto ao Conselho de Classe respectivo, contado a partir da rescisão contratual, se necessário.

** Todos os prazos em dias deverão ser considerados como úteis.*

*** Os prazos poderão ser prorrogados a critério da administração e mediante solicitação formal, via e-mail. Caso não atendidos e sem justificativa prévia, o fornecedor fica suscetível à apuração de responsabilidade em procedimento próprio.*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A Contratada deverá indicar, quando da assinatura do contrato, preposto da empresa que será a pessoa a quem o gestor ou fiscal do contrato recorrerá sempre que necessário, cabendo-lhe participar de reuniões sempre que solicitado. O preposto deverá garantir que a execução do objeto seja realizada conforme o cronograma e escopo contratado, verificar a conformidade técnica dos serviços, materiais utilizados e garantir o uso de EPIs pela equipe, providenciar correções necessárias caso o serviço não atenda aos padrões de qualidade e dirigir os trabalhos da equipe no local, sendo o único autorizado a receber ordens da fiscalização do contratante, evitando subordinação direta entre funcionário e contratante

6.1.1 O preposto atuará como responsável legal da empresa contratada, devendo comparecer presencialmente na sede do CRF-PR sempre que demandado. Será o responsável por apresentar os documentos solicitados (relatórios, notas fiscais, comprovação de pagamento de encargos trabalhistas, orçamentos, comprovantes, entre outros) sempre que se fizer necessário.

6.1.2 Em caráter de exceção, poderá ser convocado para reuniões online pelo gestor do contrato. Terá a obrigação de comunicar imediatamente ao contratante sobre qualquer paralisação, emergência ou imprevisto que impeça a execução da reforma.

6.1.3 O termo de contrato disporá sobre outras obrigações do preposto, caso seja necessário.

6.2 O gestor do contrato será o gerente geral do CRF-PR, Edivar Gomes, cujo contato poderá ser estabelecido pelo e-mail compras@crf-pr.org.br

6.2.1 Cabe ao gestor do contrato (além das obrigações previstas no contrato e em instrumento regulamentador aplicável):

a) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

b) Acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;

c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

e) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser

conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

f) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço;

h) receber e dar encaminhamento imediato às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024 e à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

6.3 A fiscalização administrativa do contrato será feita pelo gerente de compras do CRF-PR, Rodrigo Campilho, cujo contato poderá ser estabelecido pelo e-mail compras@crf-pr.org.br ou pelo telefone: (41) 3363-0234.

6.3.1 Cabe ao fiscal administrativo:

a) Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

c) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

d) Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

e) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.4 A fiscalização técnica do contrato será feita pelo engenheiro contratado, André Azevedo (CREA-PR 190.050/D).

6.4.1 Cabe ao fiscal técnico:

a) Fiscalizar a execução dos serviços da contratada;

b) Visitar a reforma e estar disponível ao preposto da contratada, sempre que solicitado;

c) Analisar o material empregado na execução;

d) Avaliar a execução quanto à conformidade com o Projeto;

e) Dar apoio ao pessoal administrativo, sempre que necessário;

f) Responder a questionamentos que envolvam a parte técnica e de orçamentação de sua responsabilidade.

g) Demais responsabilidades contidas no termo de contrato ou em instrumento que o substitua.

6.5 A fiscalização de que trata este tópico não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.5.1 Os designados neste termo poderão ser substituídos por pessoal autorizado e igualmente capacitado.

6.6 As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.7 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.8 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.9 As comunicações entre a entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.10 A entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.11 O Edital da Licitação trará como anexo minuta de termo de contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa, a ser definida em procedimento próprio de apuração de responsabilidade.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1 Fica expressamente estabelecido que, no preço contratado estão incluídos custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas especificações e nas normas indicadas neste Termo de Referência e demais documentos de contratação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

8.2 Para início das atividades será efetuado o pagamento antecipado de uma entrada de **15% sobre o valor previsto no orçamento** da Administração como “Serviços preliminares e administração” e “Equipamento de Proteção Coletiva”. Também será realizado o pagamento antecipado de uma entrada de **10% do valor previsto em cada fase (Fase 1, Fase 2, Fase 3)**, antes do seu início, para cobrir custos iniciais de aquisição de materiais básicos, a mobilização da equipe e despesas administrativas.

8.2.2 Para cálculo do valor dos adiantamentos, deverá ser usado o preço final da licitação, aplicado o desconto concedido no certame pela vencedora.

8.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.3.1 não produziu os resultados acordados,

8.3.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.3.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

8.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal, após entrega do relatório de execução pela contratada, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.4.1 Ao final de cada fase do projeto, os fiscais do contrato deverão apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.4.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a aprovação do relatório de execução pelo gestor do contrato. A NF deverá ser emitida após a aprovação deste relatório.

8.4.3 O recebimento definitivo ocorrerá no ato do ateste da nota fiscal pelo gestor do contrato.

Liquidação

8.5 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de sete dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.6 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

8.7 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, como o prazo de validade; data da emissão; dados do contrato e do órgão contratante; período respectivo de execução do contrato; valor a pagar; e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.9 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.10 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas e identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.12 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.13 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.14 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

8.15 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.16 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.17.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.18 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

8.19 O percentual de 15% do valor total da contratação será antecipado para a contratada iniciar os trabalhos, conforme explanado no item 8.2. Os demais pagamentos deverão ocorrer após o atesto da NF, já considerados os adiantamentos das fases.

Reajuste

8.20 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de **um ano contado da data do orçamento estimado**, considerando a planilha referencial orçamentária (elaborada com base na tabela SINAPI do mês de março de 2026).

8.21 Os pagamentos estarão condicionados ao atendimento dos seguintes critérios:

8.21.1 Entrega completa da etapa do serviço contratado;

8.21.2 Aprovação técnica do serviço pelos fiscais de contrato (atendimento ao projeto aprovado e às exigências do Corpo de Bombeiros e as normas técnicas aplicáveis);

8.21.3 Entrega de relatórios / medições;

8.21.4 Emissão de nota fiscal válida;

8.21.5 Preenchimento de Diário de obra atualizado.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO. O desconto concedido será linear sobre toda a planilha de orçamento, considerando a TABELA SINAPI de referência de MARÇO DE 2026.

Regime de Execução

9.2 O regime de execução do objeto será de Empreitada por Preço Global (EPG), por haver cronograma e orçamento pré-estabelecido.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3 Tratando-se de serviço de engenharia, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

9.3.1 O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global dos itens tabelados, os quantitativos previamente estimados e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha orçamentária disponibilizada pela Administração. A planilha será validada pelo pregoeiro e deve conter o mês de referência da tabela em que se baseou a proposta da licitante e o percentual de desconto concedido na licitação.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; ** Será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.*

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21 Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. **A apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.*

Qualificação Econômico-Financeira

9.24 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26 balanço patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) **superiores a 1 (um)**, obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.27 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.28 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.30 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31 **Declaração** de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.32 **Certidão de Registro Ativo** no Conselho de Fiscalização Profissional (CREA/CAU) **da empresa** licitante em plena validade;

9.33 **Atestados de Capacidade Técnica:** Comprovação de que a empresa já executou serviços com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto licitado.

Qualificação Técnico-Profissional

9.34 Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), **devidamente registrado(s) no conselho profissional competente**, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.34.1 Responsável Técnico Habilitado - **Encaminhar documentação que comprove vínculo direto do Responsável Técnico da empresa licitante, no ato da assinatura do contrato (de acordo com o entendimento do TCU no Acórdão 2353/2024 - 2ª Câmara)**;

9.34.1.1 O responsável técnico deverá possuir ensino superior completo em engenharia e/ou arquitetura, com registro no CREA/CAU.

9.34.2 Certidão de Acervo Operacional (CAO) e/ou Certidão de Acervo Técnico (CAT) do Responsável Técnico.

9.35. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.36. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.41. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.42. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- ata de fundação;

- estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

- regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

- editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

- três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

- ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

- última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **RS\$116.957,00 (cento e dezesseis mil, novecentos e cinquenta e sete reais)**, conforme custos unitários apostos na planilha de orçamento anexa. Abaixo, transcreve-se a composição do custo total com o BDI:

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA OBRA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO

CUSTO DO SERVIÇO SEM BDI (R\$):					R\$ 93.149,74			
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ 3.725,99	4,00%	Valores estimados para obra de prevenção e combate à incêndio no Estado do Paraná	OK	3%	4%	5,50%
2	SEGURO GARANTIA	R\$ 745,20	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1%
3	RISCO	R\$ 1.117,80	1,20%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 740,54	0,75%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	LUCRO	R\$ 7.361,47	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	TRIBUTOS	R\$ 10.116,83	8,65%		$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$			
6.1	PIS		0,65%					
6.2	COFINS		3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		5,00%					
6.4	CONTRIB. PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%					
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 23.807,82			Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário			
PREÇO TOTAL (R\$)		R\$ 116.957,56			Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			
BDI (%)			25,56%	OK	Sem CPRB	18,58%	22,23%	26,19%
					Com CPRB	22,47%	26,24%	30,33%

Onde:

AC: taxa de administração central;

SG: taxa de garantias e taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

* Esse valor foi levantado na fase inicial do planejamento da contratação e está sujeito a alterações, visto a necessidade de validação dos preços orçados pelo departamento responsável, na fase de análise de mercado. Caso haja alteração no preço final da licitação, o preço corrigido estará previsto no Edital e será o valor máximo aceitável do certame.

** Para este processo considerou-se apenas o BDI único, devido a indissociabilidade e a complexidade logística. A customização, configuração e os testes de estanqueidade e pressão exigem que o material e a mão de obra sejam tratados como uma unidade técnica indivisível para fins de garantia e responsabilidade civil. A adoção de BDI único é medida que simplifica a gestão contratual sem prejuízo ao erário e, embora o TCU recomende o BDI diferenciado para itens de alta materialidade e fornecimento puro, a presente estrutura de custos não identificou itens que se enquadrem estritamente como "mera entrega". A complexidade da logística de instalação de sistemas de incêndio, que envolve testes de estanqueidade, pressão e lógica de automação, valida a aplicação do BDI pleno como forma de assegurar a exequibilidade contratual e o equilíbrio econômico-financeiro, mantendo o preço global compatível com os valores de mercado.

*** O BDI é individualizado por empresa, dependendo da sua eficiência, estrutura de custos e administração central. Se o licitante adotar um BDI maior que o do orçamento base, ele **deve apresentar justificativa técnica detalhada** e documentos comprobatórios (memoriais de cálculo, composição de custos, etc). A simples indicação de um percentual maior sem base pode levar à rejeição da proposta.

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Conselho e serão registradas na Rubrica 6.2.2.1.1.02.01.01.001 – Obras em Andamento.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilasas.

12.2 Outras disposições e compromissos constarão em Minuta de Termo de Contrato a ser disponibilizada como anexo do Edital.

12.3 Compõem esse Termo de Referência, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – PROJETO BÁSICO INICIAL E MEMORIAIS
- b) ANEXO II – PROJETO EXECUTIVO E MEMORIAIS
- c) ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA E ANALÍTICA. MEMORIAL EXPLICATIVO
- d) ANEXO IV – CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E CRONOGRAMA
- f) ANEXO V – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO LOCAL
- g) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VISTORIA
- h) ANEXO VII - MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

Responsáveis pela elaboração do documento inicial: Fernanda Rogenski Penteadó

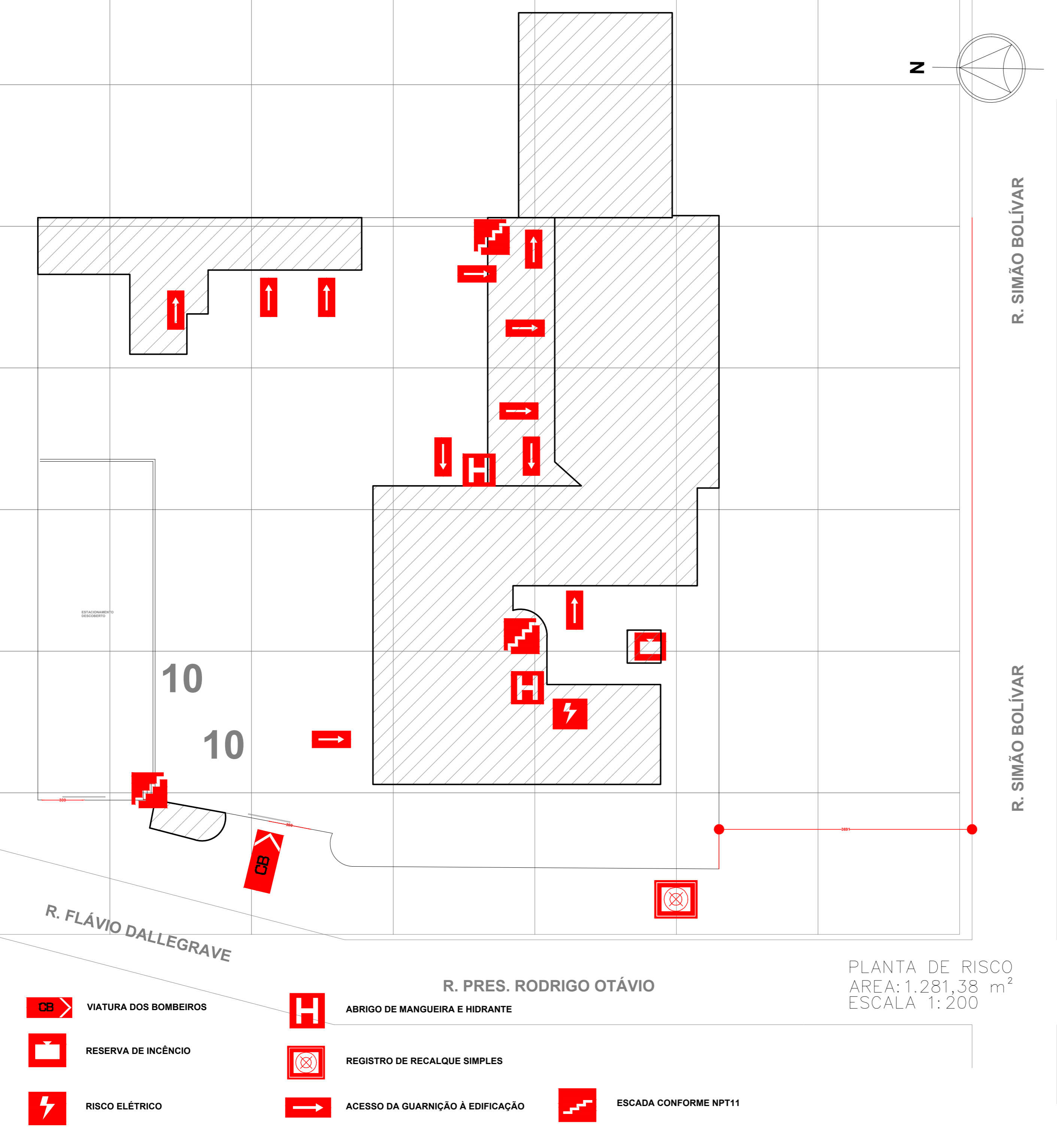
Responsável pela revisão e alteração final: Ana Carolina Souza



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza**, Assessora Técnica de Licitações, em 11/05/2026, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1192886** e o código CRC **7818A03B**.



PLANTA DE RISCO
AREA: 1.281,38 m²
ESCALA 1: 200

ART Nº 1720222987042

PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E DESASTRE

IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E / OU ÁREA DE RISCO

PAVIMENTO OU SETOR	OCUPAÇÃO	CLASSE DO RISCO	CJ [MJ/m²]	Nº DE PAVIMENTOS	PÉ DIREITO [m]	ÁREA [m²]
TÉRREO	ESCRITÓRIO (D-1)	RM	700	01	3,00	898,81
PAVIMENTO 01	ESCRITÓRIO (D-1)	RM	700	01	3,00	382,57
ALTURA	TIPO II - BAIXA 3,00 m	RISCO PREDOMINANTE	RM - 700 MJ/m²	ÁREA EXISTENTE	ÁREA TOTAL	1.281,38 m²

MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

<input checked="" type="checkbox"/>	ACESSO DE VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS	<input checked="" type="checkbox"/>	ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA					
<input checked="" type="checkbox"/>	SEPARAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES	<input checked="" type="checkbox"/>	ALARME DE INCÊNDIO E DETECÇÃO					
<input checked="" type="checkbox"/>	SEGURANÇA ESTRUTURAL NAS EDIFICAÇÕES	<input checked="" type="checkbox"/>	SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA					
<input checked="" type="checkbox"/>	COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL	<input checked="" type="checkbox"/>	EXTINTORES DE INCÊNDIO					
<input checked="" type="checkbox"/>	CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/>	HIDRANTES E MANGOTINHOS					
<input checked="" type="checkbox"/>	SAÍDAS DE EMERGÊNCIA	<input type="checkbox"/>	CHUVEIROS AUTOMÁTICOS					
<input type="checkbox"/>	BRIGADA DE INCÊNDIO	<input type="checkbox"/>	RESFRIAMENTOS					
<input type="checkbox"/>	CONTROLE DE FUMAÇA	<input type="checkbox"/>	ESPUMA					
<input type="checkbox"/>	PLANO DE EMERGÊNCIA	<input type="checkbox"/>	SISTEMA FIXO DE GASES LIMPOS					
RESERVATÓRIOS	INFERIOR	-	SUPERIOR	12 m³	R.T.I	12 m³	S.P.K	-



WHK ENGENHARIA & PREVENÇÃO

- ELABORAÇÃO DE PROJETOS
- MANUTENÇÕES EM REDES
- CONSULTORIAS
- INSTALAÇÃO DE REDES DE HIDRANTES
- VENDA DE MATERIAIS
- INSTALAÇÃO DE REDES DE ALARME
- TREINAMENTO DE BRIGADISTAS

www.whkengenharia.com.br - (41) 3010-14-14 / 3010-1413

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID

DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

ÁREA
1.281,38 m²

OCUPAÇÃO
D-1

PARA USO DO CBMPR

PRANCHA
01 / 05

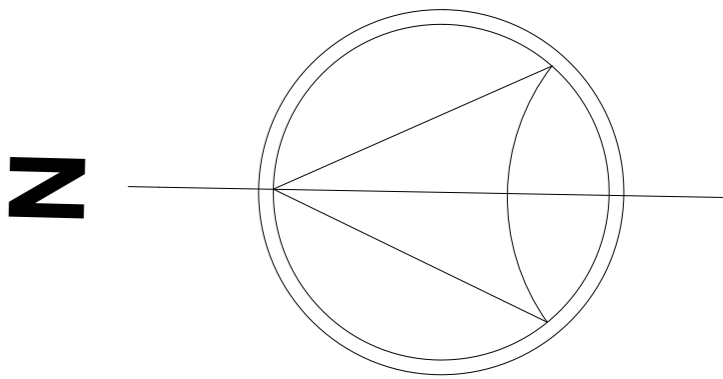
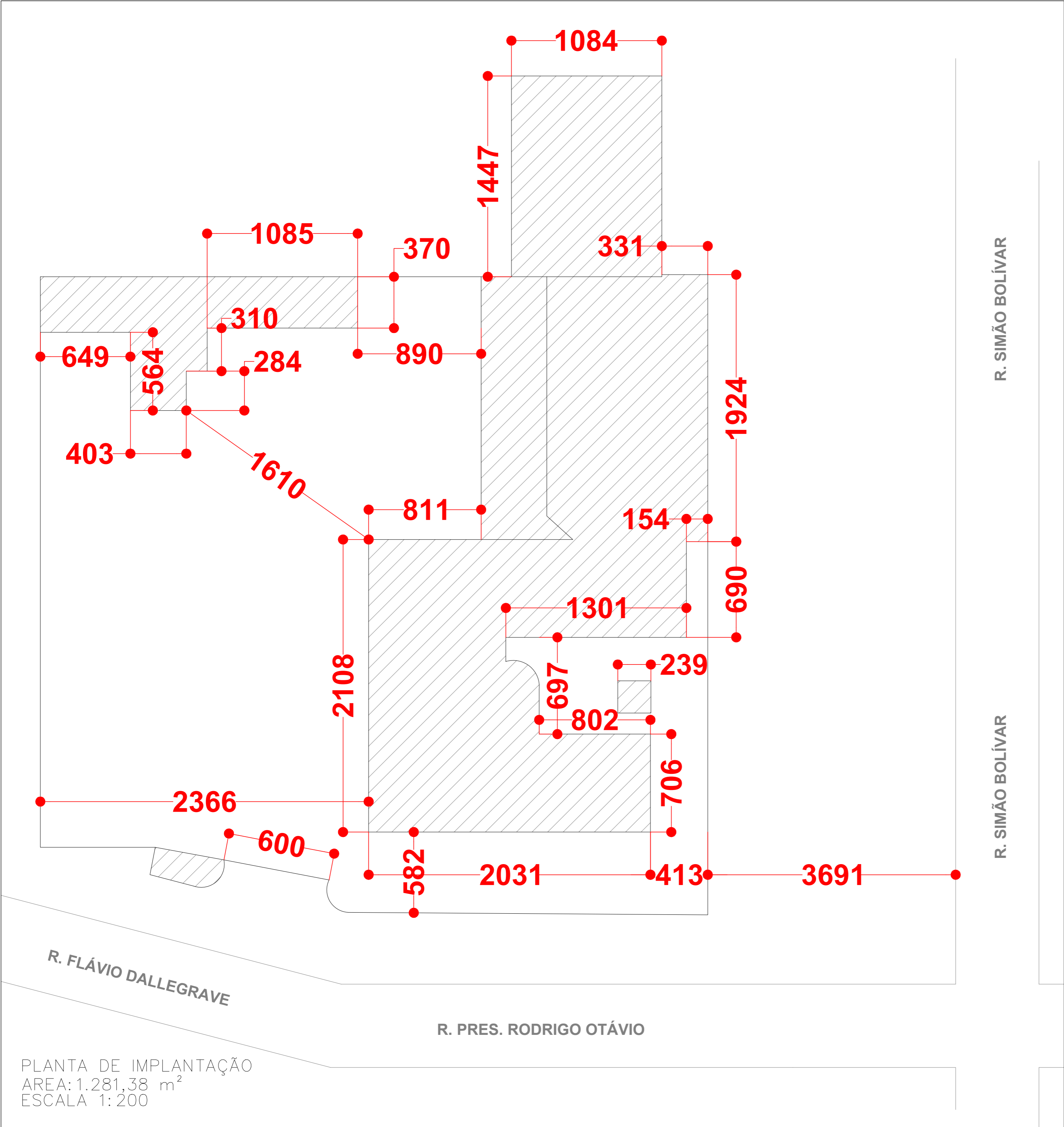
CONTEÚDO DA PRANCHA
PLANTA DE RISCO DE INCÊNDIO
QUADRO DE ESTATÍSTICA

PROPRIETÁRIO
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68

ESCALA
INDICADA

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Renan Kohler Teixeira, Eng. de Segurança, CREA-PR: 149.387/D

DATA
MAIO 2022





WHK
ENGENHARIA & PREVENÇÃO

· ELABORAÇÃO DE PROJETOS
· INSTALAÇÃO DE REDES DE HIDRANTES
· INSTALAÇÃO DE REDES DE ALARME

· MANUTENÇÕES EM REDES
· VENDA DE MATERIAIS
· TREINAMENTO DE BRIGADISTAS

CONSULTORIAS

www.whkengenharia.com.br - (41) 3010-14-14 / 3010-1413

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID

DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

ÁREA

1.281,38 m²

OCUPAÇÃO

D-1

PARA USO DO CBMPR

PRANCHA

02 / 05

CONTEÚDO DA PRANCHA

PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

PROPRIETÁRIO

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68

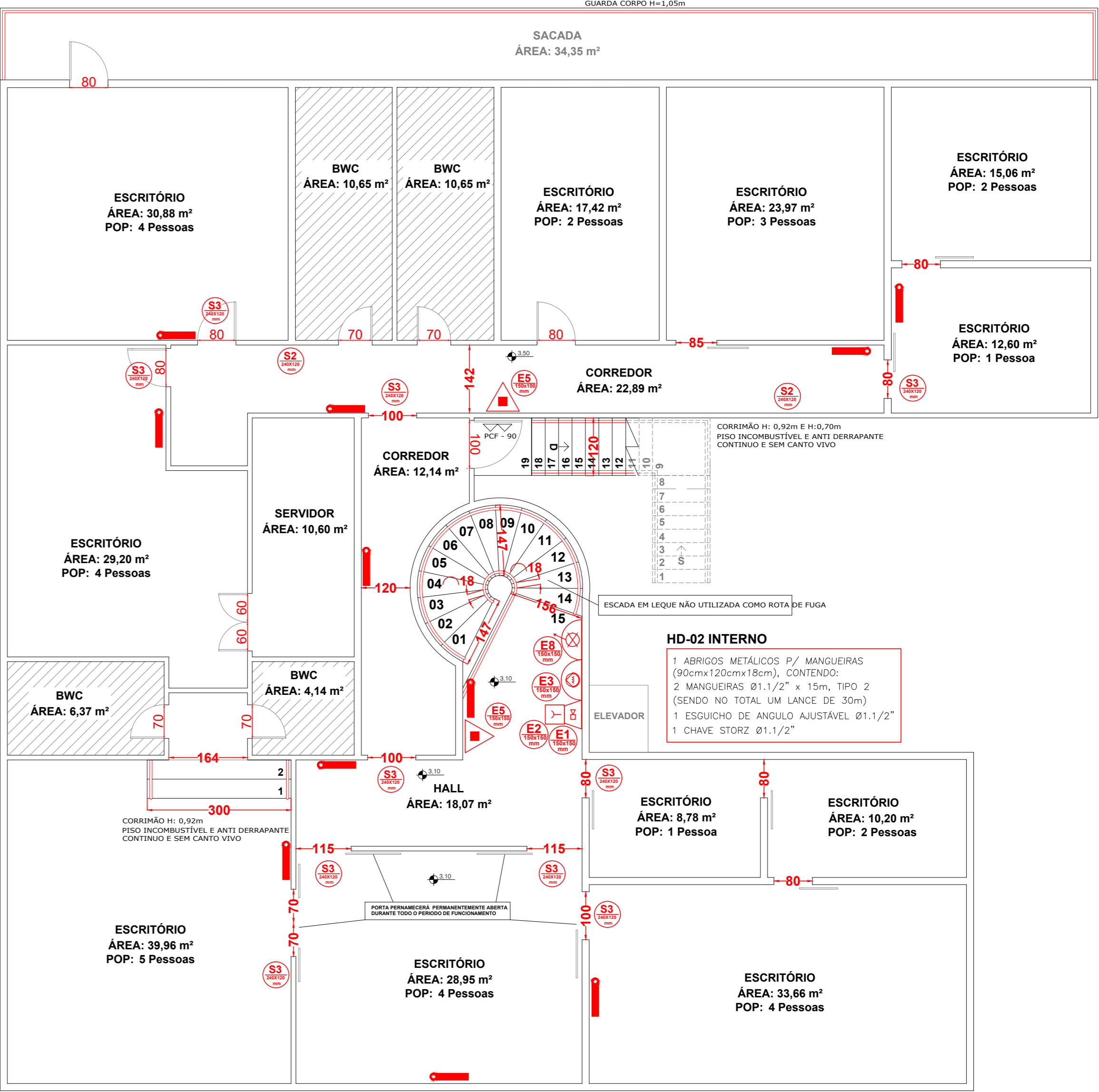
ESCALA INDICADA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Renan Kohler Teixeira, Eng. de Segurança, CREA-PR: 149.387/D































DATA

MAIO 2022



PLANTA BAIXA PAVIMENTO 1
AREA: 382,57 m²
ESCALA 1:75

PISO	Classe I
PARADE	Classe II-A
ETO/ FORRO	Classe II-A

LEGENDA						
SISTEMA DE PORTES		EXTINTOR CAPACIDADE EXTINTORA 2-A: 28-B-C	SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	 S28 (28/243)	 E28	INDICAÇÃO DE SENTIDO DE UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA (ESQUERDA OU DIREITA)
		EXTINTOR CAPACIDADE EXTINTORA 8B-C		 S8 (24/15)	 E8	INDICAÇÃO DE UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA PARA ENFERMAGEM NA PORTA, PARA INDICAR O SEU ACESSO
		EXTINTOR CAPACIDADE EXTINTORA 20-B-C		 S20 (24/15)	 E20	INDICAÇÃO DE SENTIDO DE FUGA NO INTERIOR DAS ESCADAS DE EMERGÊNCIA (DIREITA)
		EXTINTOR CAPACIDADE EXTINTORA 20-B-C		 S20 (24/15)	 E20	INDICAÇÃO DE SENTIDO DE FUGA NO INTERIOR DAS ESCADAS DE EMERGÊNCIA (ESQUERDA)
SISTEMA DE ILUMINAÇÃO		ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA	 S20 (24/15)	 E20	INDICAÇÃO DA SAÍDA DE EMERGÊNCIA	
		ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA TIPO PAROLETO	 S20 (24/15)	 E20	INDICAÇÃO DE LOCALIZAÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO	
		ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA TIPO PAROLETO	 S20 (24/15)	 E20	INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO	
SISTEMA DE ALARME		ALARME SIMPLES	SISTEMA DE ALARME		ALARMADOR SONORO	
		ACIONADOR DE BOMBAS DE INCÊNDIO (BOTÃO TIPO LULA)			ACIONADOR DO SISTEMA DE ALARME	
		ACIONADOR DE BOMBAS DE INCÊNDIO (BOTÃO TIPO LULA)			ACIONADOR MANUAL	
		BOMBA DE INCÊNDIO			BATERIA AUTÔNOMA DE REDE DE ALARME CONFORME NPT 94	
SISTEMA DE SINALIZAÇÃO		RESERVA DE INCÊNDIO				


WHK ENGENHARIA & PREVENÇÃO
 • ELABORAÇÃO DE PROJETOS • MANUTENÇÕES EM REDES • CONSULTÓRIAS
 • INSTALAÇÃO DE REDES DE HIDRANTES • VENDA DE MATERIAIS
 • INSTALAÇÃO DE REDES DE ALARME • TREINAMENTO DE GRUPOS
www.whkengenharia.com.br - (41) 3010-14-14 / 3010-1413

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID		
DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 - Hugo Lange - Curitiba/PR

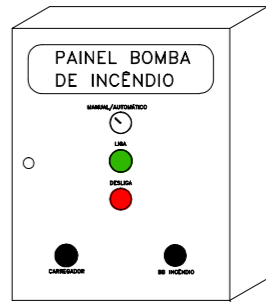
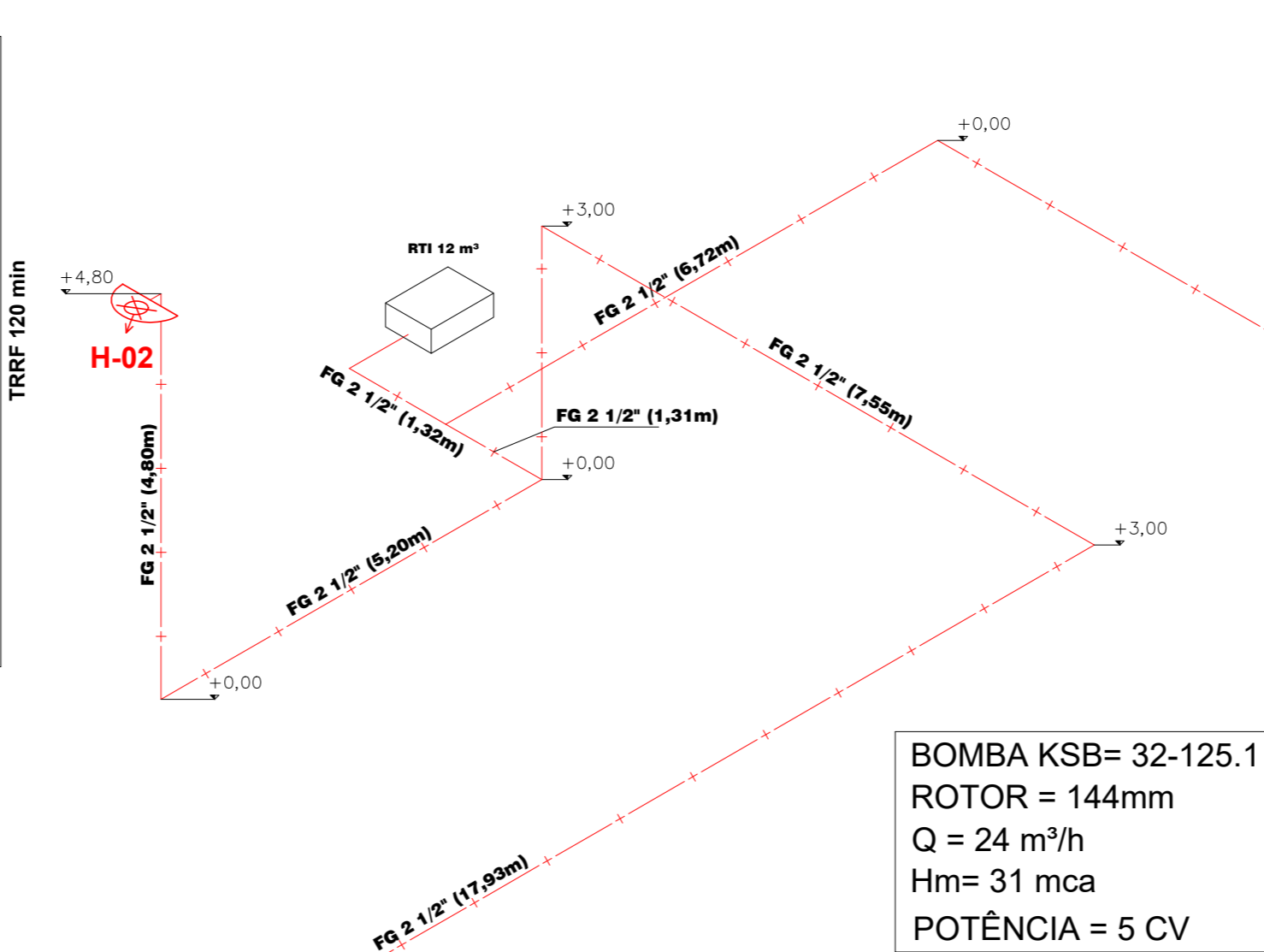
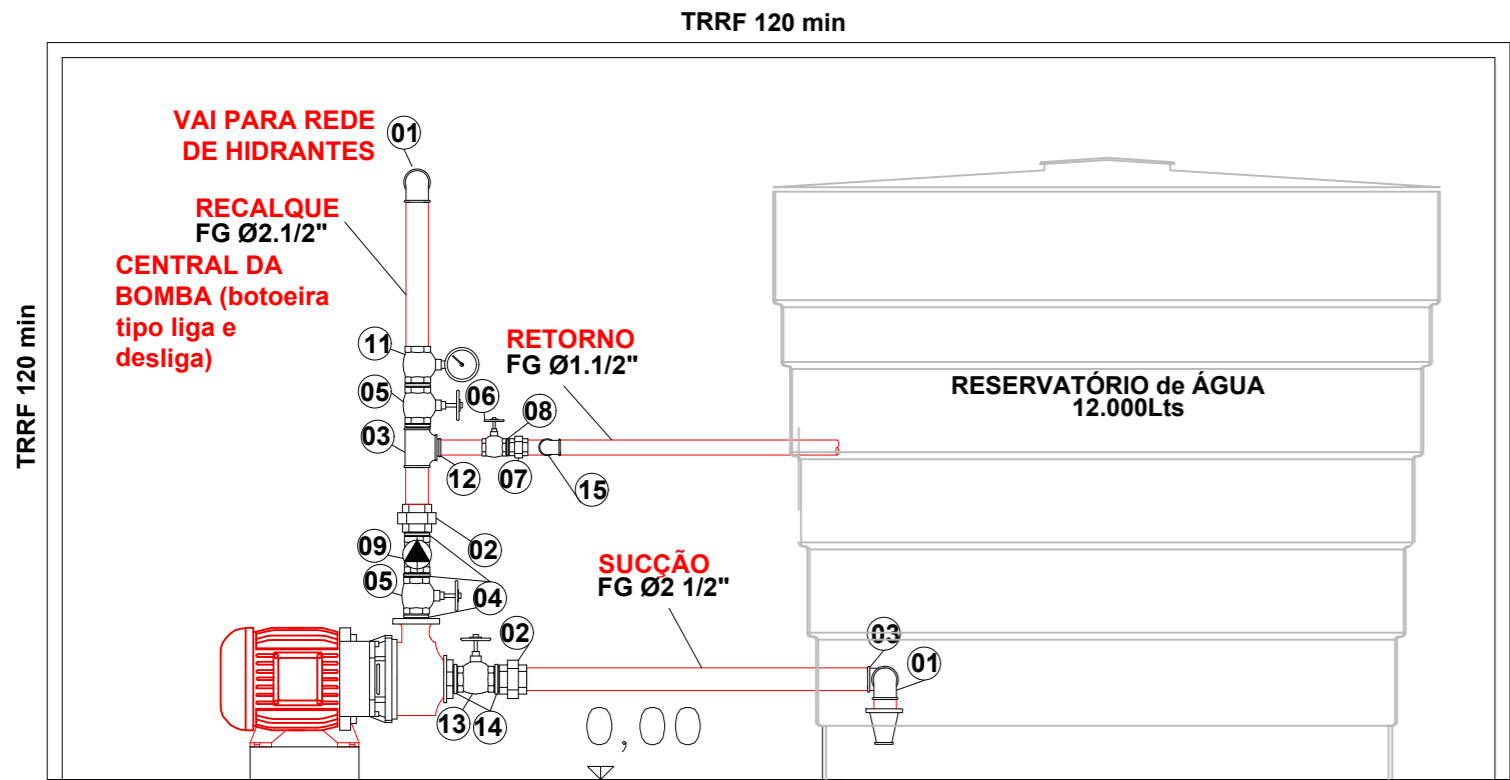
ÁREA	OCUPAÇÃO	PARA USO DO CBMPR
1.281,38 m²	D-1	

PRANCHA	CONTEÚDO DA PRANCHA
03	PLANTA BAIXA

05		
----	--	--

PROPRIETÁRIO _____

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRO-PR / CNP: 79.993.889/0001-68		
ESCALA INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO Banan Kohler Teixeira, Eng. de Segurança, CREA-PR: 454.382/D	DATA MAIO 2022

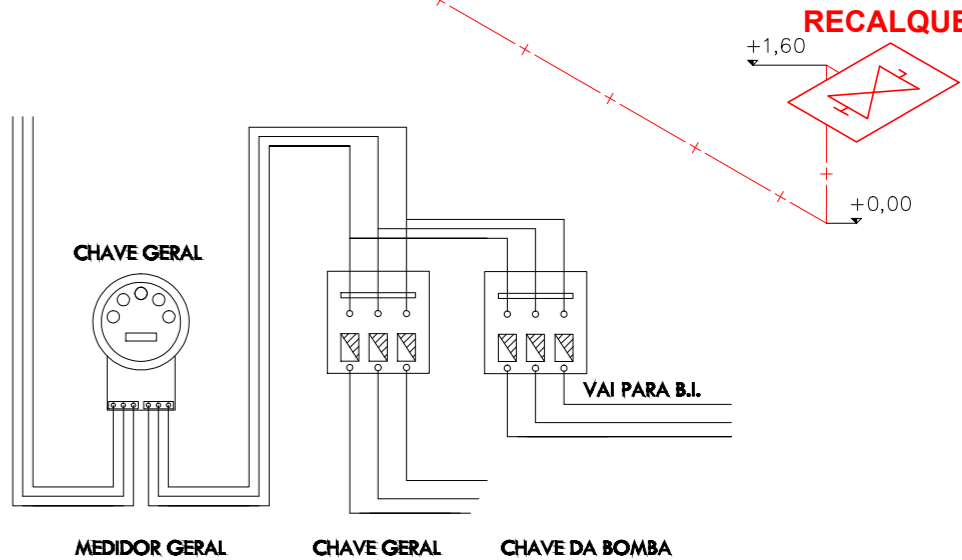


CONFORME NPT 022:

C.1.16 O painel de sinalização das bombas principal ou de reforço, elétrica ou de combustão interna, deve ser dotado de uma botoeira para ligar manualmente tais bombas, possuindo sinalização ótica e acústica, indicando pelo menos os seguintes eventos:

C.1.16.1 Bomba elétrica:

- a) Painel energizado;
b) Bomba em funcionamento;
c) Falta de fase;
d) Falta de energia no comando da partida



DET. LIGAÇÃO INDEPENDENTE DA MOTO-BOMBA SEM ESCALA

BOMBA KSB= 32-125.1
ROTOR = 144mm
Q = 24 m³/h
Hm= 31 mca
POTÊNCIA = 5 CV

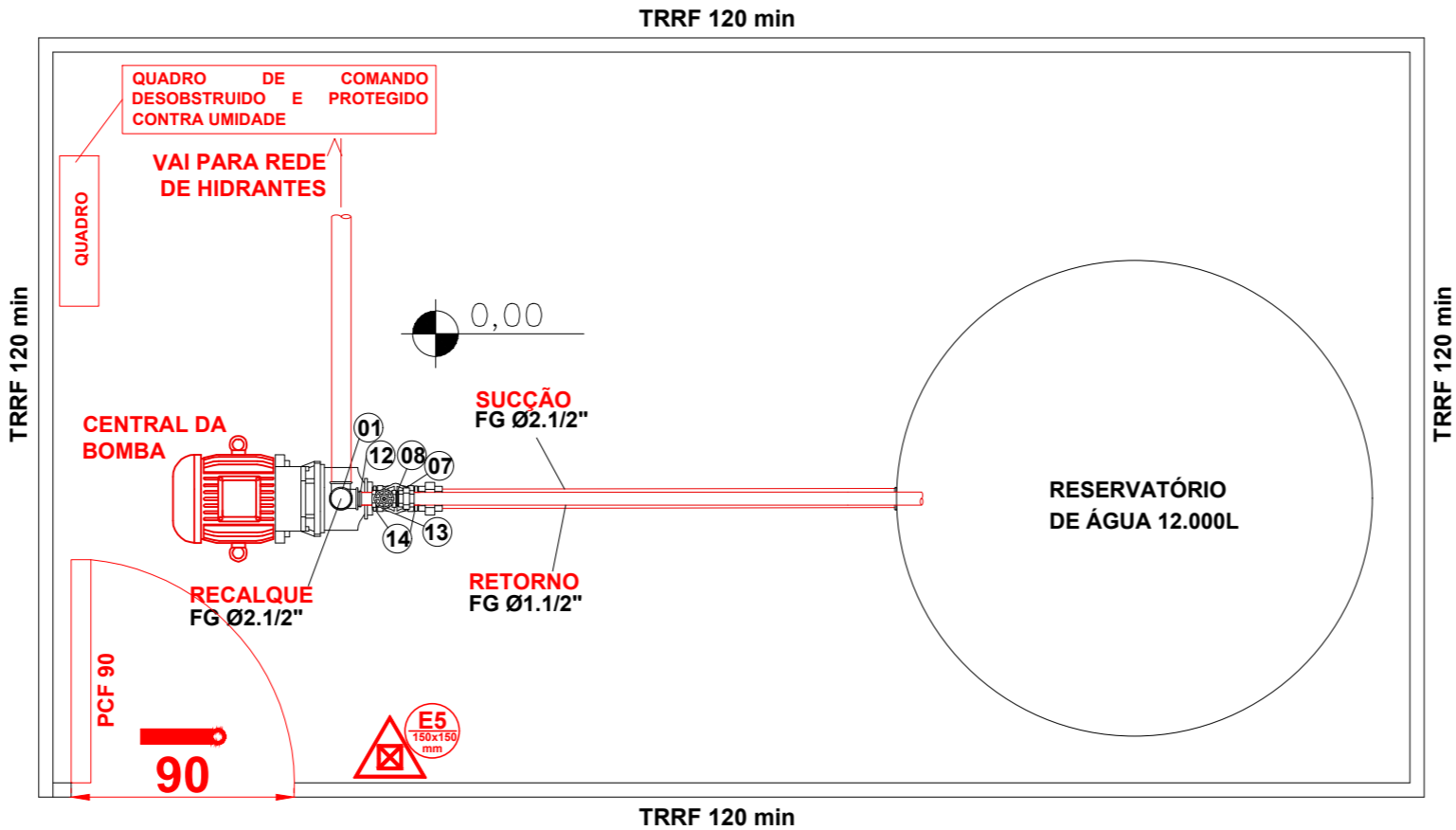
CONVENÇÕES

1. CURVA 90° FG 2.1/2" Ø
2. UNIÃO FG 2.1/2" Ø
3. TÊ 90° FG 2.1/2" Ø
4. NIPLE DUPLO FG 2.1/2" Ø
5. REGISTRO DE GAVETA 90° FG 2.1/2" Ø
6. REGISTRO DE GAVETA 90° FG 1.1/2" Ø
7. UNIÃO FG 1.1/2" Ø
8. NIPLE DUPLO FG 1.1/2" Ø
9. VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL FG 2.1/2" Ø
10. REDUÇÃO Ø3" x 1.1/2"
11. MANOMETRO
12. VÁLVULA EM PÉ DE CRIVO Ø2.1/2"
13. REGISTRO DE GAVETA 90° FG " Ø2.1/2"
14. NIPLE DUPLO FG " Ø2.1/2"
15. CURVA 90° FG 1.1/2" Ø

CONFORME NPT 022:

ITEM B.1.3 - O RESERVATÓRIO DEVE SER CONSTRUÍDO EM MATERIAL QUE GARANTA A RESISTÊNCIA AO FOGO E RESISTÊNCIA MECÂNICA. SERÁ PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO COMBUSTÍVEL, DESDE QUE O MESMO SEJA ENVELOPADO GARANTINDO UM TRRF MÍNIMO DE 2 HORAS OU POSSUA UM ISOLAMENTO DE RISCO OBTIDO PELO AFASTAMENTO DE 15,0 M DE QUALQUER EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO.

ITEM C.1.2 - AS DIMENSÕES DAS CASAS DE BOMBAS DEVEM SER TAIS QUE PERMITAM ACESSO EM TODA VOLTA DAS BOMBAS DE INCÊNDIO E ESPAÇO SUFICIENTE PARA QUALQUER SERVIÇO DE MANUTENÇÃO LOCAL, NAS BOMBAS DE INCÊNDIO E NO PAINEL DE COMANDO, INCLUSIVE VIABILIDADE DE REMOÇÃO COMPLETA DE QUALQUER DAS BOMBAS DE INCÊNDIO.



WHK ENGENHARIA & PREVENÇÃO

ELABORAÇÃO DE PROJETOS - MANUTENÇÕES EM REDES - CONSULTORIAS
INSTALAÇÃO DE REDES DE HIDRANTES - VENDA DE MATERIAIS
INSTALAÇÃO DE REDES DE ALARME - TREINAMENTO DE BRIGADISTAS

www.whkengenharia.com.br - (41) 3010-14-14 / 3010-1413

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID

DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS

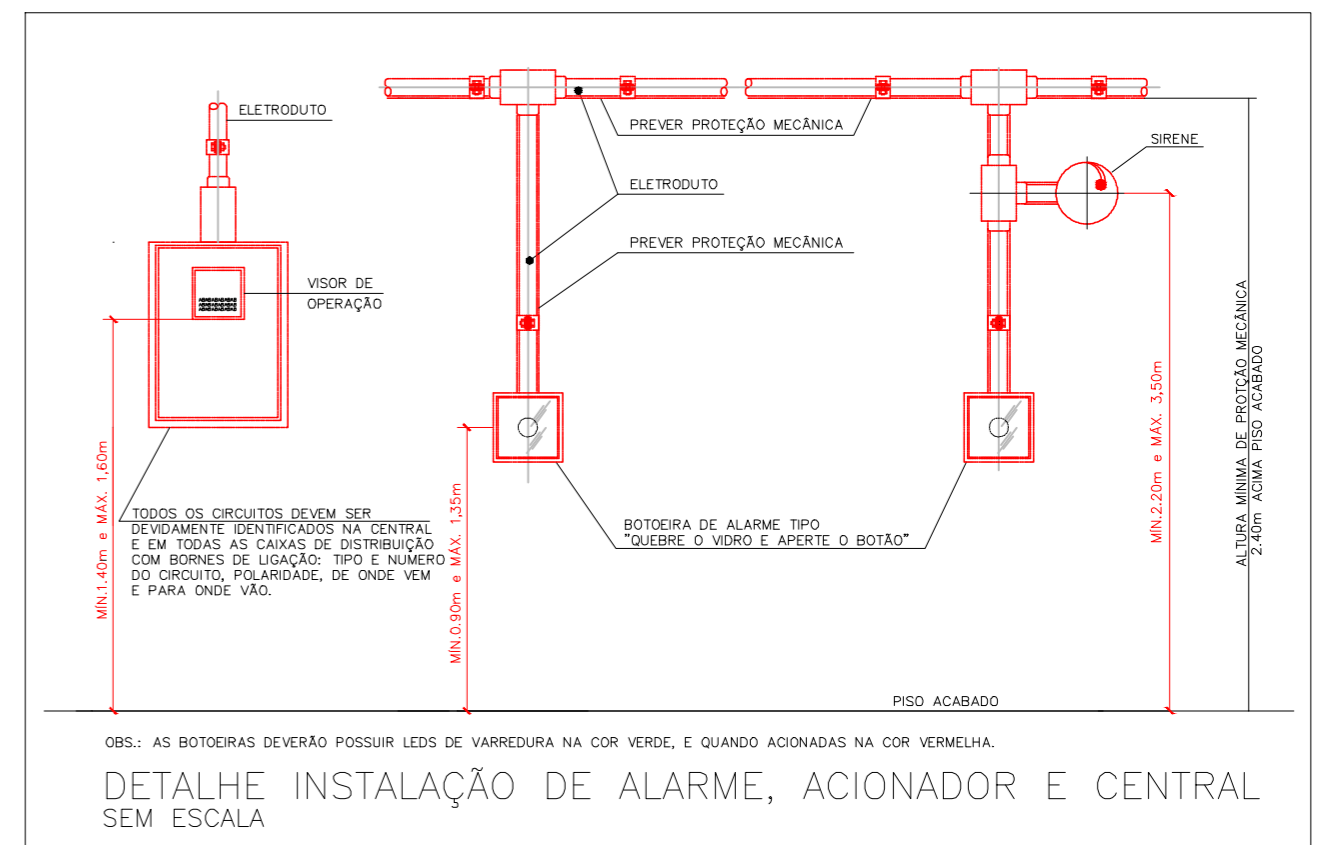
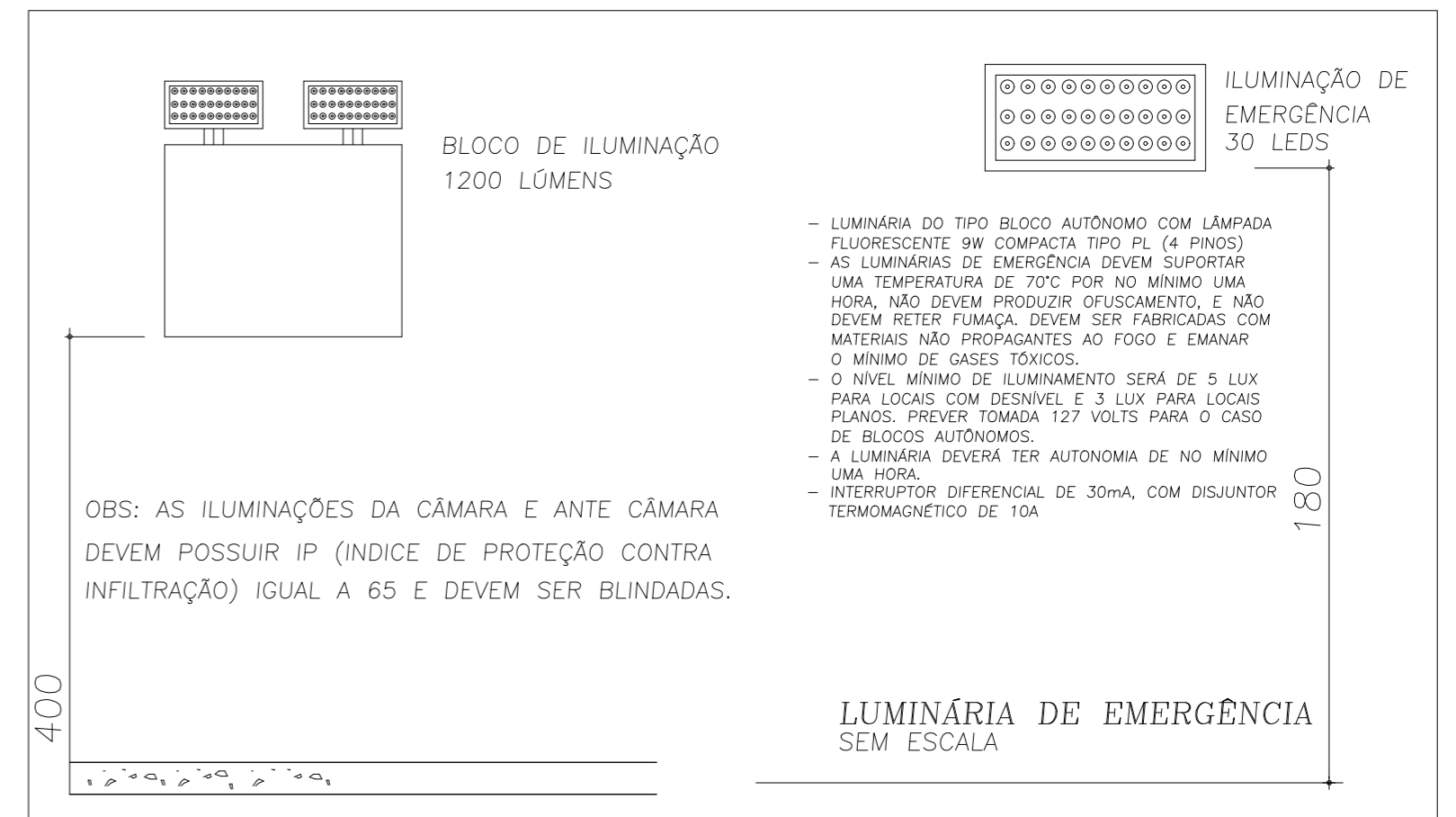
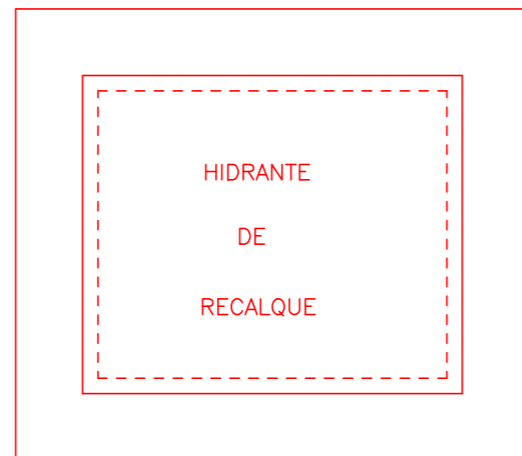
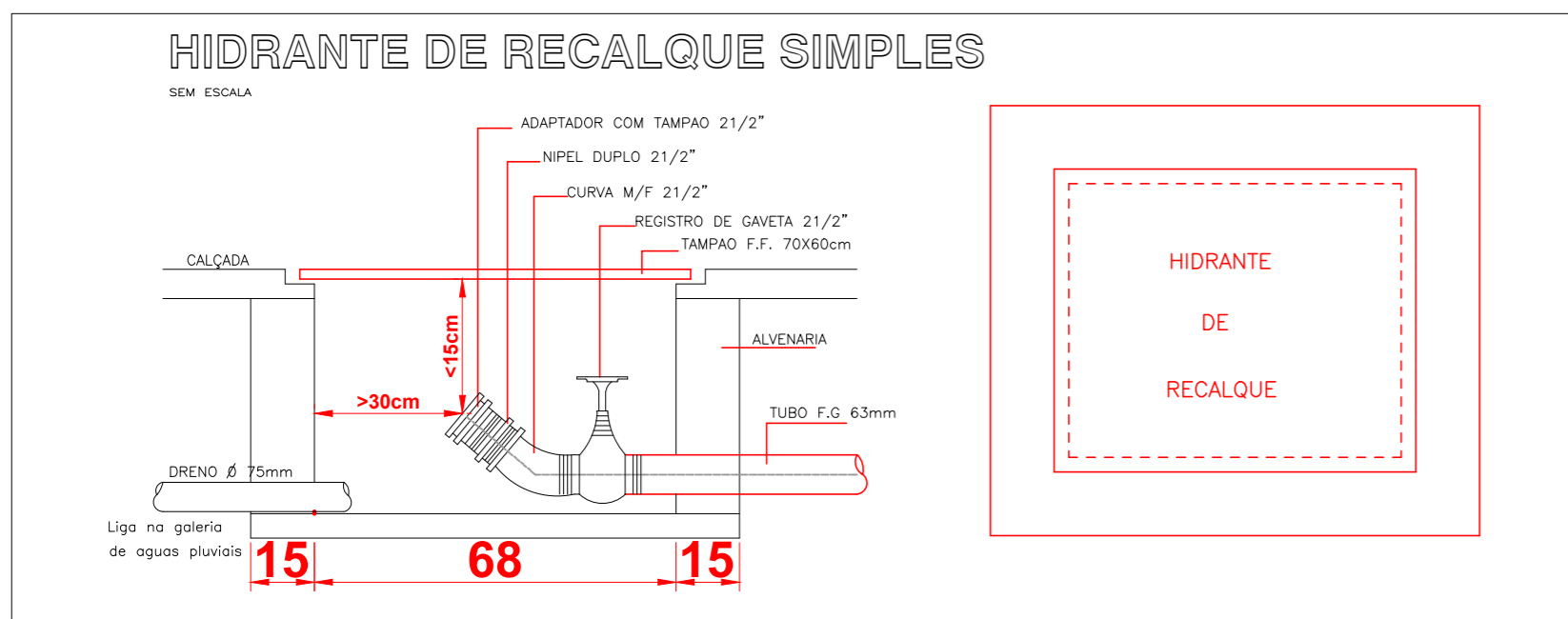
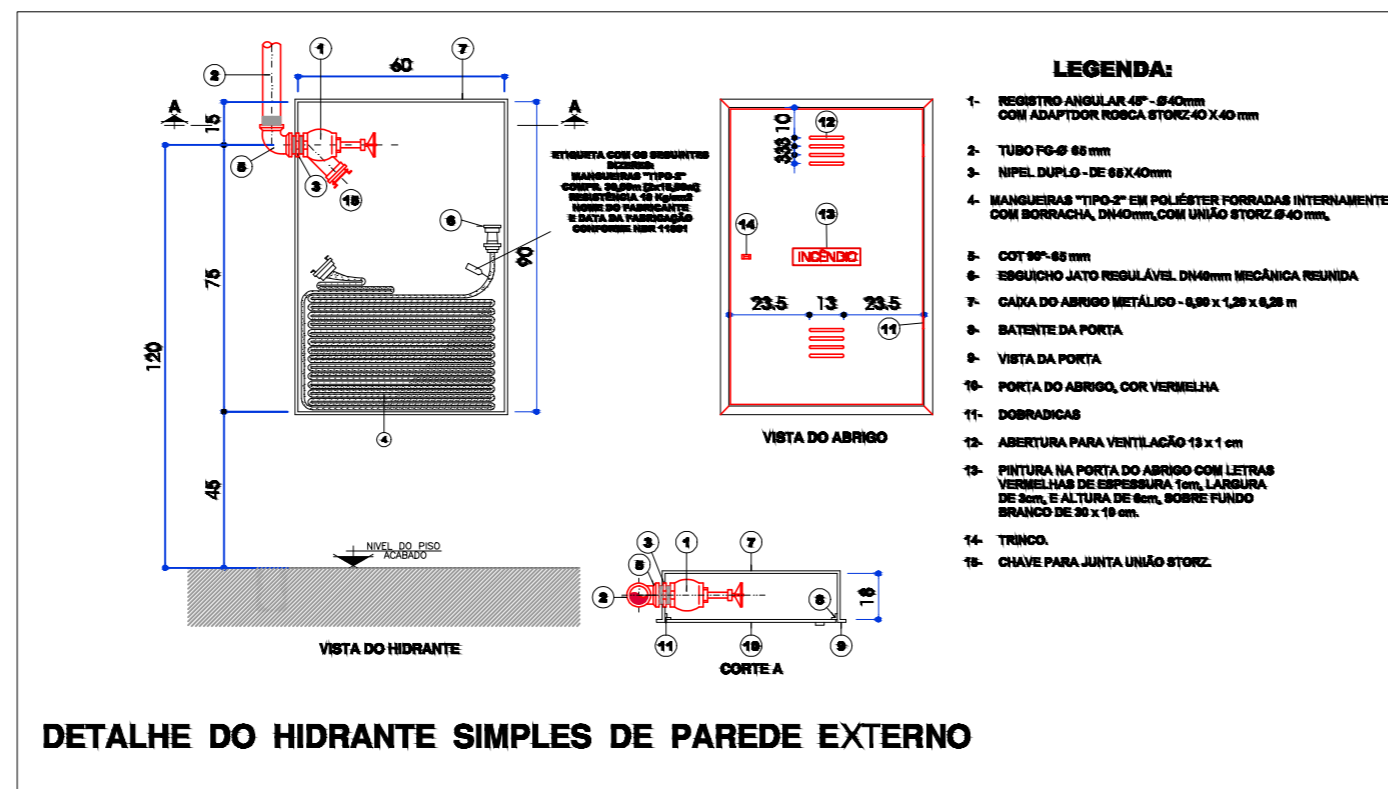
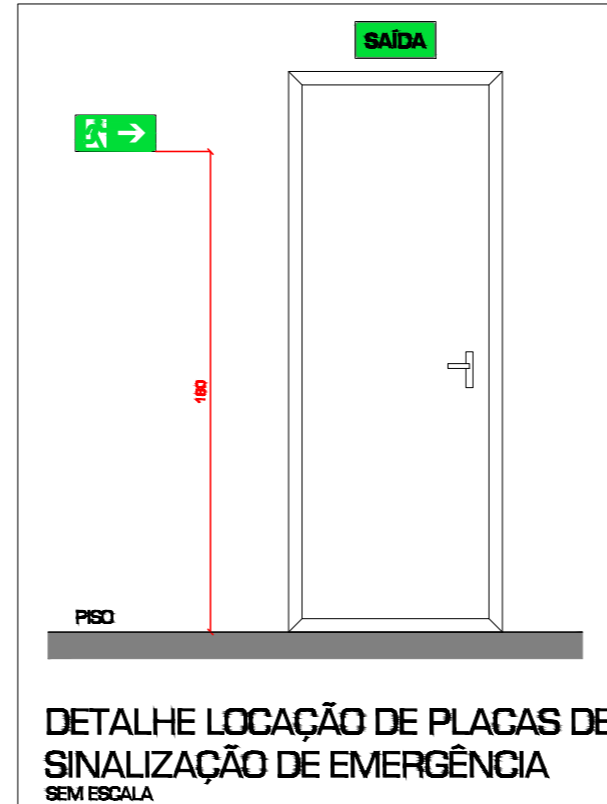
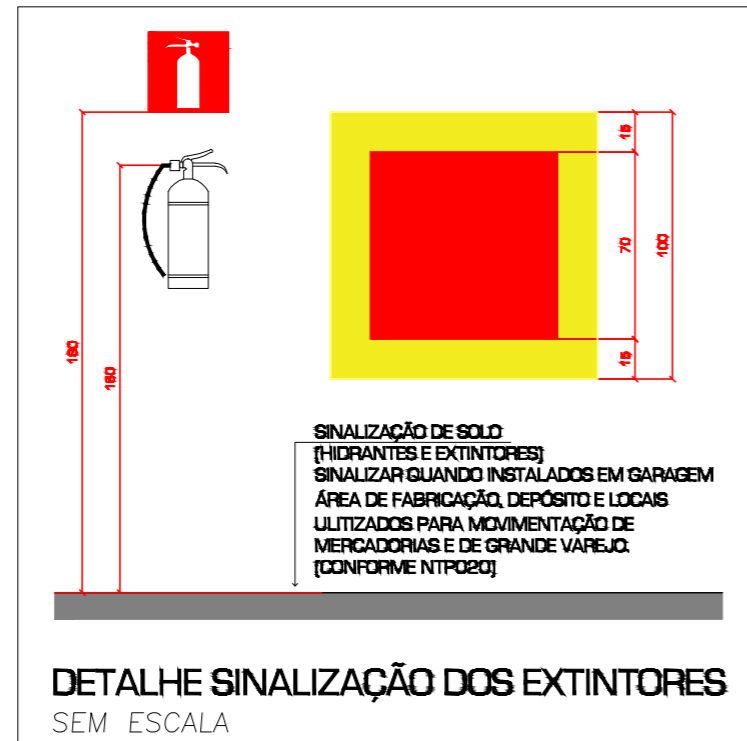
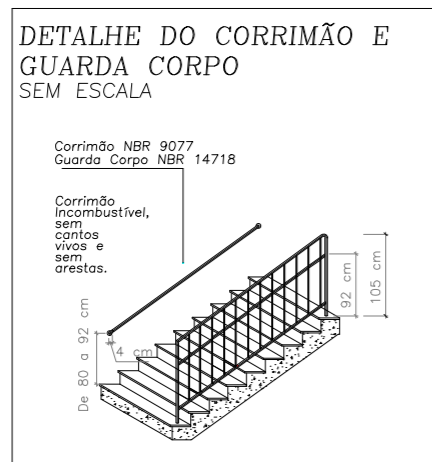
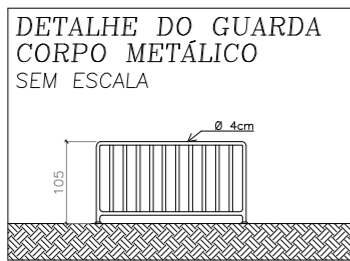
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 - Hugo Lange - Curitiba/PR

ÁREA	OCUPAÇÃO	PARA USO DO CBMPR
1.281,38 m²	D-1	

PRANCHA	CONTEÚDO DA PRANCHA
04 / 05	ISOMÉTRICO

PROPRIETÁRIO	CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68
--------------	---

ESCALA	INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	DATA
		Renan Kohler Teixeira, Eng. de Segurança, CREA-PR: 149.387/D	MAIO 2022



<div><div><div><div>WHK</div><div>ENGENHARIA & PREVENÇÃO</div></div></div><div><div>ELABORAÇÃO DE PROJETOS</div><div>INSTALAÇÃO DE REDES DE HIDRANTES</div><div>INSTALAÇÃO DE REDES DE ALARME</div></div><div><div>MANUTENÇÕES EM REDES</div><div>VENDA DE MATERIAIS</div><div>TREINAMENTO DE BRIGADISTAS</div></div><div><div>CONSULTORIAS</div></div></div>			<div>WHK ENGENHARIA & PREVENÇÃO</div> <div><div>www.whkengenharia.com.br</div><div>(41) 3010-14-14 / 3010-1413</div></div>		
<div>HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID</div>					
<div>DATA</div>		<div>DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO</div>		<div>Nº DO PTPID</div>	
<div>OBRA / ENDEREÇO</div> <div>EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS</div> <div>R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR</div>					
<div>ÁREA</div> <div>1.281,38 m²</div>		<div>OCUPAÇÃO</div> <div>D-1</div>		<div>PARA USO DO CBMPR</div>	
<div>PRANCHA</div> <div>05 / 05</div>		<div>CONTEÚDO DA PRANCHA</div> <div>DETALHES GERAIS</div>			
<div>PROPRIETÁRIO</div> <div>CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68</div>					
<div>ESCALA</div> <div>INDICADA</div>		<div>RESPONSÁVEL TÉCNICO</div> <div>Renan Kohler Teixeira, Eng. de Segurança, CREA-PR: 149.387/D</div>		<div>DATA</div> <div>MAIO 2022</div>	



Memorial Descritivo
Calculo de Hidrante

1. DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

- Classe de ocupação: D-1
- Risco: 700,00 MJ/m² (Moderado)
- Tipo de sistema a ser adotado: Tipo: 3
- Área de risco abrangida or hidrantes: 1281,38 m²

VOLUME DO RESERVATÓRIO: 12m³

Características:

TIPO	Esguicho regulável	Mangueiras de Incêndio			Número de expedições	Vazão mínima (l/min)	Pressão mínima (mca)
		DN	Comprimento				
			Interno	Externo			
1	25	25	30	60	simples	100	10
2	40	40	30	60	simples	150	10
3	40	40	30	60	simples	200	10
4	40	40	30	60	simples	300	10
	65	65	30	60	simples	300	10
5	65	65	30	60	duplo	600	10

Componentes do sistema adotado:

Materiais	Tipos de sistemas				
	1	2	3	4	5
Abrigos	Opcional	Sim	Sim	Sim	Sim
Mangueiras de Incêndio	Não	Tipo 1 ou Tipo 2	Tipo 2, 3, 4 ou 5	Tipo 2, 3, 4 ou 5	Tipo 2, 3, 4 ou 5
Chaves para hidrante, engate rápido	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Esguichos	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Mangueria semirrigida	Sim	Não	Não	Não	Não

1. VAZÃO MÍNIMA E PRESSÃO MÍNIMA PARA O HIDRANTE MAIS DESFAVORÁVEL

VAZÃO MÍNIMA: 200 LPM (tabelado)
 PRESSÃO MÍNIMA: HD - 1 (Mais desfavorável)
 $PH1 = (Q. \text{Mínima})^2 / (K)^2$



Dados de performance

Esguicho Modelo EBK Diâmetro de 1.1/2"						
Pressão psi	Jato sólido		Jato Meia Neblina		Jato Nebl. total	
	Vazão	Alcance	Vazão	Alcance	Vazão	Alcance
50	70 gpm	23 m	76 gpm	4 m	80 gpm	3 m
75	84 gpm	25 m	92 gpm	7 m	92 gpm	3 m
100	97 gpm	28 m	105 gpm	9 m	105 gpm	4 m

Esguicho Modelo EBK Diâmetro de 2.1/2"						
Pressão psi	Jato sólido		Jato Meia Neblina		Jato Nebl. total	
	Vazão	Alcance	Vazão	Alcance	Vazão	Alcance
50	185 gpm	30 m	200 gpm	15 m	265 gpm	7 m
75	215 gpm	37 m	244 gpm	10 m	254 gpm	7 m
100	252 gpm	45 m	287 gpm	13 m	294 gpm	9 m

K é o fator de vazão relacionado ao diâmetro do esguicho. Adotado como base um esguicho regulável da marca "Kidde", temos:

Diâmetro do esguicho usado: 1.1/2" pol

$$K = Q / (P^{1/2}) \quad \therefore \quad K = 92 * 3,785 / ((75 * 0,70)^{1/2}) = 48,06 \text{ L/min.mca}^{-1/2}$$

$$PH1 = (200)^2 / (48,06)^2 \quad \therefore \quad PH1 = 17,32 \text{ mca}$$

• Diâmetros do ramal de alimentação do hidrante mais desfavorável:

- Diâmetro do esguicho: Regulável
- Diâmetro da mangueira de hidrante: 40 mm
- Diâmetro da canalização: 65 mm

2. PERDA DE CARGA NO SUB-RAMAL DO HD1:

$$HP_A = HP_c + HP_v + HP_m + HP_{esg}$$

- $HP_c = 10,65 \times Q \cdot \text{Mínima}^{1,85} \times L_{tc} \times C^{-1,85} \times D_c^{-4,87}$

$$HP_c = 10,65 \times 0,0033^{1,85} \times 2,5 \times 130^{-1,85} \times 0,065^{-4,87}$$

$$HP_c = 0,052 \text{ mca}$$

- $HP_m = 7,30 \text{ mca}$ (Valor tabelado para o diâmetro de 40mm com vazão de 200 LPM)

- $HP_v = k \times (V_v)^2 / 2 \times g$

$$V_v = (Q \times 4) / (\pi \times d^2)$$

$$V_v = (0,0033 \times 4) / (\pi \times 0,065^2)$$

$$V_v = 1,01 \text{ m/s}$$

$$HP_v = 5 \times (1,01)^2 / 2 \times 9,81$$

$$HP_v = 0,26 \text{ mca}$$

- $HP_{esg} = 1,40 \text{ mca}$ (Valor tabelado para esguicho)

$$\therefore HP_{Pa-Hd1} = 0,052 + 0,26 + 7,3 + 1,4$$

$$HP_{Pa-Hd1} = 9,01 \text{ mca}$$

3. PRESSÃO NO PONTO DO HD1: (HIDRANTE SIMPLES)

- $P = 17,32 \text{ mca} + 9,01 \text{ mca}$

$$P = 26,33 \text{ mca}$$

4. CÁLCULO DA VAZÃO DA COLUNA DE INCÊNDIO:

- $Q_{cl} = 2 \times Q \cdot \text{Mínima}$

$$Q_{cl} = 2 \times 200$$

$$Q_{cl} = 400 \text{ L/min}$$

5. ALTURA MANOMÉTRICA TOTAL:

$$H_{mt} = P + H_{g_{Ri-A}} + H_{p_{Ri-Ma}} + H_{p_{Ma-A}}$$

- $H_{p_{Ri-Ma}} = (10,65 \times Q^{1,85} \times L_t) / (C^{1,85} \times D^{4,87})$

$$H_p = (10,65 \times 0,0067^{1,85} \times 2,5) / (130^{1,85} \times 0,065^{4,87})$$

$$H_p = 0,19 \text{ mca}$$

- $H_g = 1,60$


$$\begin{aligned}
 \bullet \quad H_{p_{Ma-A}} &= (10,65 \times Q^{1,85} \times l) / (C^{1,85} \times D^{4,87}) \\
 H_p &= (10,65 \times 0,0067^{(1,85)} \times 37,24) / (130^{(1,85)} \times 0,065^{(4,87)}) \\
 \boxed{H_p} &= \boxed{2,78 \text{ mca}}
 \end{aligned}$$

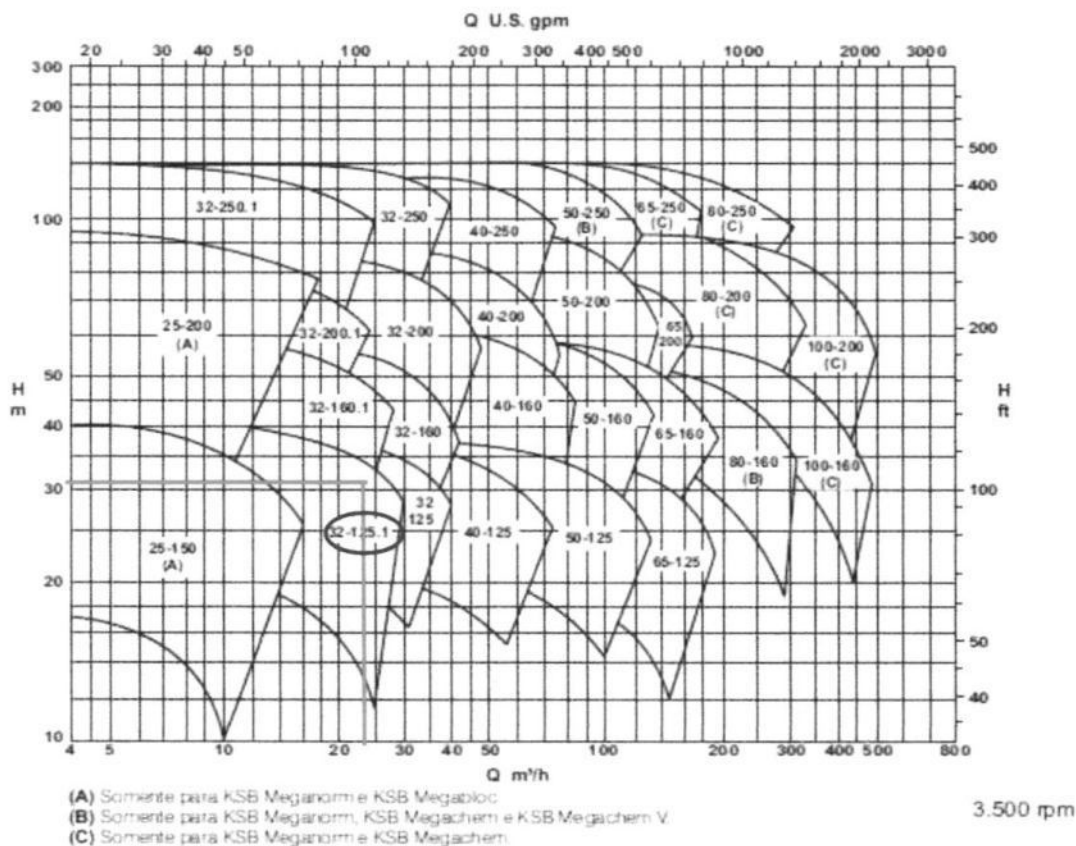
$$\begin{aligned}
 \therefore H_{mt} &= P + H_{g_{Ri-A}} + H_{p_{Ri-Ma}} + H_{p_{Ma-A}} \\
 H &= 26,33 + 1,6 + 0,19 + 2,78 \\
 \boxed{H} &= \boxed{30,90 \text{ mca}}
 \end{aligned}$$

6. SELEÇÃO DE MOTO-BOMBA

Q = 24 m³/h

Altura Manométrica total: 31 mca

Bomba Tipo	KSB MEGANORM	Campo de Aplicação	60 Hz	
Pump Type	KSB MEGABLOC	Selection Charts		
Tipo de Bomba	KSB MEGACHEM	Campo de Aplicación		
	KSB MEGACHEM V			



Bomba : 32-125.1
 3500 rpm

Bomba Tipo KSB MEGANORM
 Pump type KSB MEGABLOC
 Tipo de Bomba KSB MEGACHEM V

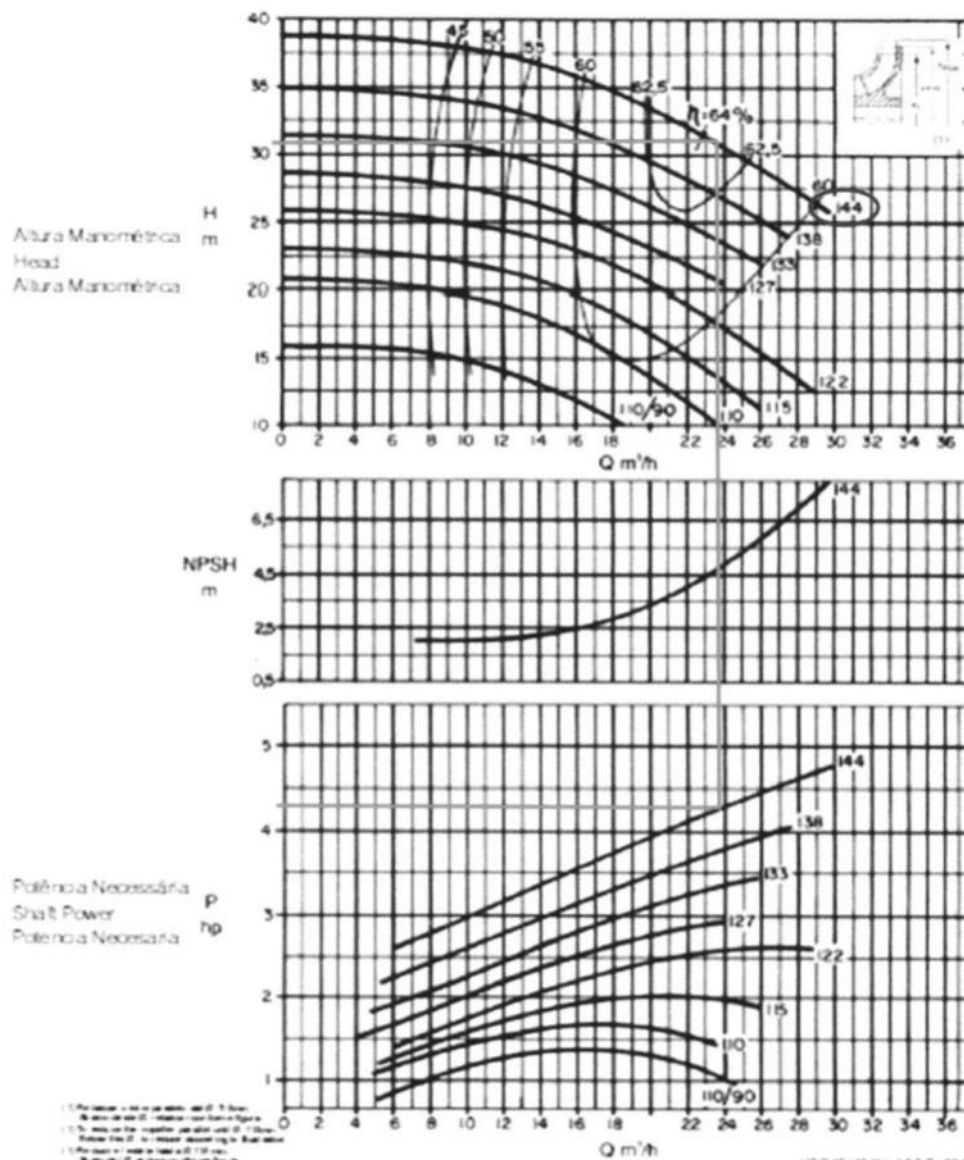
Tamanho Size 32-125.1
 Tamanho



Oferta nº _____
 Projeto - No _____
 Oferta - nº _____

Item nº _____
 Item - No _____
 Pos - nº _____

Velocidade Nominal Norm. Rotative Speed 3500 rpm
 Velocidad Nominal



1. For selection, use the performance data of the pump.
 2. For selection, use the performance data of the pump.
 3. For selection, use the performance data of the pump.
 4. For selection, use the performance data of the pump.

10740140/44.463-5-003

ROTOR: 144
 Q: $24 m^3/h$
 POTÊNCIA: 5 cv



ENGENHARIA & PREVENÇÃO

MEMORIAL DE CONSTRUÇÃO

MEMORIAL BÁSICO DE CONSTRUÇÃO

Obra: EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS

Proprietário: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR

CNPJ/CPF: 76.693.886/0001-68

Endereço: R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

Indicação Fiscal/Inscrição Imobiliária: 26.026.03.20.001

Ocupação: D-1

Área total: 1.281,38 m²

1. ESTRUTURAS: execução da obra realizada de acordo com as normas construtivas em vigor, concreto armado, executadas de acordo com as características da construção. Atende ao TRRF (resistência ao fogo) para 60 minutos, conforme a NPT-08. Fundações: executadas para suportar as cargas solicitadas, de acordo com normas em vigor.

2. ALVENARIAS: construídas de tijolos de barro (tipo cerâmico), blocos de concreto ou de materiais equivalentes, assentadas e revestidas de argamassa, de acordo com as normas construtivas em vigor.

3. COMPARTIMENTOS: Independentes de sua natureza de ocupação, os compartimentos possuem dimensões adequadas à sua atividade. Os materiais de construção (estruturas, vedações, acabamento, etc.) empregados, mediante aplicação adequada, atendem aos requisitos técnicos quanto à estabilidade, ventilação, higiene, segurança, salubridade, conforto térmico e acústico, atendendo às posturas municipais e às normas do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

4. INSTALAÇÕES: as instalações hidráulicas e elétricas obedecem aos requisitos normativos da ABNT e das respectivas concessionárias.

5. VIDROS: os elementos envidraçados atendem aos critérios de segurança previstos nas normas da ABNT.

6. MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO: as medidas de segurança contra incêndio e os riscos específicos obedecem aos requisitos do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná e, onde aplicável, das normas ABNT.

Curitiba, 20 de maio de 2022



Renan Kohler Teixeira

Engenheiro de Segurança do Trabalho

CREA PR-149.387/D



MEMORIAL DE VIAS DE ABANDONO
Memorial Descritivo

APRESENTAÇÃO GERAL

O presente memorial descritivo tem por finalidade descrever as principais características e medidas de segurança contra incêndio e pânico a serem adotadas para as instalações preventivas da CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR, a ser aprovado no Corpo de Bombeiros de Curitiba – PR.

1. DADOS GERAIS DA EDIFICAÇÃO

Obra: EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS

Proprietário: CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR

CNPJ/CPF: 76.693.886/0001-68

Endereço: R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

Indicação Fiscal/Inscrição Imobiliária: 26.026.03.20.001

Ocupação: D-1

Área total: 1.281,38 m²

2. CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES E ÁREAS DE RISCO

- **Quanto à ocupação:**

D-1: Escritório

- **Quanto à altura:**

Tipo II: Baixa

Altura: Até 6 m.

- **Quanto à carga de incêndio:**

Risco Moderado: Entre 200 e 1200 MJ/m²

- **Quanto às distâncias máximas a serem percorridas:**

Para uma saída e sem chuveiros automáticos:

Andar de saída da edificação – Distância máxima: 50m

Andar de demais andares – Distância máxima: 30m

- **Cálculo da População e Dimensionamento das Saídas de Emergência**

$$N = P/C$$

N – Número de Unidades de Passagem

P – População

C – Capacidade da unidade de passagem

SUPERIOR

Área = 317,70m²

Uso: D-1: ESCRITÓRIO

$$N = P/C$$

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro

P = população, conforme coeficiente da Tabela 1.

$$P = 382,57/7 = 54,65 \text{ Pessoas}$$

C = capacidade da unidade de passagem, conforme Tabela 1 do Anexo

$$C = 75$$

$$N = 54,65/75$$

Logo, N = 0,72 -> 1

TÉRREO

Área = 317,70m²

Uso: D-1: ESCRITÓRIO

$N = P/C$

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro

P = população, conforme coeficiente da Tabela 1.

$P = 382,57/7 = 54,65$ Pessoas

C = capacidade da unidade de passagem, conforme Tabela 1 do Anexo

C = 100

$N = 54,65/100$

Logo, $N = 0,54 \rightarrow 1$

TÉRREO

Área = 238,04m²

Uso: F-5: AUDITÓRIO

$N = P/C$

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro

P = população, conforme coeficiente da Tabela 1.

$P = 238,04/1 = 238,04$ Pessoas

C = capacidade da unidade de passagem, conforme Tabela 1 do Anexo

C = 100

$N = 238,04/100$

Logo, $N = 2,38 \rightarrow 3$

TÉRREO

Área = 343,07m²

Uso: DEMAIS ÁREA (ALMOXARIFADO, COZINHA, SALA)

$N = P/C$

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro

P = população, conforme coeficiente da Tabela 1.

$$P = 343,07/7 = 49,01 \text{ Pessoas}$$

C = capacidade da unidade de passagem, conforme Tabela 1 do Anexo

$$C = 100$$

$$N = 49,01/100$$

Logo, $N = 0,49 \rightarrow 1$

TABELA RESUMO						
LOCALIZAÇÃO	ÁREA (m ²)	POP	CAPACIDADE DE UNIDADES DE PASSAGEM (CM)		Nº DE UNIDADES DE PASSAGEM EXIGIDAS	Nº DE UNIDADES DE PASSAGEM EXISTENTES
			Portas	ESCADAS E RAMPAS		
SUPERIOR – D-1	317,70	54,65	100	75	1	5
TÉRREO – D-1	317,70	54,65	100	75	1	7
TÉRREO – F-5	238,04	238	100	75	3	8
TÉRREO – D-1	343,07	49	100	75	1	10

Cada unidade de passagem com 0,55 m, conforme item 5.4.1.2 da NPT 011.





1. Responsável Técnico

RENAN KOHLER TEIXEIRA

Título profissional:

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Empresa Contratada: **WHK PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO LTDA - ME**

RNP: 1714788075

Carteira: **PR-149387/D**

Registro/Visto: **63179**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: **76.693.886/0001-68**

R PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296

HUGO LANGE - CURITIBA/PR 80040-452

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 07/06/2022

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Público) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296

HUGO LANGE - CURITIBA/PR 80040-452

Data de Início: 07/06/2022

Previsão de término: 07/07/2022

4. Atividade Técnica

[Projeto] de localização de equipamento de combate a incêndio

Quantidade

Unidade

1281,38

M2

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por RENAN KOHLER TEIXEIRA, registro Crea-PR PR-149387/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 07/06/2022 e hora 08h49.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.693.886/0001-68

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

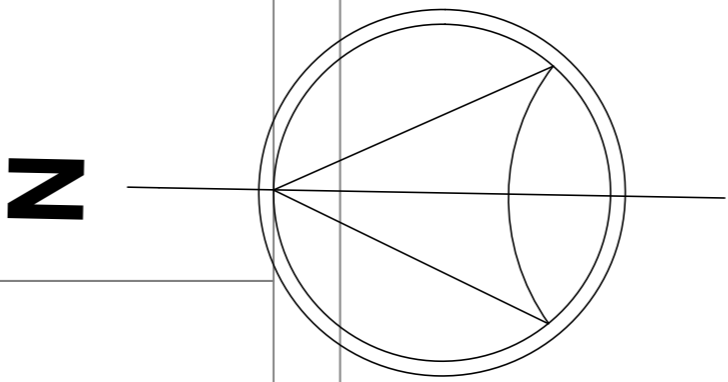
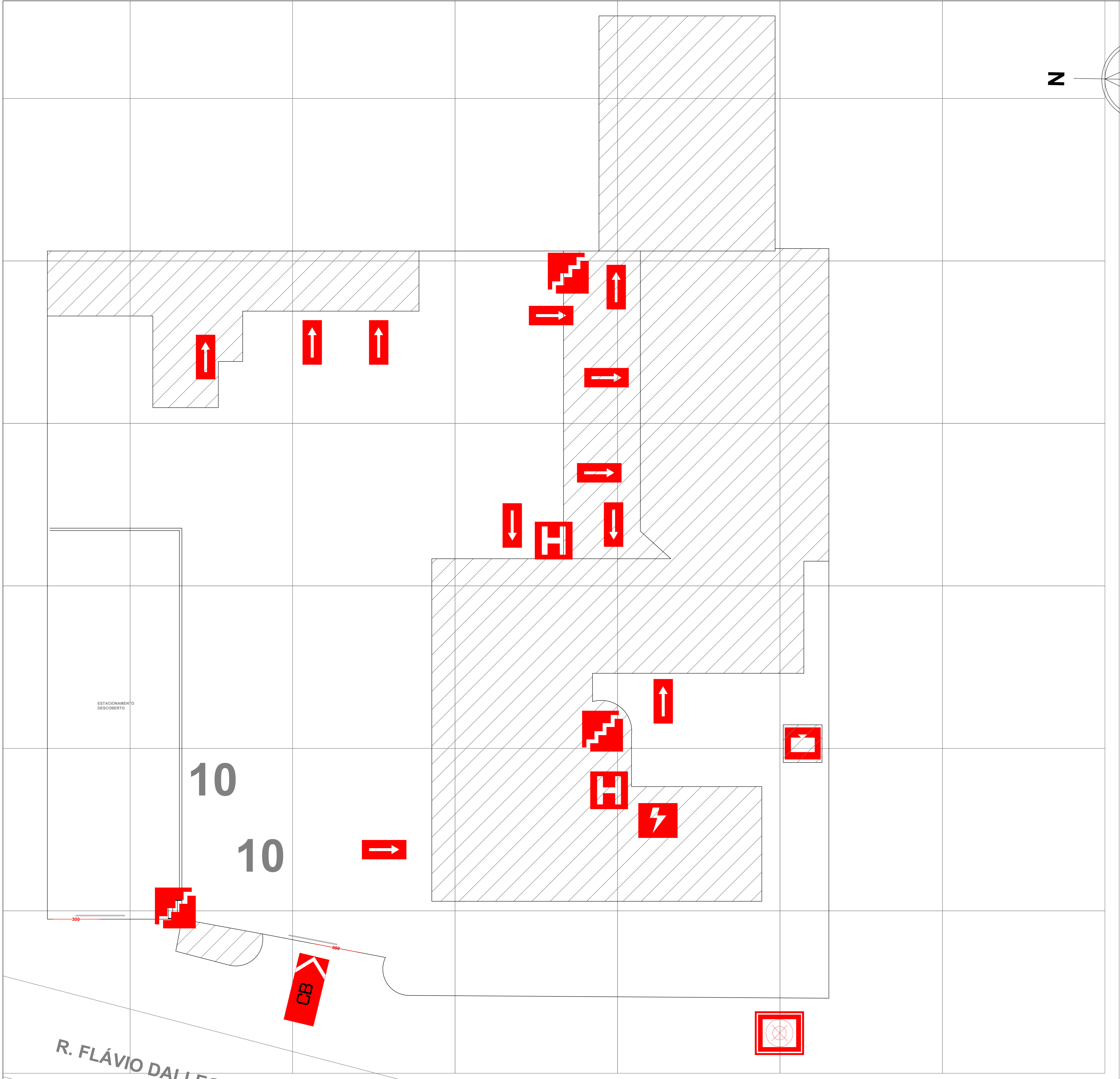
Valor da ART: R\$ 88,78

Registrada em : 07/06/2022

Valor Pago: R\$ 88,78

Nosso número: 2410101720222987042





R. SIMÃO BOLÍVAR

R. SIMÃO BOLÍVAR

R. FLÁVIO DALLEGRAVE

R. PRES. RODRIGO OTÁVIO

PLANTA DE RISCO
AREA: 1.281,38 m²
ESCALA 1: 200

- VIATURA DOS BOMBEIROS
- ABRIGO DE MANGUEIRA E HIDRANTE
- RESERVA DE INCÊNCIO
- REGISTRO DE RECALQUE SIMPLES
- RISCO ELÉTRICO
- ACESSO DA GUARNIÇÃO À EDIFICAÇÃO
- ESCADA CONFORME NPT11

ART Nº 1720222987042

PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E DESASTRE

IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO E / OU ÁREA DE RISCO

PAVIMENTO OU SETOR	OCUPAÇÃO	CLASSE DO RISCO	CJ [MJ/m²]	Nº DE PAVIMENTOS	PÉ DIREITO [m]	ÁREA [m²]
TÉRREO	ESCRITÓRIO (D-1)	RM	700	01	3,00	898,81
PAVIMENTO 01	ESCRITÓRIO (D-1)	RM	700	01	3,00	382,57
ALTURA	TIPO II - BAIXA 3,00 m	RISCO PREDOMINANTE	RM - 700 MJ/m²	ÁREA EXISTENTE	ÁREA TOTAL	1.281,38 m²

MEDIDAS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

<input checked="" type="checkbox"/> ACESSO DE VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS	<input checked="" type="checkbox"/> ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA
<input type="checkbox"/> SEPARAÇÃO ENTRE EDIFICAÇÕES	<input checked="" type="checkbox"/> ALARME DE INCÊNDIO E DETECÇÃO
<input checked="" type="checkbox"/> SEGURANÇA ESTRUTURAL NAS EDIFICAÇÕES	<input checked="" type="checkbox"/> SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA
<input checked="" type="checkbox"/> COMPARTIMENTAÇÃO HORIZONTAL	<input checked="" type="checkbox"/> EXTINTORES DE INCÊNDIO
<input checked="" type="checkbox"/> CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> HIDRANTES E MANGOTINHOS
<input checked="" type="checkbox"/> SAÍDAS DE EMERGÊNCIA	<input type="checkbox"/> CHUVEIROS AUTOMÁTICOS
<input type="checkbox"/> BRIGADA DE INCÊNDIO	<input type="checkbox"/> RESFRIAMENTOS
<input type="checkbox"/> CONTROLE DE FUMAÇA	<input type="checkbox"/> ESPUMA
<input type="checkbox"/> PLANO DE EMERGÊNCIA	<input type="checkbox"/> SISTEMA FIXO DE GASES LIMPOS

RESERVATÓRIOS	INFERIOR	-	SUPERIOR	12 m³	R.T.I	12 m³	S.P.K	-
---------------	----------	---	----------	-------	-------	-------	-------	---



VANGUARDA ENGENHARIA

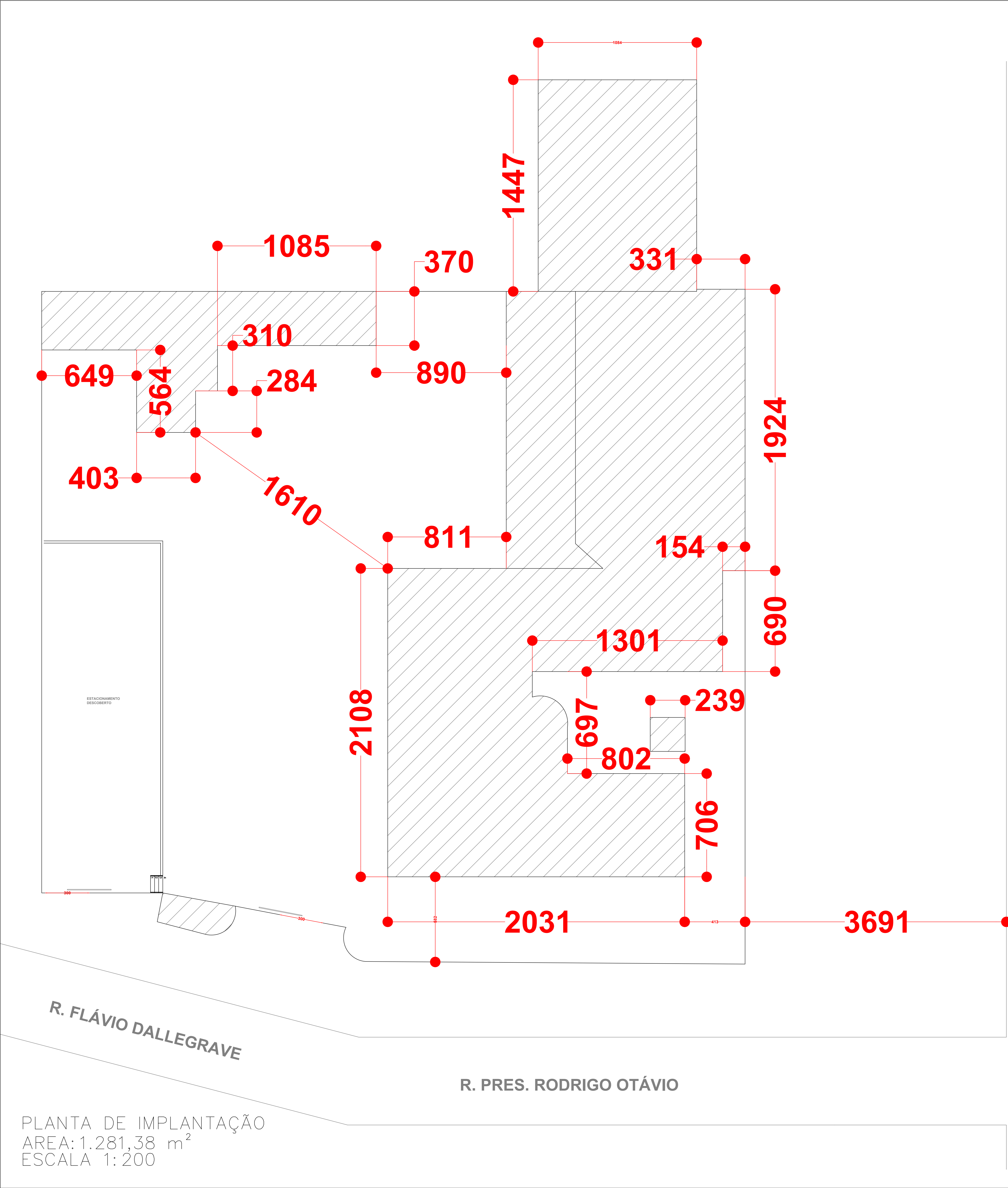
R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR
(41) 98787-9935

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID

DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID

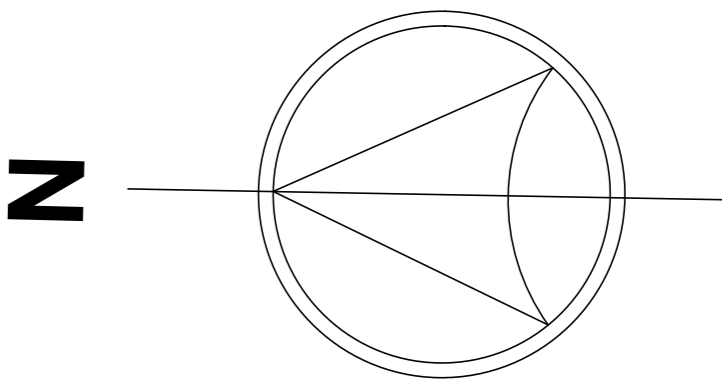
OBRA / ENDEREÇO
EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

ÁREA 1.281,38 m²	OCUPAÇÃO D-1	PARA USO DO CBMPR
PRANCHA 01 / 07	CONTEÚDO DA PRANCHA PLANTA DE RISCO DE INCÊNDIO QUADRO DE ESTATÍSTICA	
PROPRIETÁRIO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68		
ESCALA INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO André Azevedo, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/D	DATA SETEMBRO / 2025

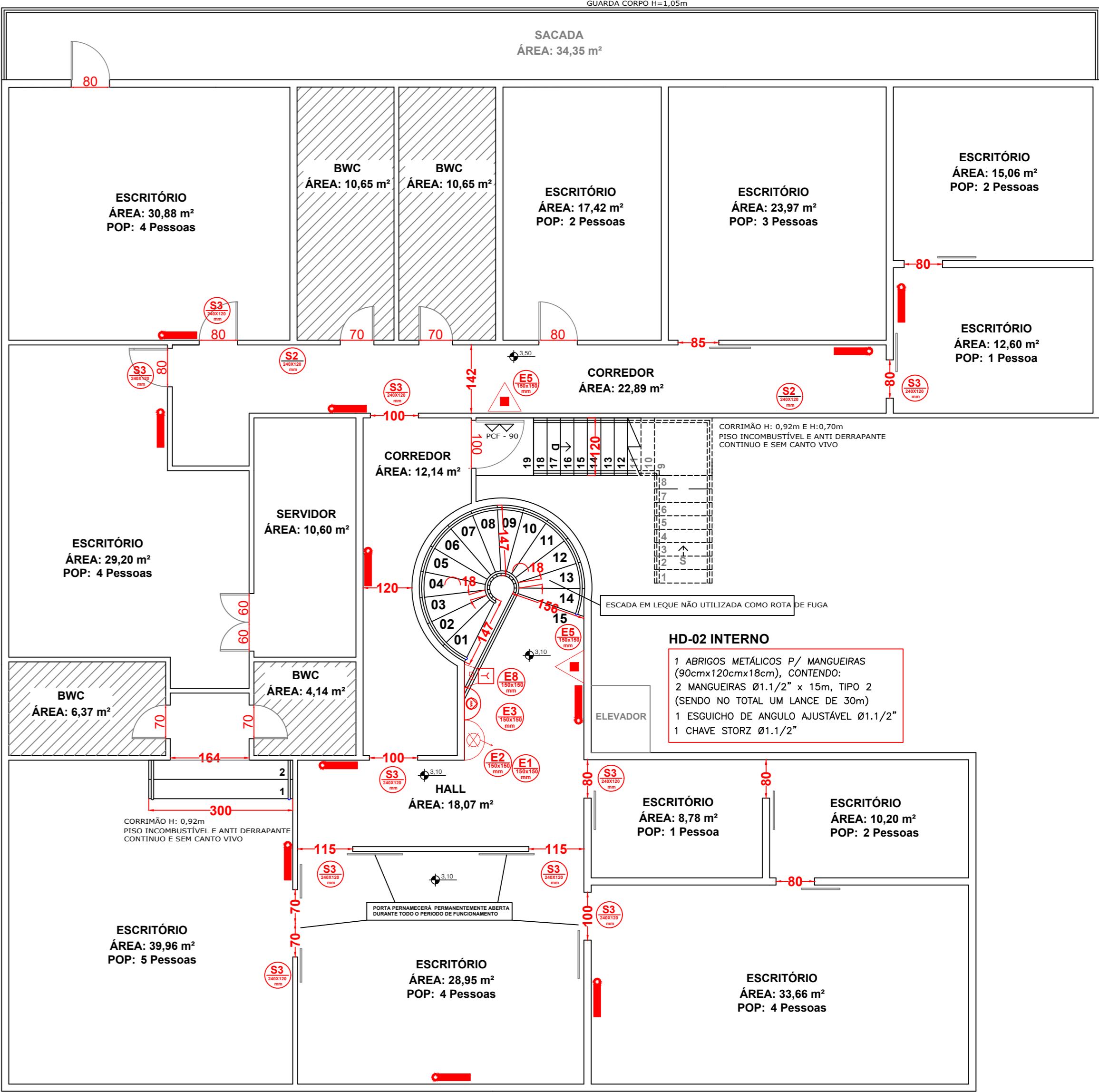
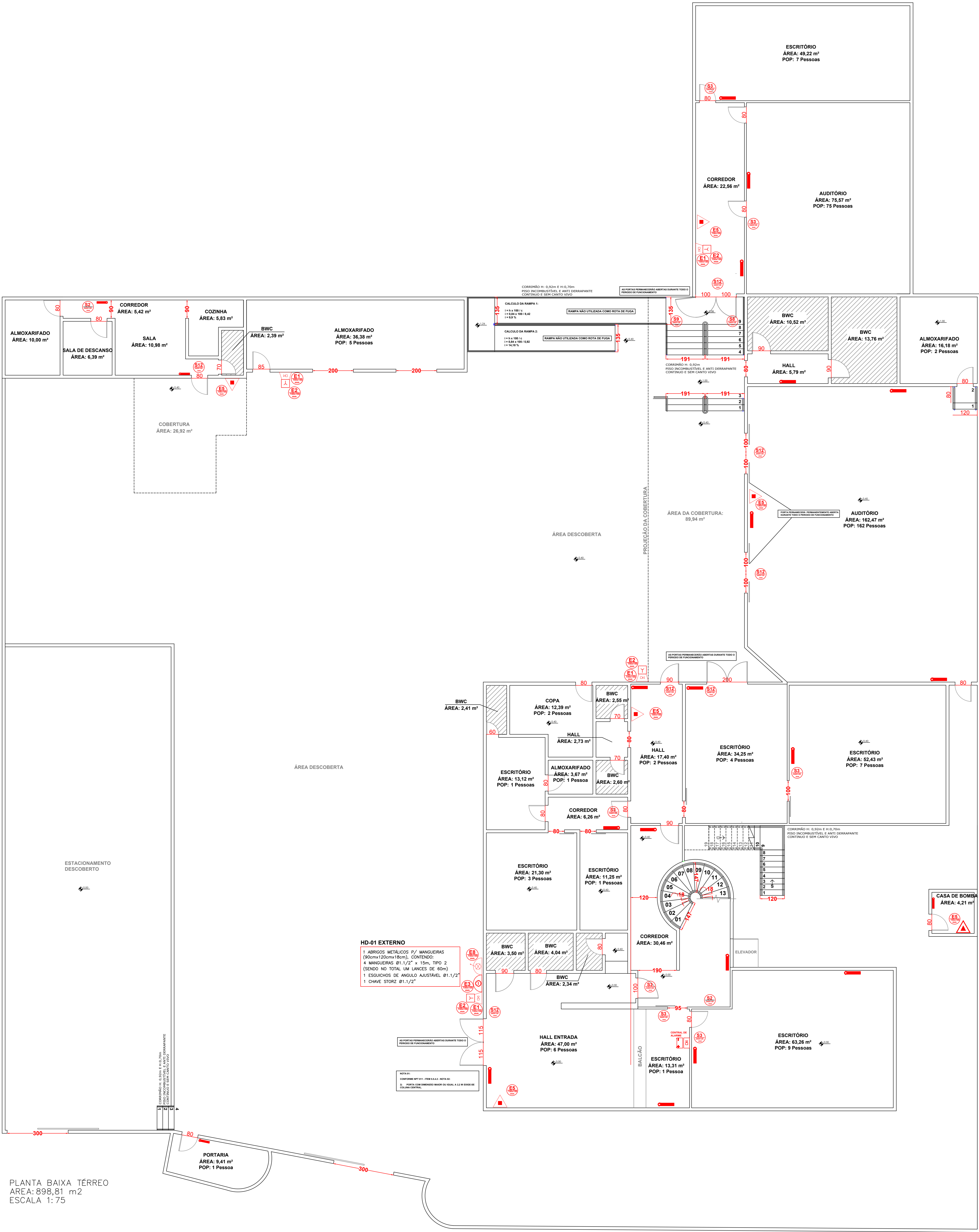


R. SIMÃO BOLÍVAR

R. SIMÃO BOLÍVAR



		VANGUARDA ENGENHARIA R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR (41)98787-9935	
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID			
DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO		Nº DO PTPID
OBRA / ENDEREÇO EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR			
ÁREA 1.281,38 m ²	OCUPAÇÃO D-1	PARA USO DO CBMPR	
PRANCHA 02 07	CONTEÚDO DA PRANCHA PLANTA DE IMPLANTAÇÃO		
PROPRIETÁRIO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68			
ESCALA INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO André Azevedo, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/D		DATA SETEMBRO / 2025

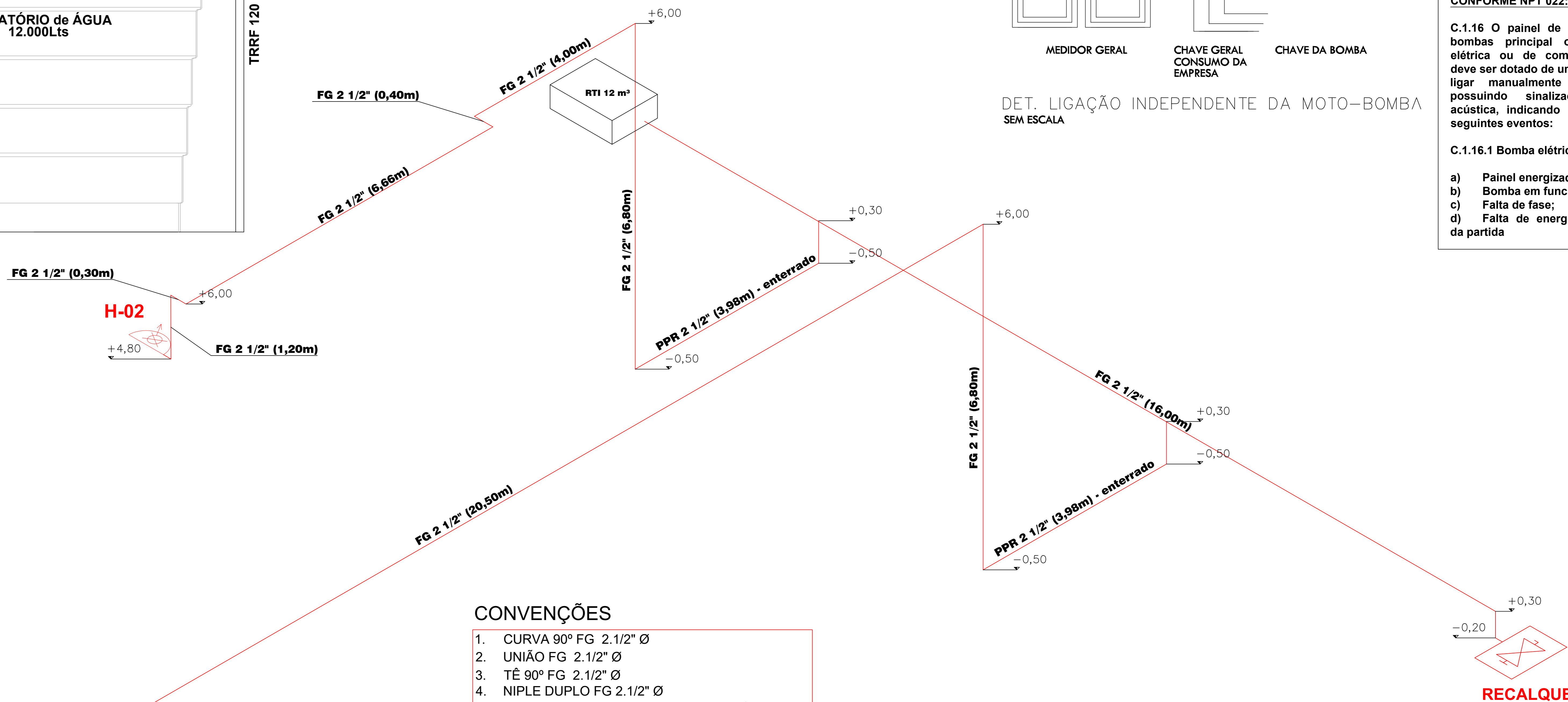
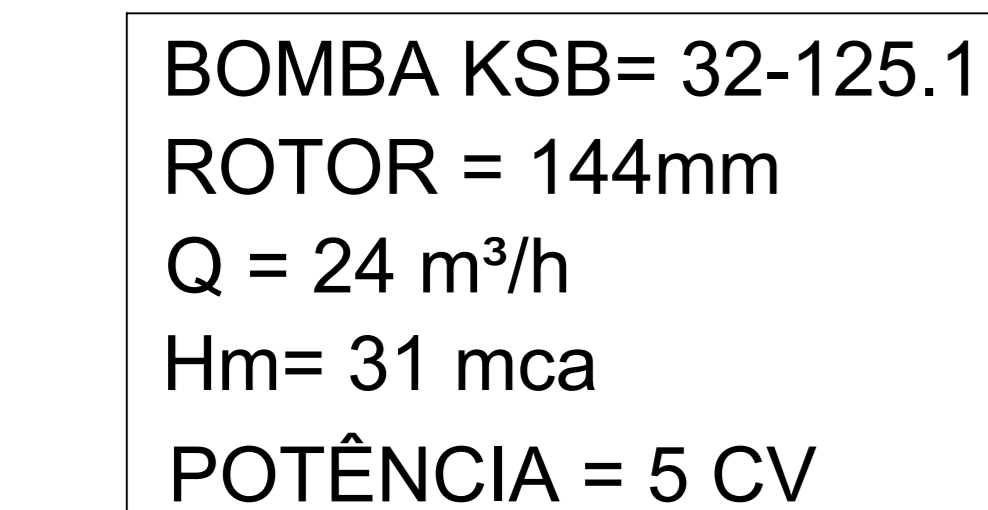


PLANTA BAIXA PAVIMENTO 1
ÁREA: 382,57 m²
ESCALA 1: 75

CONTROLE DE MATERIAL DE ACABAMENTO E REVESTIMENTO	
PISO	Classe I
PAREDE	Classe II-A
TETO/ FORRO	Classe II-A

LEGENDA			
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 2A-B-C	S2	INDICAÇÃO DE SENTIDO DE UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA (ESQUERDA OU DIREITA)
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-C	S3	INDICAÇÃO DE UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA A SER ATUADA ACIMA DA PORTA, PARA INDICAÇÃO DE SEU ACESSO
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S4	INDICAÇÃO DE SENTIDO DE FUGA NO INTERIOR DAS ESCADAS DE EMERGÊNCIA (DIREITA)
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S5	INDICAÇÃO DE SENTIDO DE FUGA NO INTERIOR DAS ESCADAS DE EMERGÊNCIA (ESQUERDA)
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S6	INDICAÇÃO DA SAÍDA DE EMERGÊNCIA
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S7	INDICAÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DOS EXTINTORES DE INCÊNDIO
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S8	AVISADOR SONORO
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S9	ACIONADOR MANUAL DO SISTEMA DE ALARME
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S10	CENTRAL DE ALARME
SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S11	BATERIA AUTÔNOMA DE RESE DE ALARME CONFORME NPT 04
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S12	RESERVA DE INCÊNDIO
	EXTINTOR CAPACIDADE EXTINGUIDORA 3B-4C	S13	RESERVA DE INCÊNDIO

VANGUARDA ENGENHARIA		
R. Santos Rocha, 79 - Centro Velho - Curitiba/PR (41) 908.787-9935		
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID		
DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID
OBRA / ENDEREÇO		
EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS		
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 - Hugo Lange - Curitiba/PR		
ÁREA	Ocupação	PARA USO DO COMPR
1.281,26 m ²	D-1	
PRANCHIA	CONTEÚDO DA PRANCHIA	
03	PLANTA BAIXA	
07		
PROPRIETÁRIO		
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CREFR / CNP: 76.893.866/0001-48		
ESCALA	RESPONSÁVEL TÉCNICO	DATA
INDICADA	André Assunção, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/0	SETEMBRO / 2025

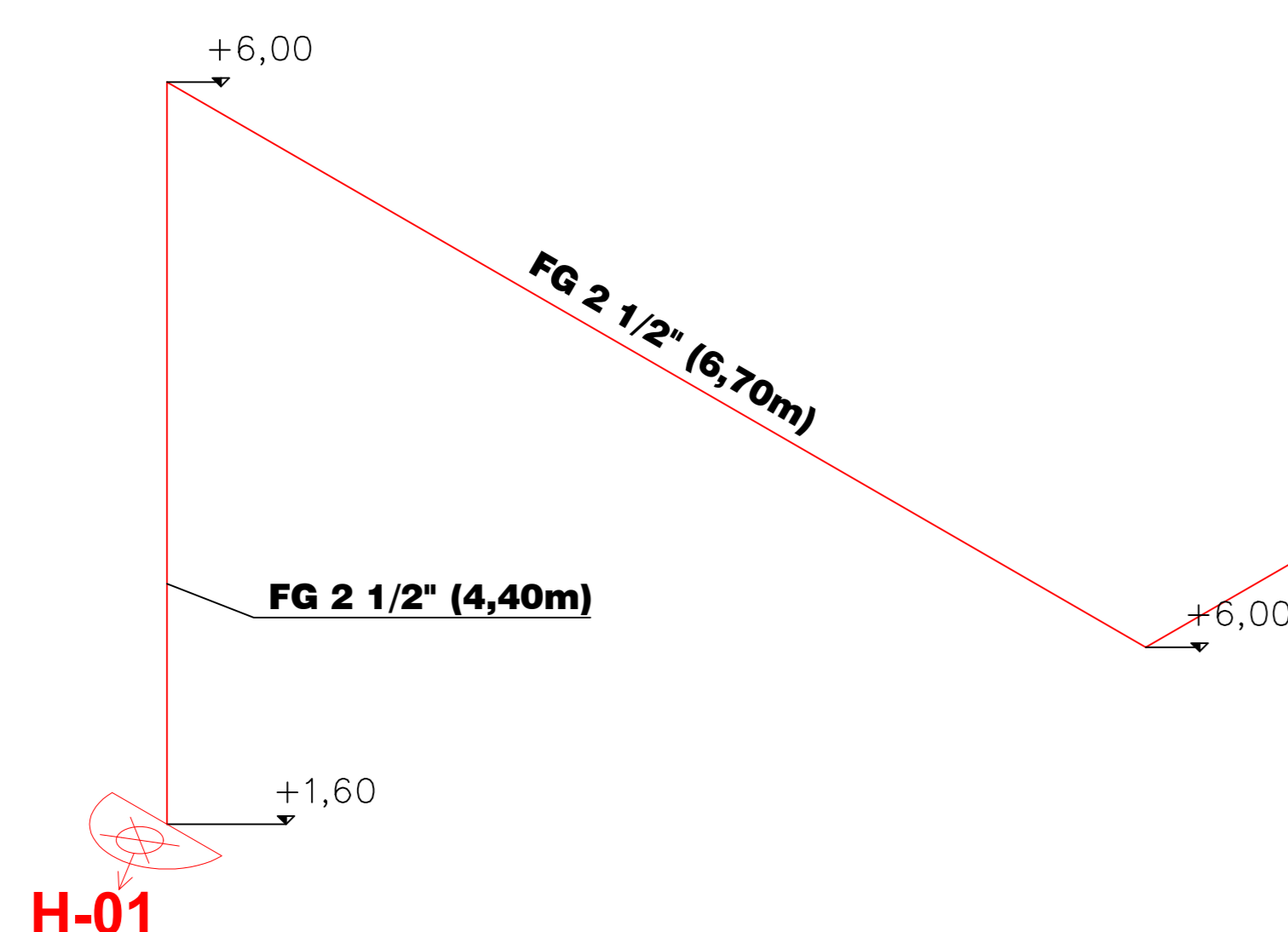


CONFORME NPT 022:

C.1.16 O painel de sinalização das bombas principal ou de reforço, elétrica ou de combustão interna, deve ser dotado de uma botoeira para ligar manualmente tais bombas, possuindo sinalização ótica e acústica, indicando pelo menos os seguintes eventos:

C.1.16.1 Bomba elétrica:

- a) Paineis energizados;
- b) Bomba em funcionamento;
- c) Falta de fase;
- d) Falta de energia no comando da partida



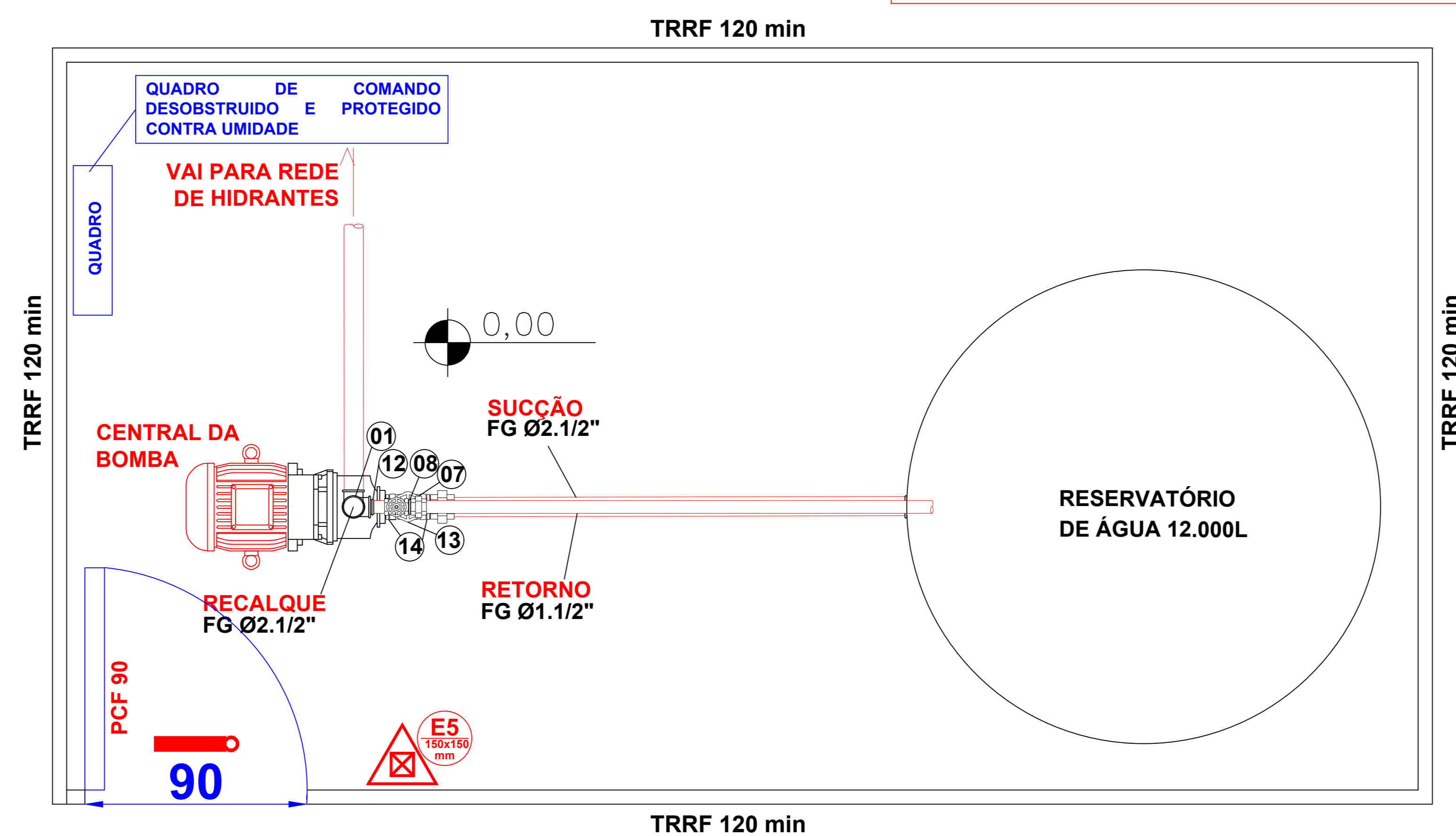
CONFORME NPT 022:

ITEM B.1.3 - O RESERVATÓRIO DEVE SER CONSTRUÍDO EM MATERIAL QUE GARANTA A RESISTÊNCIA AO FOGO E RESISTÊNCIA MECÂNICA. SERÁ PERMITIDA A UTILIZAÇÃO DE RESERVATÓRIO COMBUSTÍVEL, DESDE QUE O MESMO SEJA ENVELOPADO GARANTINDO UM TRRF MÍNIMO DE 2 HORAS OU POSSUA UM ISOLAMENTO DE RISCO OBTIDO PELO AFASTAMENTO DE 15,0 M DE QUALQUER EDIFICAÇÃO OU ÁREA DE RISCO.

ITEM C.1.2 - AS DIMENSÕES DAS CASAS DE BOMBAS DEVEM SER TAIS QUE PERMITAM ACESSO EM TODA VOLTAS DAS BOMBAS DE INCÊNDIO E ESPAÇO SUFICIENTE PARA QUALQUER SERVIÇO DE MANUTENÇÃO LOCAL, NAS BOMBAS DE INCÊNDIO E NO PAINEL DE COMANDO, INCLUSIVE VIABILIDADE DE REMOÇÃO COMPLETA DE QUALQUER DAS BOMBAS DE INCÊNDIO.

CONVENÇÕES

1. CURVA 90º FG 2.1/2" Ø
2. UNIÃO FG 2.1/2" Ø
3. TÊ 90º FG 2.1/2" Ø
4. NIPLE DUPLO FG 2.1/2" Ø
5. REGISTRO DE GAVETA 90º FG 2.1/2" Ø
6. REGISTRO DE GAVETA 90º FG 1.1/2" Ø
7. UNIÃO FG 1.1/2" Ø
8. NIPLE DUPLO FG 1.1/2" Ø
9. VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL FG 2.1/2" Ø
10. REDUÇÃO Ø3" x 1.1/2"
11. MANOMETRO
12. VÁLVULA EM PÉ DE CRIVO Ø2.1/2"
13. REGISTRO DE GAVETA 90º FG " Ø2.1/2
14. NIPLE DUPLO FG " Ø2.1/2
15. CURVA 90º FG 1.1/2" Ø





VANGUARDA
ENGENHARIA

VANGUARDA ENGENHARIA

R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR
(41)98787-9935

HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID

DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID

OBRA / ENDEREÇO

EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS
R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR

ÁREA

1.281,38 m²

OCUPA

D-1

PARA USO DO CBMPR

PRANC

CONTEÚDO DA PRANCHA

04

07

ISOMÉTRICO - REDE DE HIDRANTES

PROPRIETÁRIO

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68

ESCALA

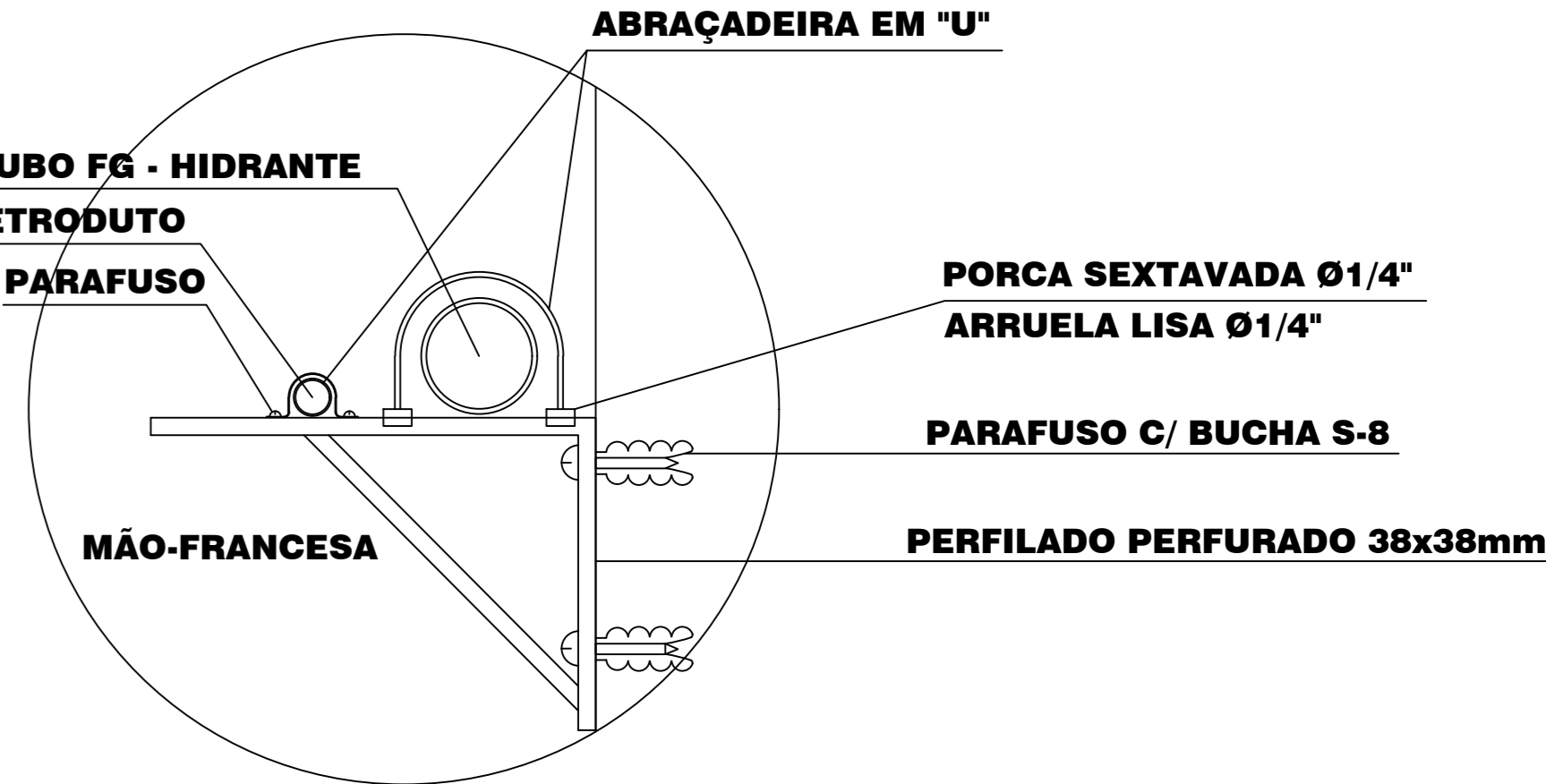
INDICADA

RESPONSÁVEL TÉCNICO

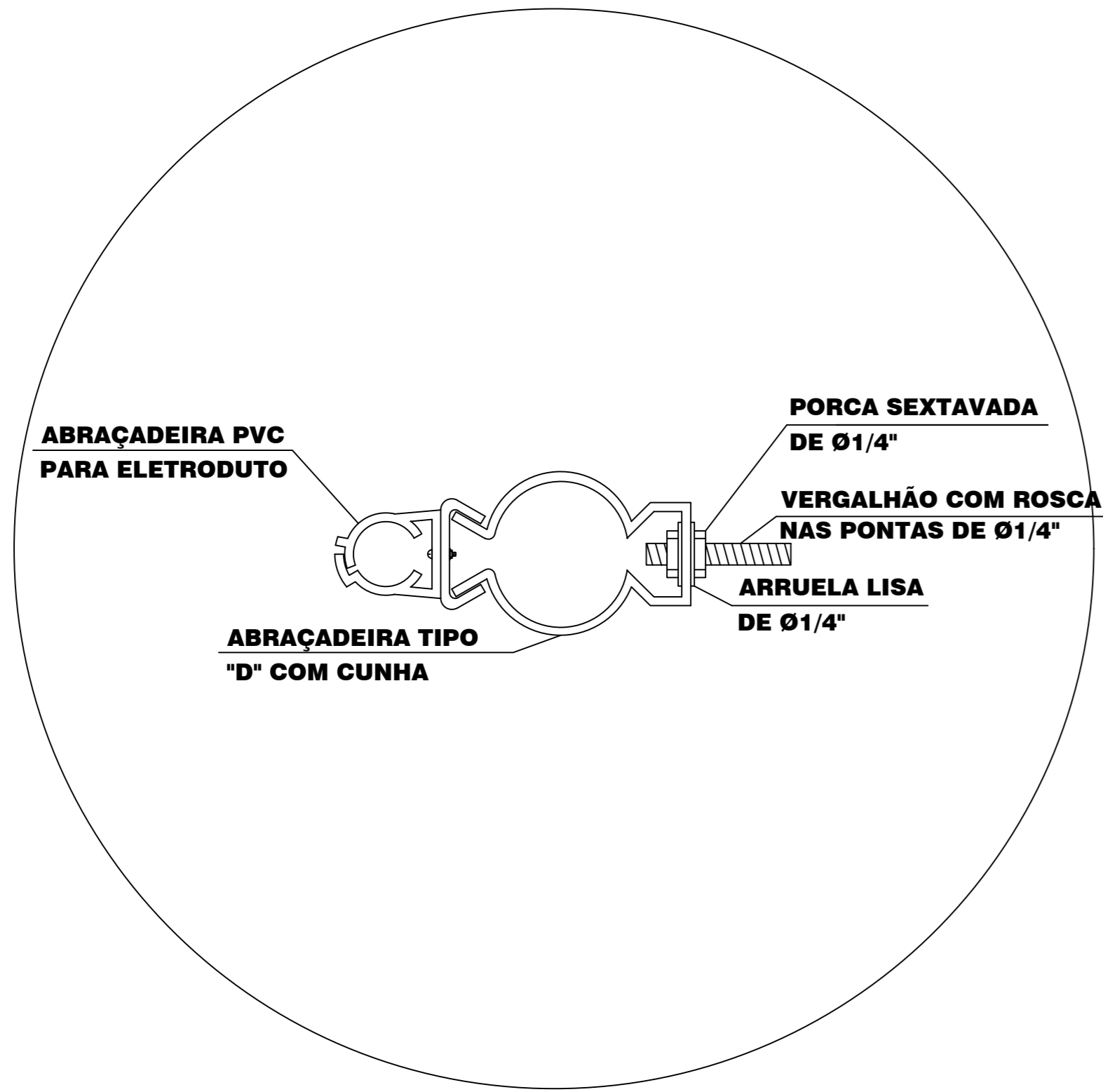
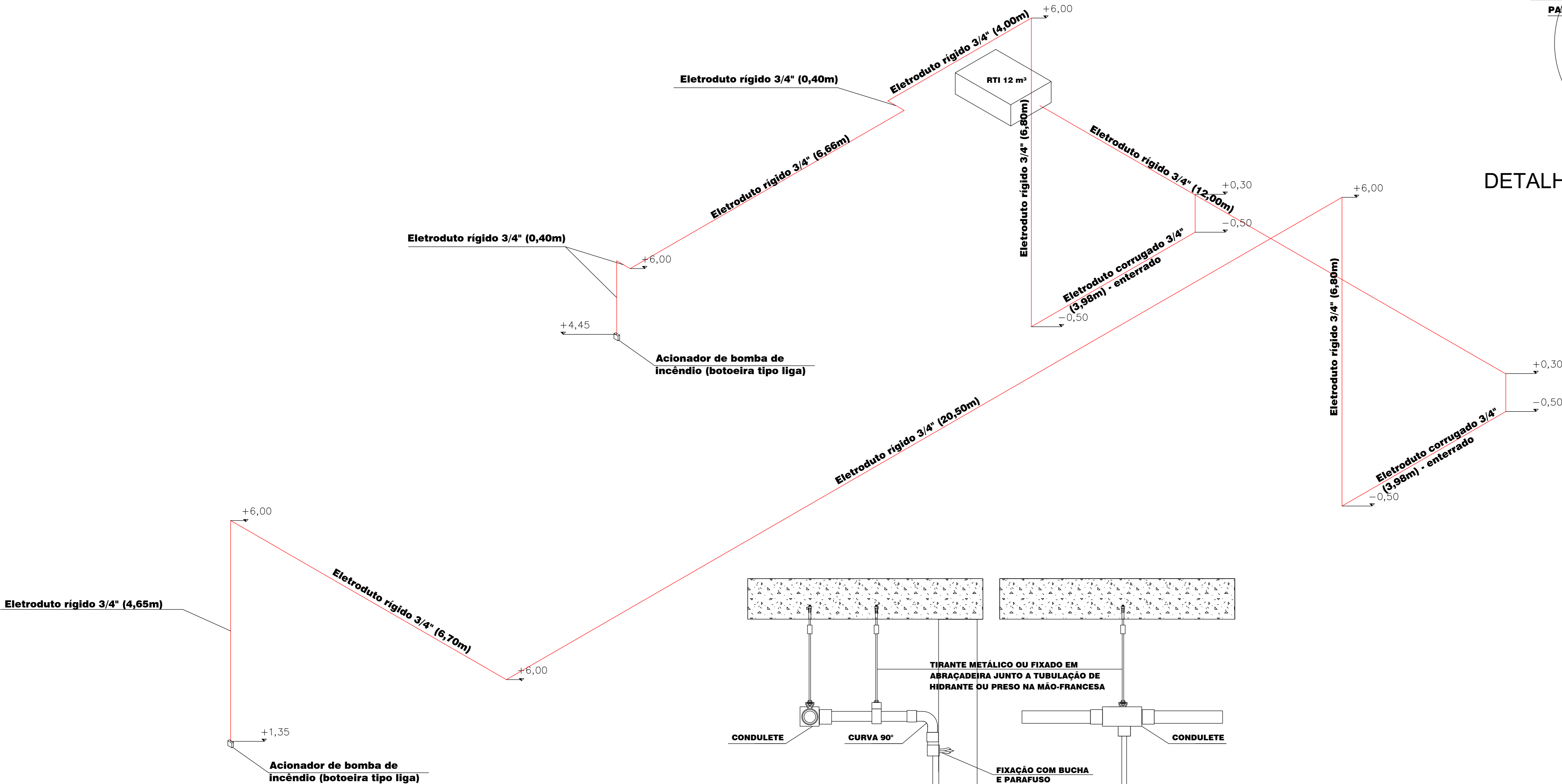
André Azevedo, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/D

DATA

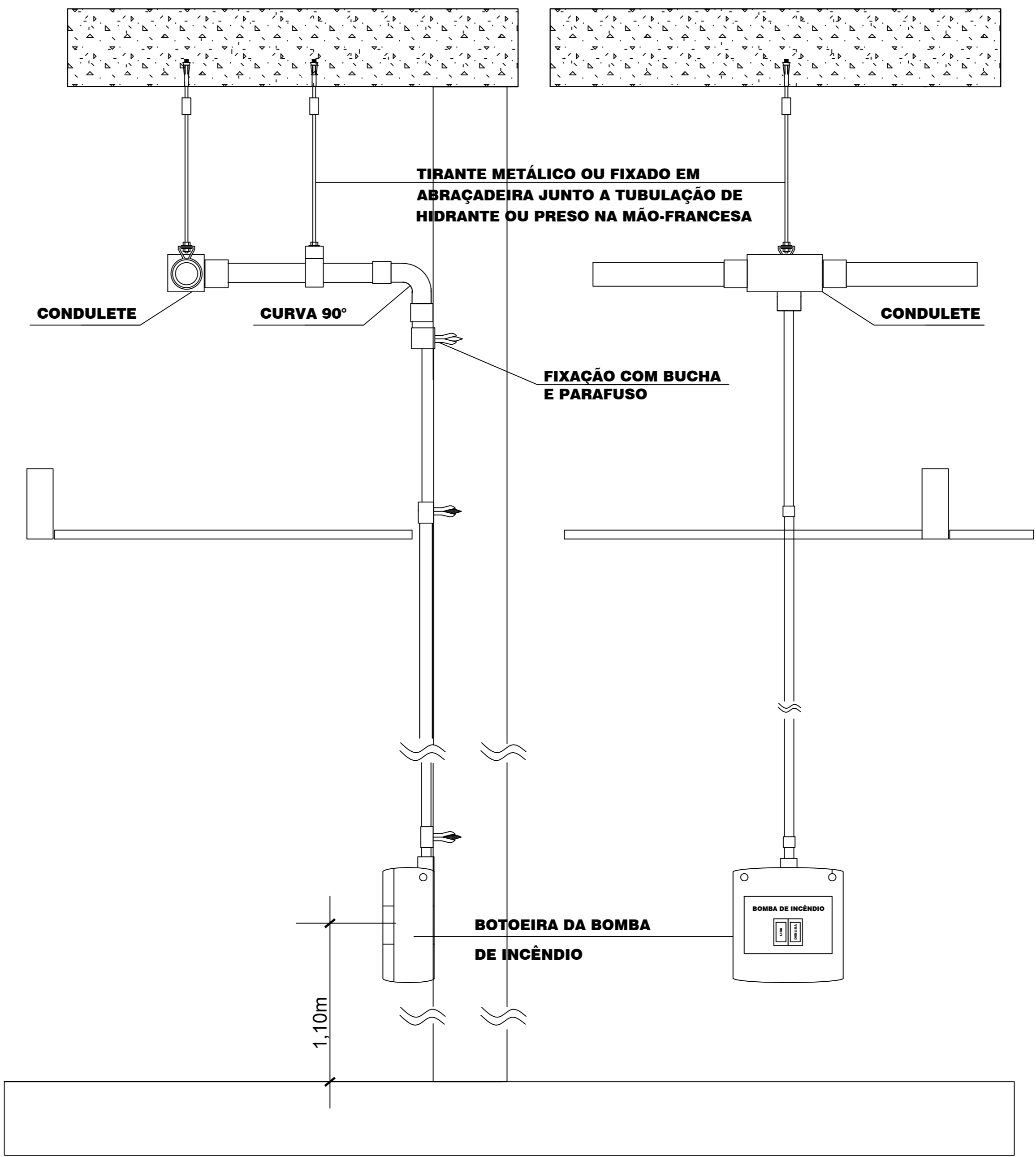
SETEMBRO / 2025



DETALHE FIXAÇÃO COM MÃO-FRANCESA

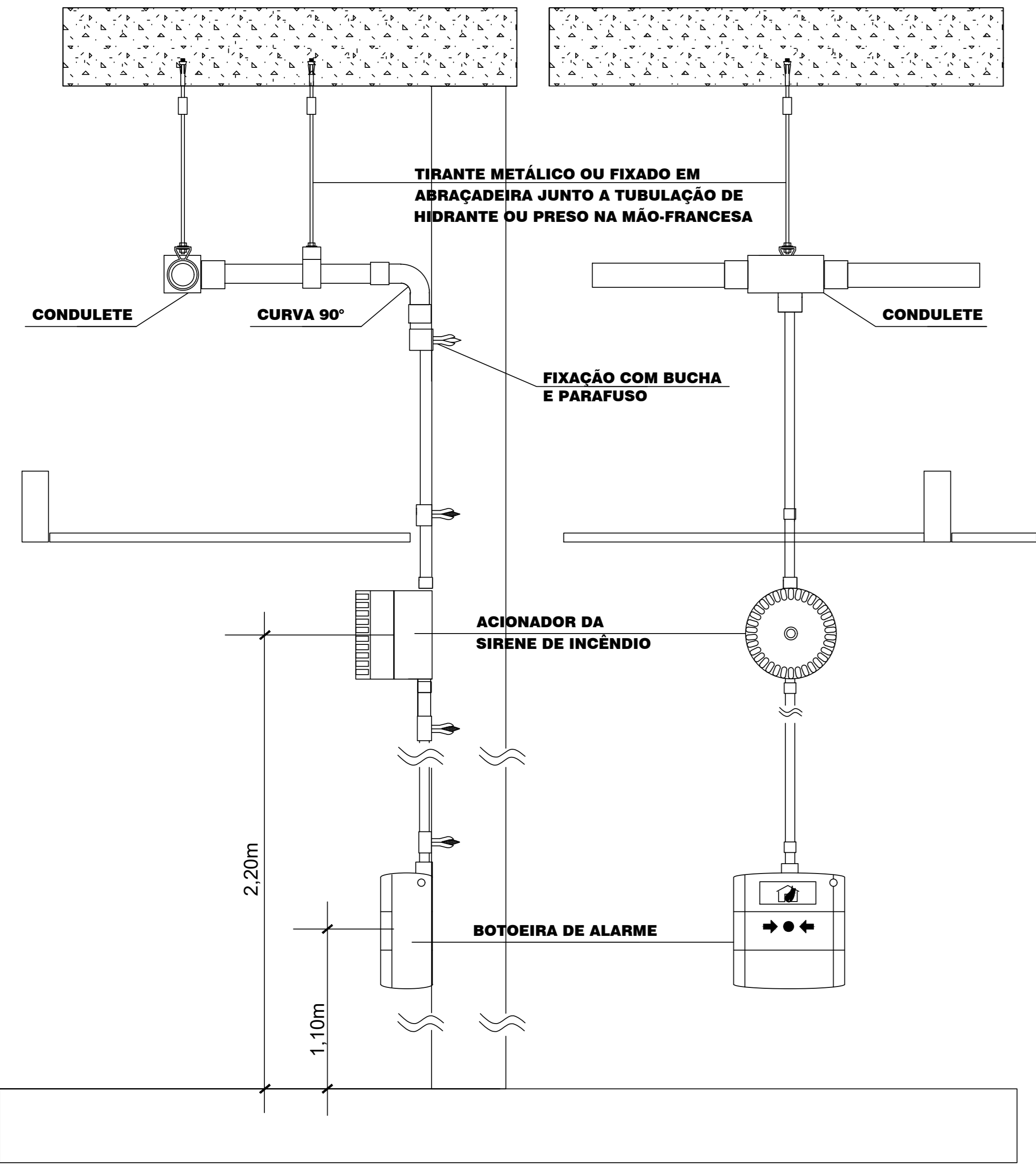
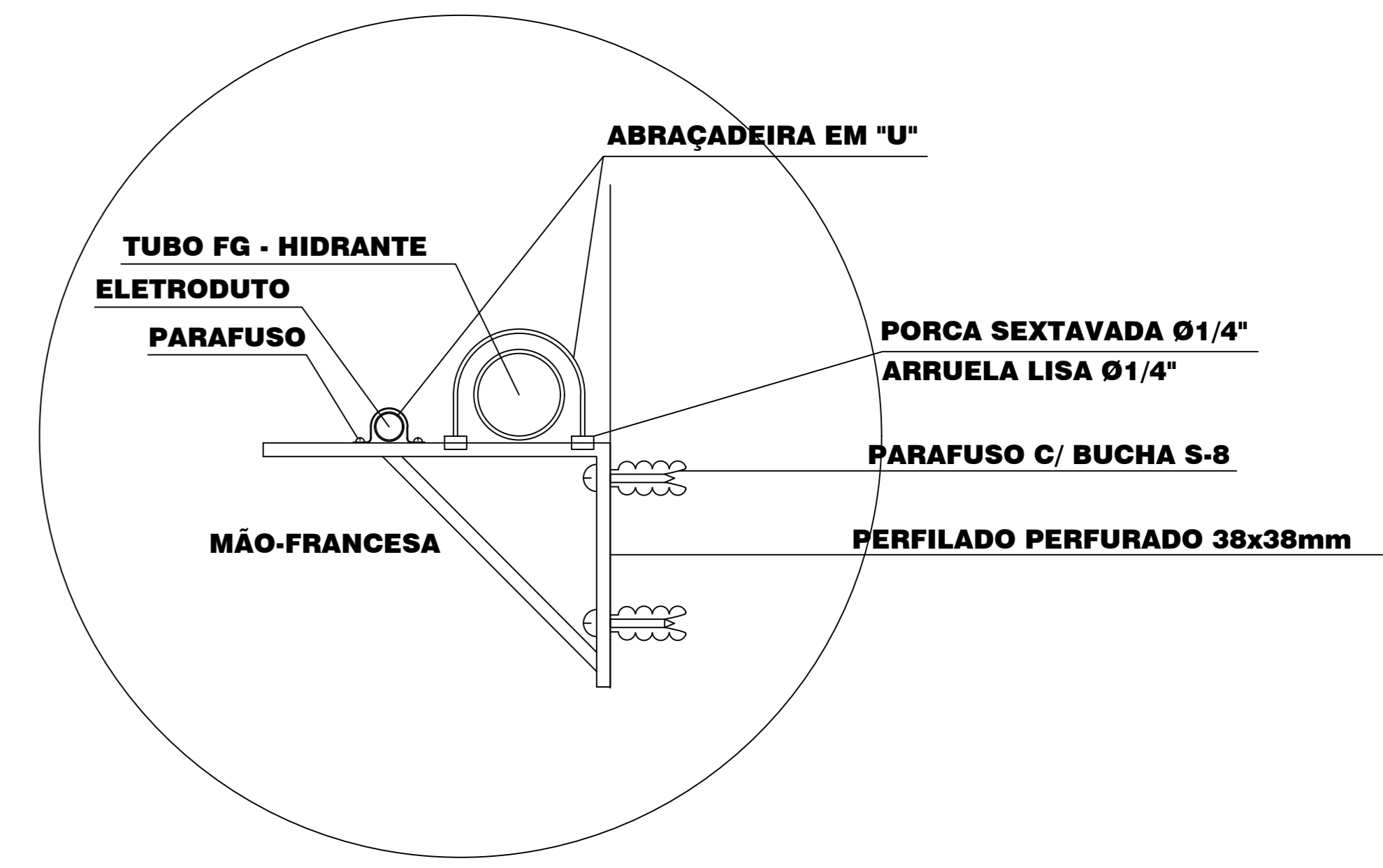
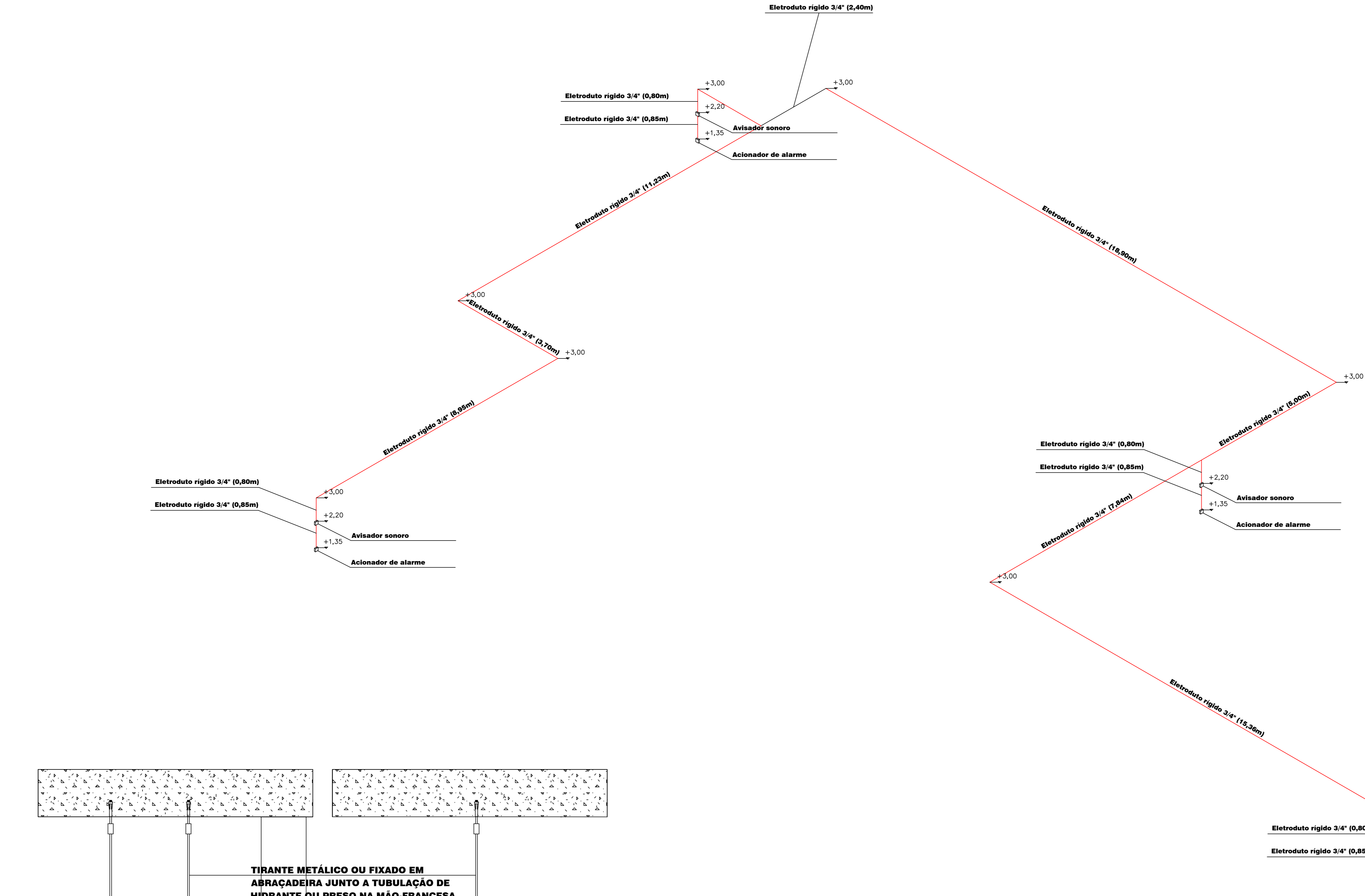


DETALHE FIXAÇÃO COM ABRAÇADEIRA DE PVC EM ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "D" COM CUNHA

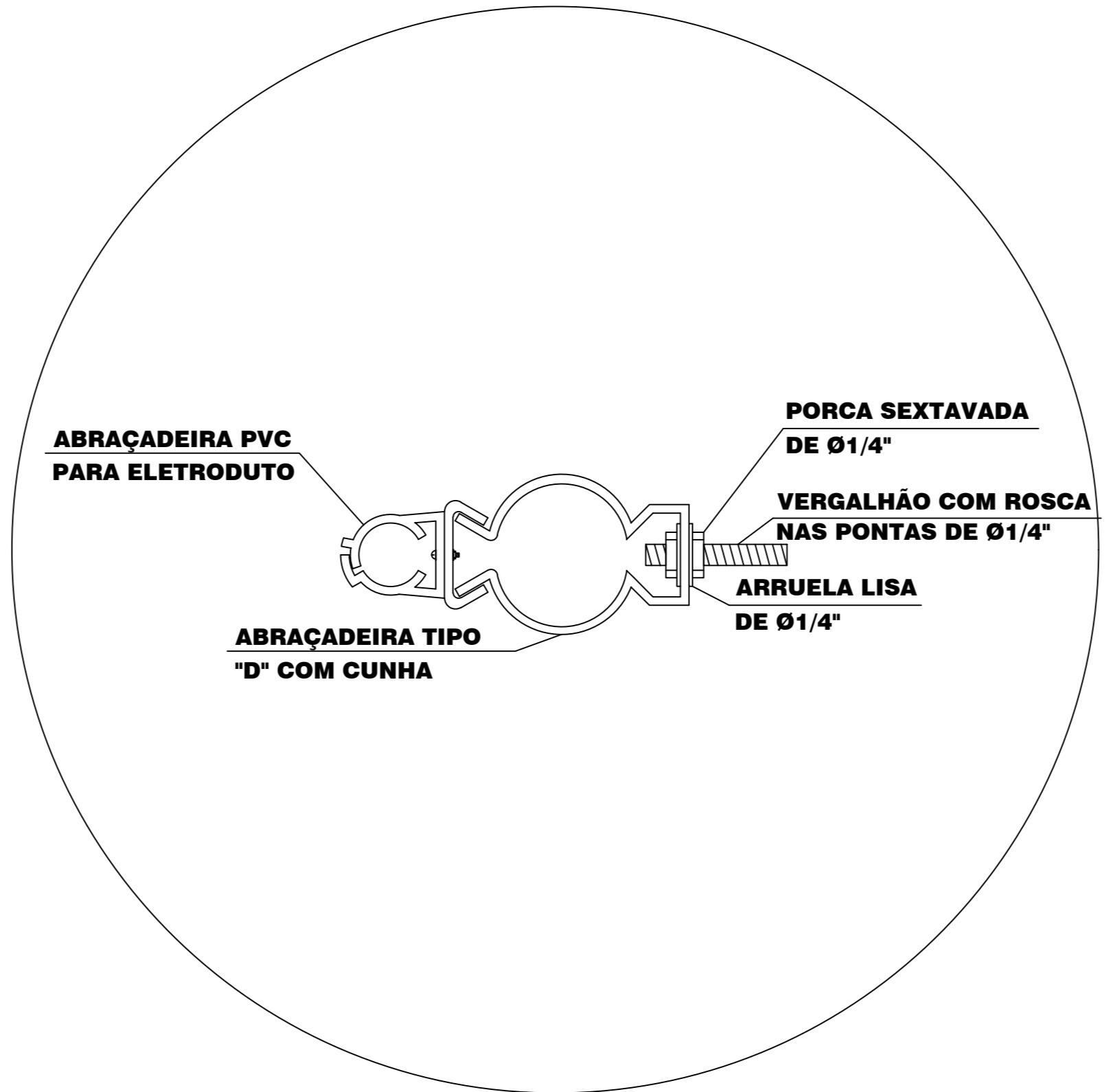
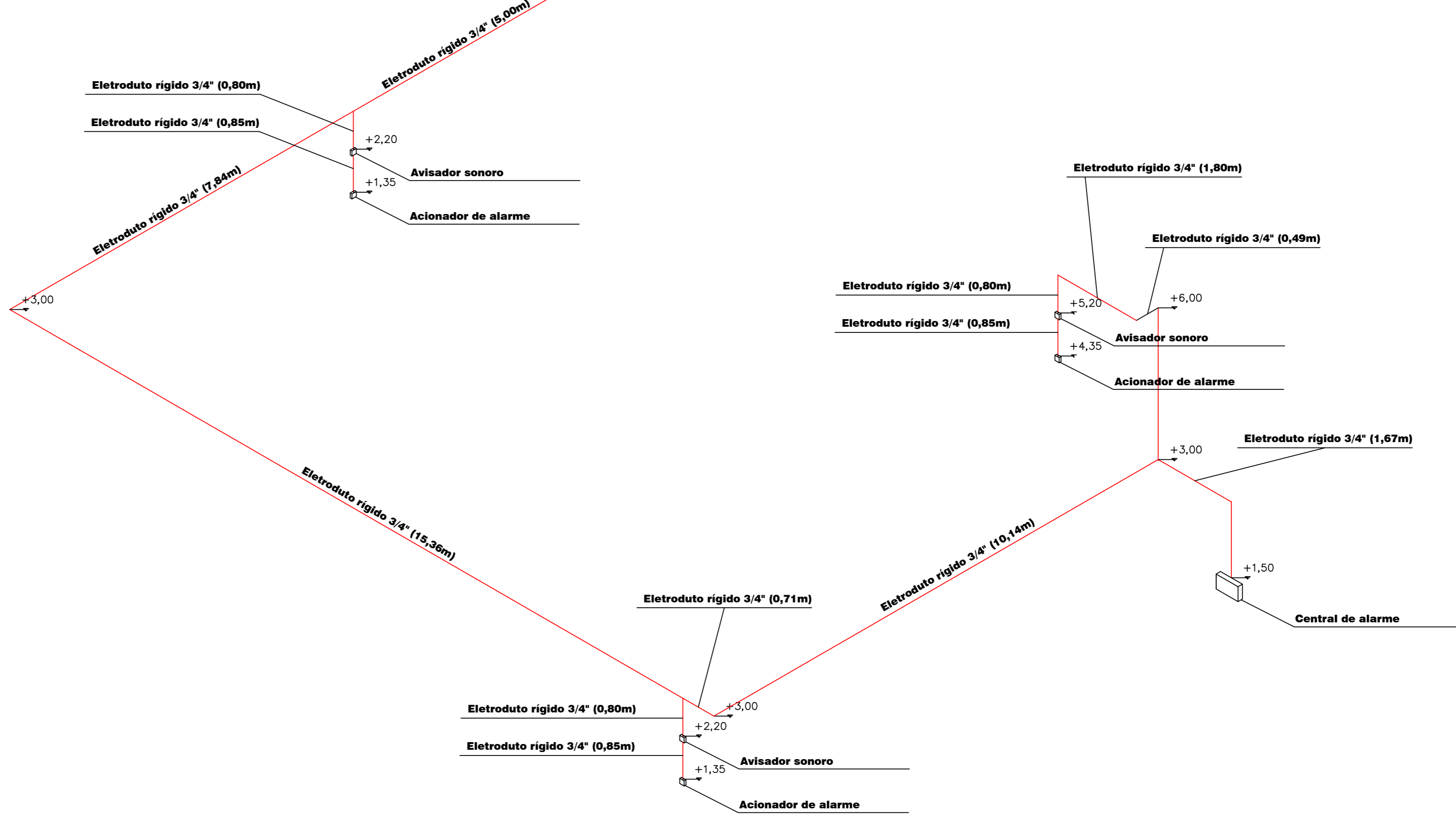


DETALHE INSTALAÇÃO DE BOTOEIRA DA BOMBA DE INCÊNDIO

		VANGUARDA ENGENHARIA R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR (41)98787-9935	
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID			
DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO		Nº DO PTPID
OBRA / ENDEREÇO EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 – Hugo Lange - Curitiba/PR			
ÁREA 1.281,38 m²	OCUPAÇÃO D-1	PARA USO DO CBMPR	
05 07		CONTEÚDO DA PRANCHA ISOMÉTRICO - ACIONADOR DE BOMBA	
PROPRIETÁRIO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68			
ESCALA INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO André Azevedo, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/D		DATA SETEMBRO / 2025

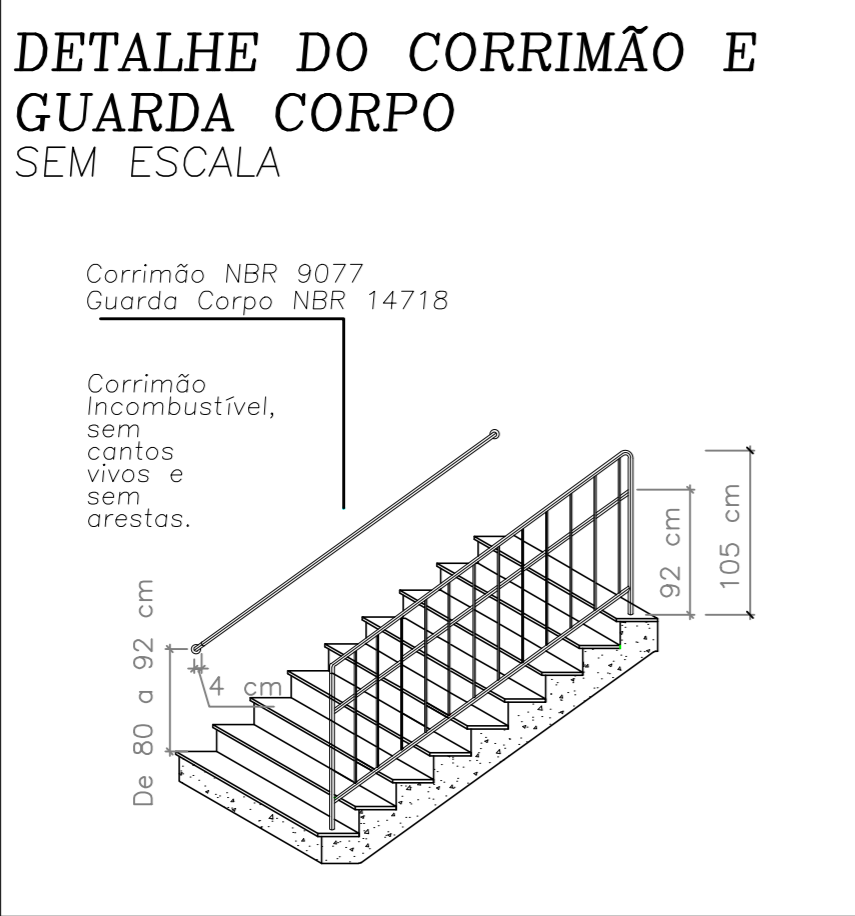
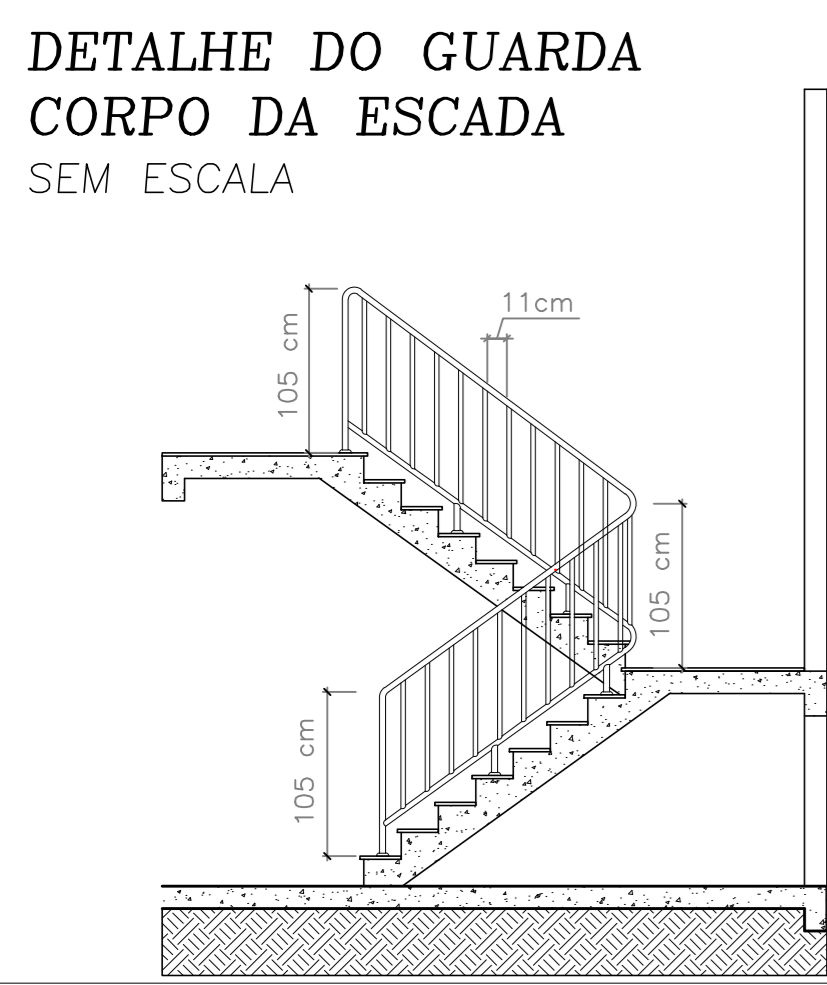
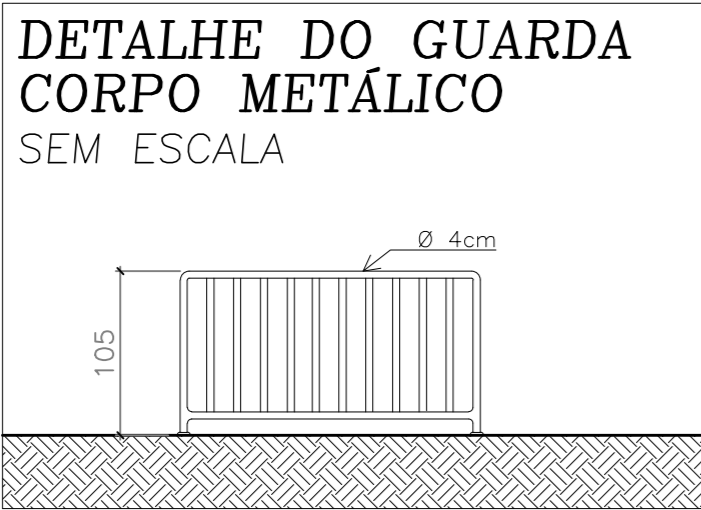
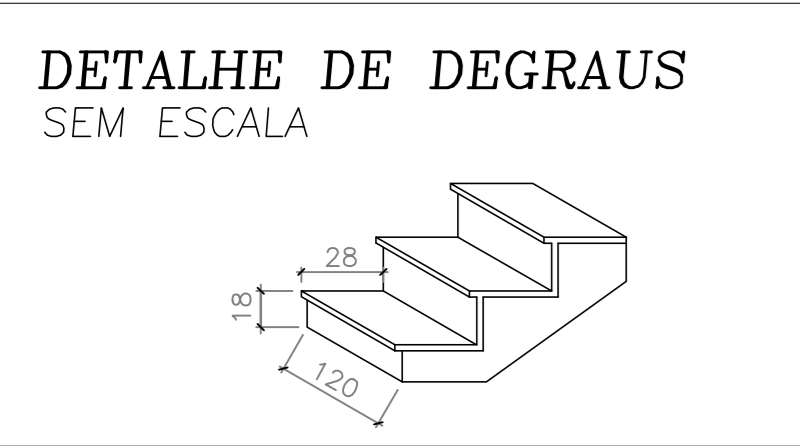
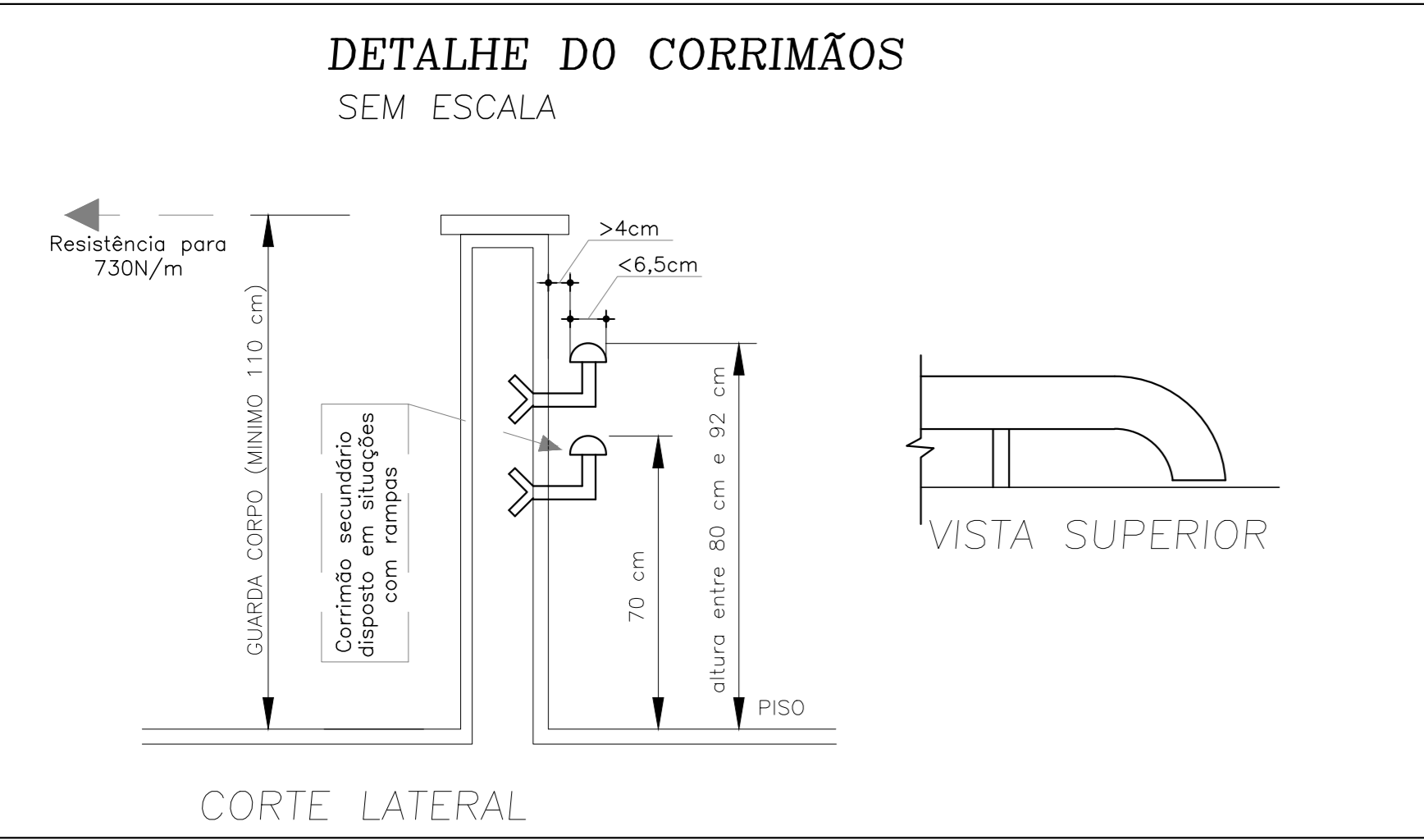


DETALHE INSTALAÇÃO SIRENE E ACIONADOR MANUAL



DETALHE FIXAÇÃO COM ABRAÇADEIRA DE PVC EM ABRAÇADEIRA METÁLICA TIPO "D" COM CUNHA

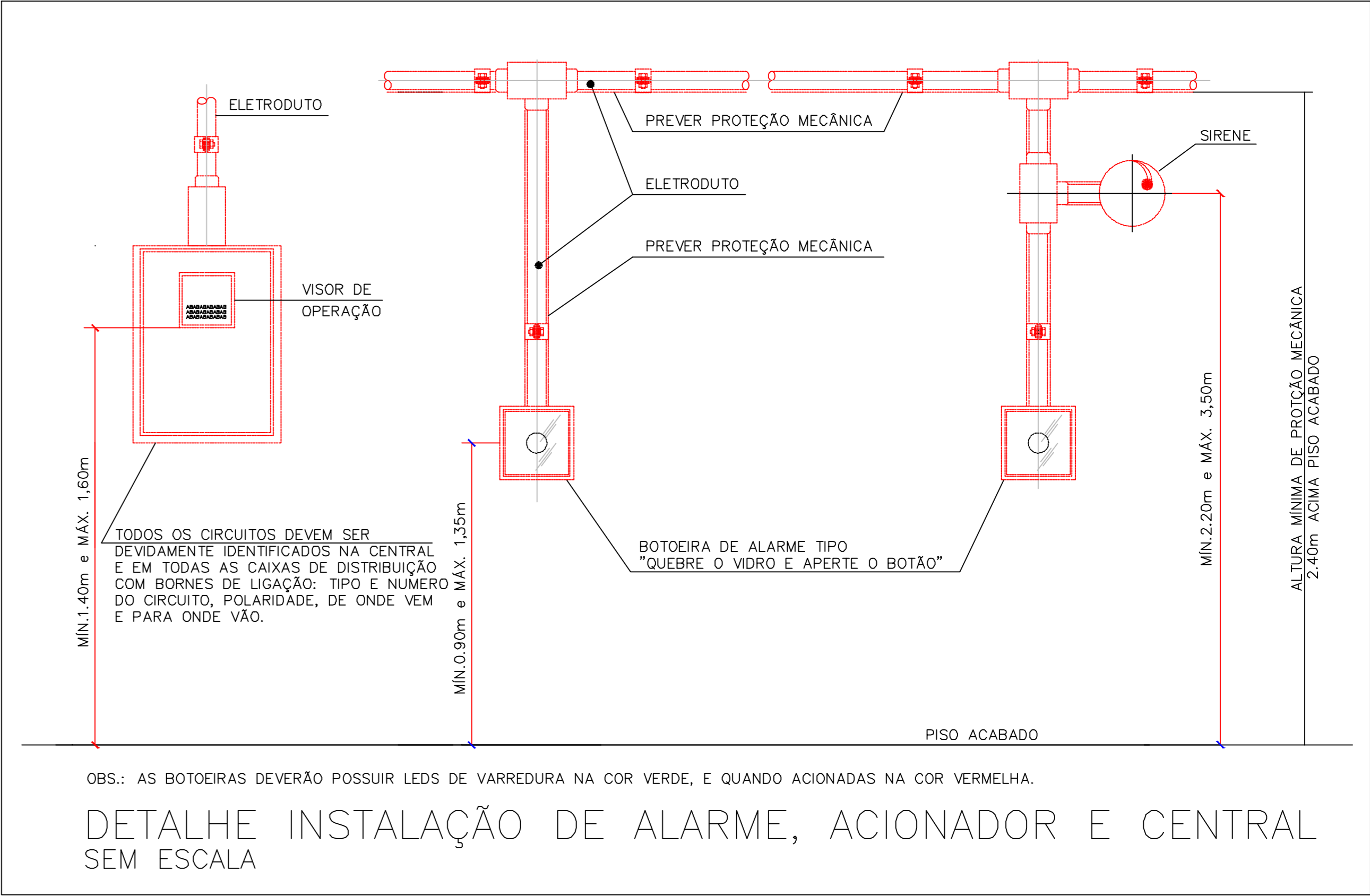
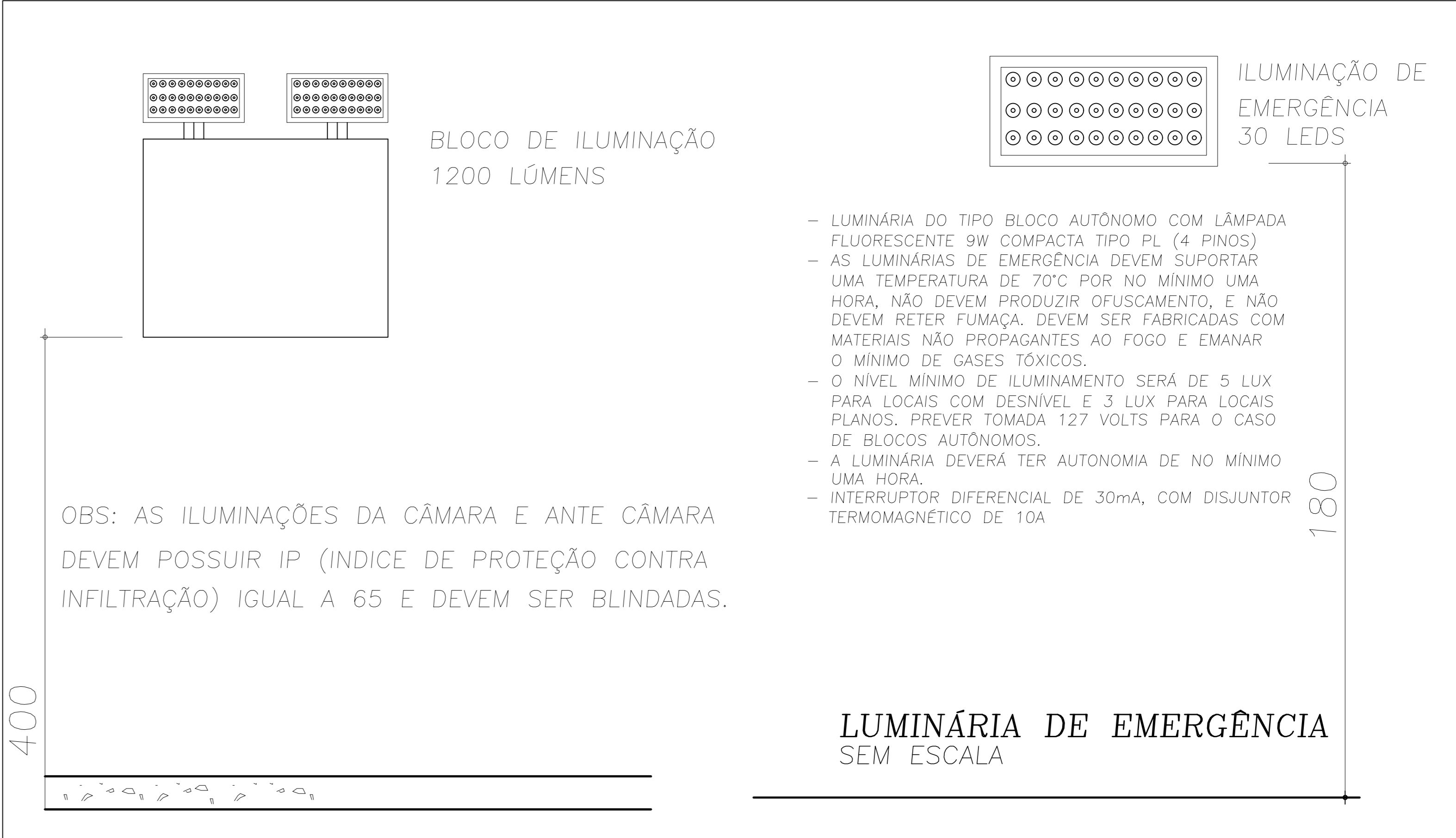
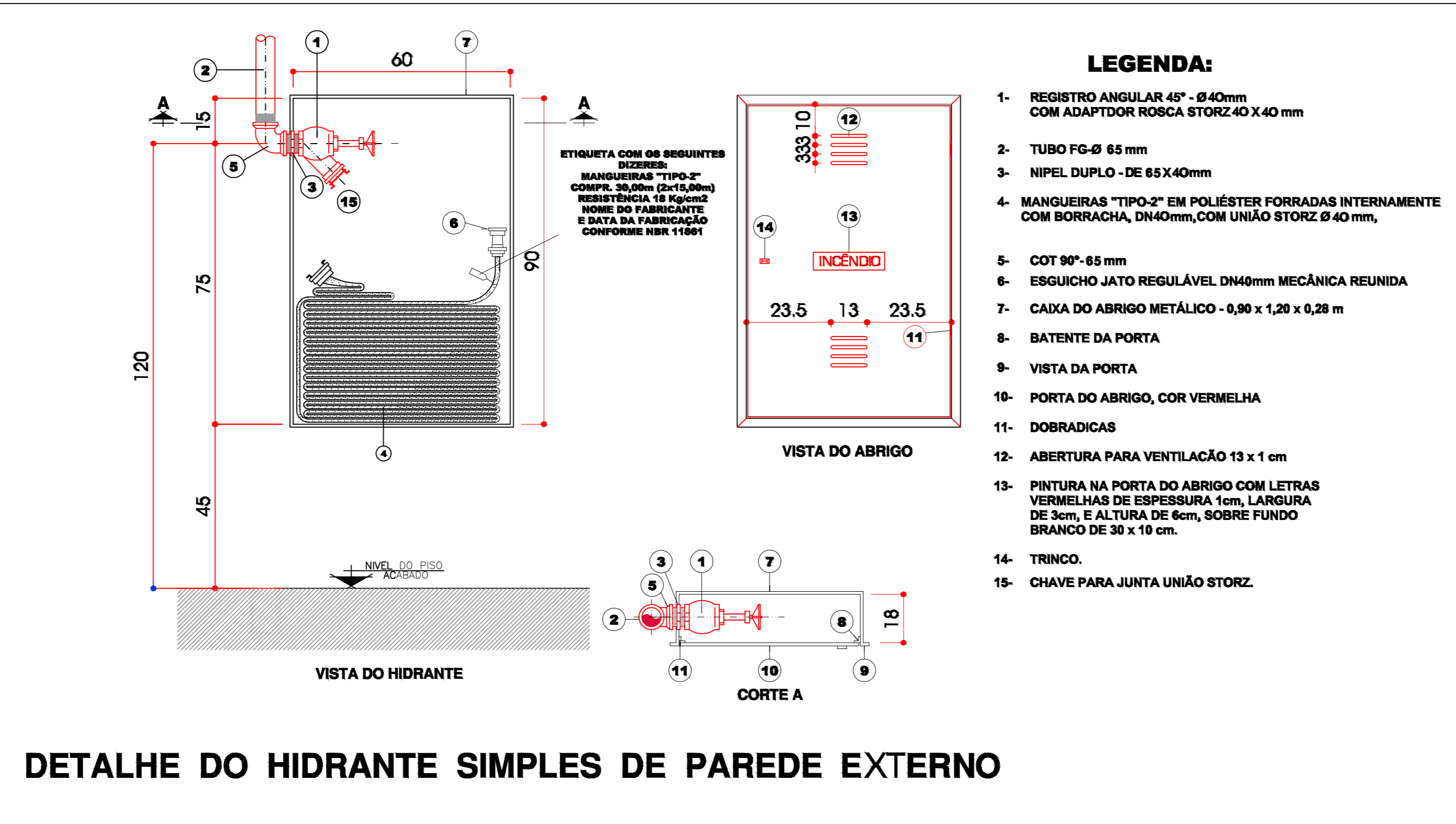
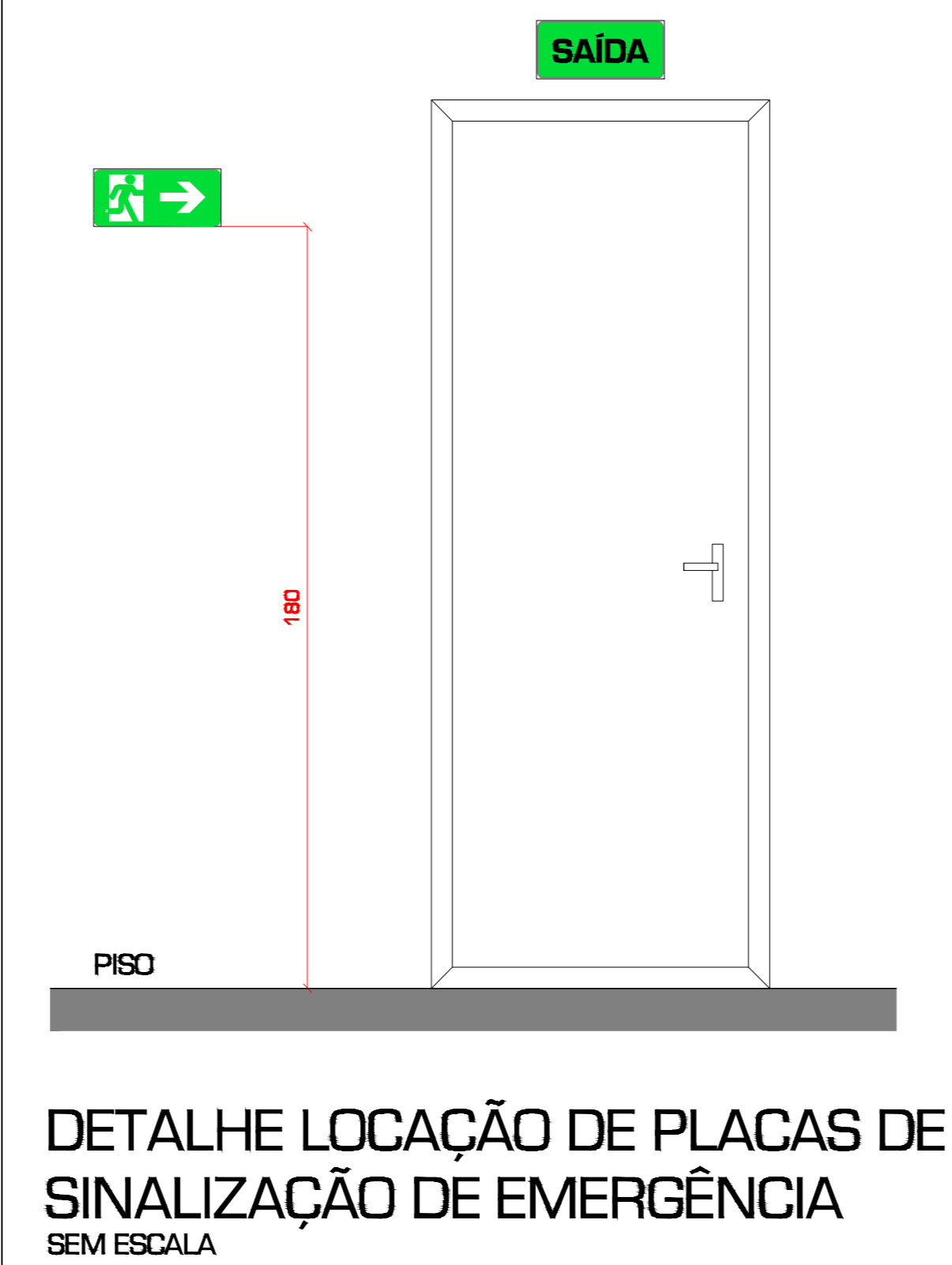
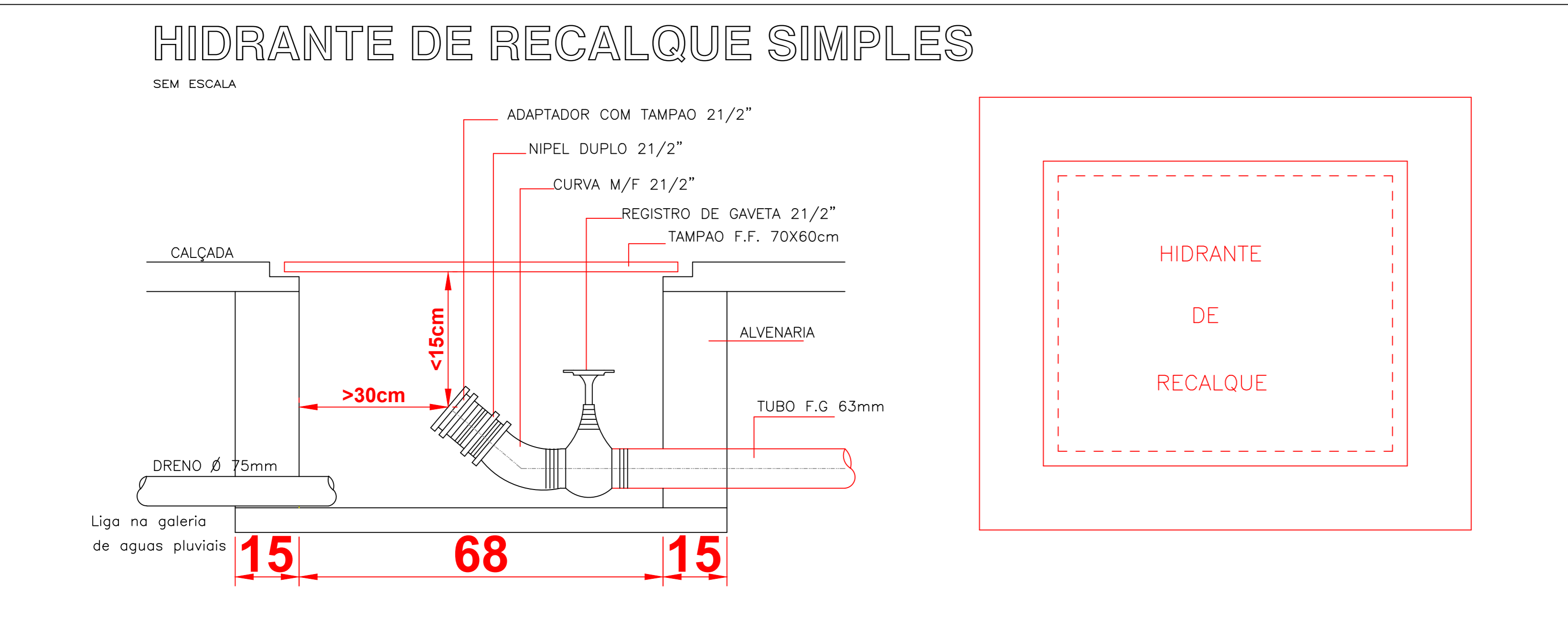
	VANGUARDA ENGENHARIA R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR (41)98787-9935	
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID		
DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID
OBRA / ENDEREÇO EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 - Hugo Lange - Curitiba/PR		
ÁREA 1.281,38 m²	OCUPAÇÃO D-1	PARA USO DO CBMPR
06 07	CONTEÚDO DA PRANCHA ISOMÉTRICO - ALARME DE INCÊNDIO	
PROPRIETÁRIO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR - CNPJ: 76.693.886/0001-68		
ESCALA INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO André Azevedo, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/D	DATA SETEMBRO / 2025



LEGENDA

OS CORRIMÃOS DEVEM SEGUIR AOS SEGUINTE REQUISITOS:

- ESTAR SITUADO ENTRE 80cm E 92cm ACIMA DO NÍVEL DA SUPERFÍCIE SUPERIOR DO DEGRAU, MEDIDA ESTA TOMADA VERTICALMENTE DA BORDA DO DEGRAU AO TOPO DO CORRIMÃO.
- SER FIXADOS SOMENTE PELA SUA PARTE INFERIOR.
- TER LARGURA MÁXIMA DE 6cm.
- ESTAR AFASTADOS, NO MÍNIMO, 4cm DA FACE DAS PAREDES A QUE ESTIVEREM FIXADOS.
- SER CONSTRUÍDOS DE FORMA A PERMITIR CONTÍNUO ESCORREGAMENTO DAS MÃOS AO LONGO DE SEU COMPRIMENTO.



 VANGUARDA ENGENHARIA	VANGUARDA ENGENHARIA R. SANITO ROCHA, 79 - CRISTO REI - CURITIBA/PR (41)98787-9935	
HISTÓRICO DE ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO PTPID		
DATA	DISCRIMINAÇÃO DA ATUALIZAÇÃO / SUBSTITUIÇÃO	Nº DO PTPID
OBRA / ENDEREÇO EDIFICAÇÃO MISTA EM CONCRETO E ALVENARIA COM 2 PAVIMENTOS R. Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Cep: 80040-452 - Hugo Lange - Curitiba/PR		
ÁREA 1.281,38 m²	OCUPAÇÃO D-1	PARA USO DO CBMPR
PRANCHA 07 / 07	CONTEÚDO DA PRANCHA DETALHES GERAIS	
PROPRIETÁRIO CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF/PR / CNPJ: 76.693.886/0001-68		
ESCALA INDICADA	RESPONSÁVEL TÉCNICO André Azevedo, Eng. Civil, CREA-PR: 190.050/D	DATA SETEMBRO / 2025



RELAÇÃO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO PARA O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ (CRF-PR)

1. LISTA DE MATERIAIS

Item	Descrição do Material	Unidade	Quantidade
01	Tubo ACP SCH10 2.1/2" 6 m	Barra	13
02	Tubo FG 2.1/2" 6 metros	Barra	1
03	Tubo PPR 2.1/2" 6 metros	Barra	2
04	Tubo FG 1.1/2" 6 metros	Barra	1
05	Suporte Mão francesa 18x15 cm	Un	55
06	Parabolt com porca e arruela 3/8"	Un	110
07	Abraçadeira tipo "U" 2.1/2"	Un	55
08	Porca 3/8"	Un	110
09	Arruela 3/8"	Un	110
10	Luva PPR 2.1/2"	Un	2
11	Joelho 90° PPR 2.1/2"	Un	5
12	Luva Mista PPR x FG fêmea 2.1/2"	Un	5
13	Luva Mista PPR x FG macho 2.1/2"	Un	1
14	Tê Ranhurado 2.1/2"	Un	2
15	Joelho Ranhurado 2.1/2"	Un	14
16	Acoplamento Flexível 2.1/2"	Un	60
17	Caixa Metálica Sobrepor 90x120x18	Un	2
18	Tampa e aro de ferro para recalque de passeio 40x60cm	Un	1
19	Curva Ferro Galvanizado 2.1/2"	Un	1
20	Válvula Angular Ranhurada 2.1/2"	Un	2
21	Adaptador Storz 1.1/2"	Un	2
22	Adaptador storz macho em latão	Un	1
23	Esguicho Regulável 1.1/2"	Un	2
24	Mangueira de Incêndio Tipo 2 1.1/2" 15m	Un	6
25	Chave Storz	Un	2
26	Flange Ferro Galvanizado 2.1/2"	Un	2
27	Flange Ferro Galvanizado 1.1/2"	Un	2
28	Niple Longo 2.1/2"	Un	1
29	Niple Longo 1.1/2"	Un	1
30	Registro de Gaveta Bruto em latão 2.1/2"	Un	4
31	Válvula de Retenção Vertical 2.1/2"	Un	1
32	Niple Duplo Ferro Galvanizado 2.1/2"	Un	8
33	Tê Ferro Galvanizado de Redução 2.1/2" x 1 1/2"	Un	1
34	Registro de Gaveta Bruto em latão 1.1/2"	Um	1
35	Tê Ferro Galvanizado de Redução 2.1/2" x 1/4"	Un	1
36	Manômetro glicerinado 1/4"	Un	1
37	União Assento Cônico em Ferro Galvanizado 2.1/2"	Un	2

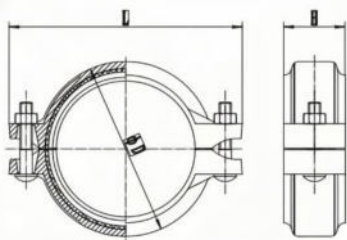
38	União Assento Cônico em Ferro Galvanizado 1.1/2"	Un	1
39	Niple Duplo Ferro Galvanizado 1.1/2"	Un	1
40	Joelho Ferro Galvanizado 2.1/2"	Un	2
41	Joelho Ferro Galvanizado 1.1/2"	Un	2
42	Válvula de poço crivo em latão com rosca 2.1/2"	Un	1
43	Bomba de incêndio KSB= 32-125.1, 5 CV, 31 mca, vazão = 24 m³/h, rotor de 144mm	Un	1
44	Central de Alarme de Incêndio Convencional	Un	1
45	Acionador de alarme convencional IP 20	Un	2
46	Acionador de alarme convencional IP 55	Un	3
47	Sinalizador Áudio Visual IP 20	Un	2
48	Sinalizador Áudio Visual IP 55	Un	3
49	Acionador de bomba IP 20	Un	1
50	Acionador de bomba IP 55	Un	1
51	Eletroduto corrugado antichama PVC	M	10
52	Eletroduto rígido antichama PVC	M	180
53	Caixa de passagem antichama PVC 4x2 cm	Un	60
54	Tampa cega antichama PVC 4x2 cm	Un	60
55	Adaptador para condutele 3/4"	Un	90
56	Luva para condutele 3/4"	Un	40
57	Abraçadeira para condutele 3/4"	Un	130
58	Fita Isolante 18mmx5m	Un	3
59	Cabo PP 1,5 mm (botoeira)	M	170
60	Cabo blindado 4 vias (alarme)	M	105
61	Porta corta fogo P90 90x210cm	Un	2

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E FOTOGRÁFICAS DOS MATERIAIS

A relação abaixo tem como objetivo servir como referência para a aquisição dos mesmos, pois existem diversas marcas e fabricantes dos itens a seguir. Porém, é imprescindível que os materiais possuam certificações internacionais UL e FM, além de cumprir com as regulamentações vigentes e normas do Inmetro para que tenham a sua qualidade, segurança e conformidade atestadas e garantidas.

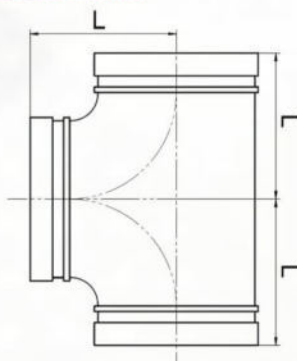
Acoplamento Flexível Ranhurado
2½

DESENHO TÉCNICO



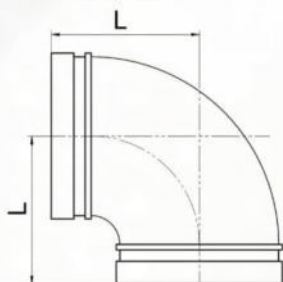
Tee ranhurado 2½

DESENHO TÉCNICO



Cotovelo 90° Ranhurado 2½

DESENHO TÉCNICO





VANGUARDA
ENGENHARIA

Porta corta fogo - P90

90x210

Características Técnicas

Tempo de resistência ao fogo: 90 min (P90)

Largura da folha: 800, 900, 1.000, 1.100, 1.200mm

Altura máxima da folha: 2100 mm

Espessura da porta: 50 mm

Reversível (direita ou esquerda): Sim

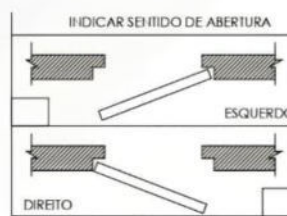
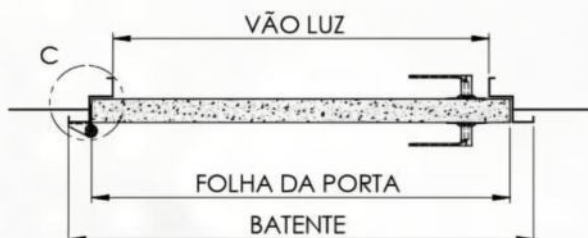
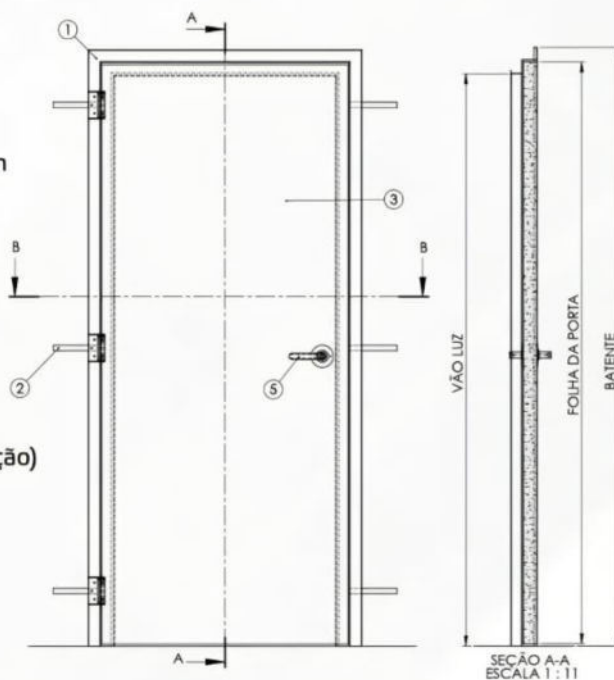
Espessura da chapa: 0,65 mm

Material interno: manta cerâmica

Acabamentos: Aço galvanizado, aço inox e pintura eletrostática nas cores branca, cinza, preta, vermelha e amarela.

A placa de identificação (dados técnicos e de produção) vai fixada na borda lateral da folha

- ① BATENTE EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO
- ② GRAPA DE AÇO GALVANIZADO
- ③ FOLHA DA PORTA EM AÇO GALVANIZADO
- ④ DOBRADIÇA EM AÇO GALVANIZADO E MOLA
- ⑤ MAÇANETA SCALA



Acionador Bomba - Tipo Liga



Sinalizador Audiovisual Convencional



Acionador Manual Convencional



Central De Alarme De Incendio Convencional



Cotovelo Com Janela Pvc Antichama



Tampa Cega Pvc Antichama



Abracadeira Pvc Antichama



Caixa de passagem PVC Antichama



Luva Pvc Antichama



Adaptador Pvc Antichama

Cabo blindado 4 vias - Sistema de alarme de incêndio

Especificações técnicas

Secção mm²	Diâmetro Nominal	Número de Condutores	Resistência Ohmica (Km) Máxima	Resistência Isolação (m x Km)	Ensaio de Tensão aplic. KV/min.	Centelhamento KVCA	Comprimento Nominal (m)
0,75	1,07	2	26,77	60	3600/1 min.	5,0	1000
1,00	1,22	2	20,07	52	3600/1 min.	5,0	1000
1,50	1,50	2	13,69	47	3600/1 min.	5,0	1000
1,50	1,50	3	13,69	47	3600/1 min.	5,0	1000
1,00	1,22	4	20,07	52	3600/1 min.	5,0	1000
1,50	1,50	4	13,69	47	3600/1 min.	5,0	1000
2 x 1,50	1,50	4	13,70	47	3600/1 min.	5,0	1000
2 x 0,75	1,08	4	26,78	60	3600/1 min.	5,0	1000



- 1 CAPA EXTERNA
- 2 BLINDAGEM ELETROSTÁTICA EM FITA DE ALUMÍNIO INVERTIDA
- 3 SEPARADOR DE FITA DE POLIESTER
- 4 FIO DRENO EM COBRE ESTANHADO
- 5 ISOLAÇÃO EM PVC
- 6 CONDUTOR DE COBRE



Eletroduto rígido PVC Antichama

União Galvanizada

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Fêmea
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol ²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável



Tee de redução Galvanizado

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Fêmea
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol ²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável



Nipple Duplo 2½ Galvanizado

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Macho
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol ²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável



Flange Galvanizada

Pressão de Serviço na Condução de Fluidos*			Pressão de teste
Temperatura	Até 120°C	Até 300°C	Ambiente
lbf/pol ²	360	290	1500
kgf/cm ² (bar)	25	20	100

POLEGADAS DISPONÍVEIS

	DIÂMETRO NOMINAL	TIPO DE ROSCA
	1"	BSP
	1.1/4"	BSP
	1.1/2"	BSP
	2"	BSP
	2.1/2"	BSP
	3"	BSP
	4"	BSP





**Adaptador PPR
75mm X 2.1/2 Inc (M-02)**



Luva PPR 75mm



**Tubo PPR 75mm
6m**



Joelho Ppcr Vermelho 90a

Adaptador Storz Macho para Recalque 2 1/2



ADAPTADOR STORZ EM ALUMINIO

Tamanhos de adaptadores:	
1 1/2" x 2 1/2"	2 1/2" x 2 1/2"

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Modelo	Adaptador Storz para rosca Globo SPPF
Materia	Alumínio injetado
Tamanho	2 1/2" x 1 1/2"
Materia	Alumínio injetado
Acabamento	Usinado
Dimensões	12 x 23 x 5 (x x x em cm)
Vazão	1450PM (Galões por minuto)



Chave Storz Dupla Alumínio Injetado



Mangueira De Incendio Tipo 2 (Industrial) - 1.1/2 Certificada



VANGUARDA
ENGENHARIA

Curva longa 45° Galvanizada 2½

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Macho / Fêmea
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável



**Tampa Ferro Fundido Para
Recalque Incendio - 200kg**



**Abrigo De Hidrante Padrao
120cm X 90cm X 17cm
Sobrepor**



VANGUARDA
ENGENHARIA



Abracadeira Tipo U
Vergalhao 3 X 3/8



Mao Francesa Reforcada 2"
A 4" 150mm X 180mm



Tubo De Aco Galvanizado
Nbr5580



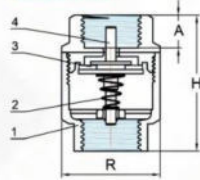
Tubo De Aco Preto Sch10
Nbr5590



VANGUARDA
ENGENHARIA

Válvula de Retenção Vertical 2 1/2

DESENHO TÉCNICO



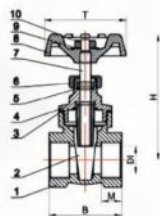
CARACTERÍSTICAS

- Rosca de entrada: BSPP
- Rosca de saída: BSPP
- Material de vedação: Vedação NBR
- Material da guia: Latão
- Material do corpo monobloco: Latão
- Classe: PN16



RGB - Registro de Gaveta Bruto

DESENHO TÉCNICO



CARACTERÍSTICAS

- Rosca de entrada: BSPP
- Rosca de saída: BSPP
- Temperatura de trabalho: -20°C à 120°C
- Material de vedação: Teflon
- Material da haste: Latão
- Material do volante: Aço
- Material do corpo monobloco: Latão
- Classe: PN16



**Valvula De Poco Crivo Em
Latao Com Rosca**

Esguicho Neblinado 1½ e 2½

- Norma nacional: NBR 14349, NBR 16021 e NBR 6941
- Fechamento: Válvula central
- Material: Alumínio injetado
- Polegadas: 1½" e 2½"
- Engate: Storz
- Vazão: 145 GPM (galões por minuto)
- Ângulo de abertura: 120°
- Quantidade de posições: Jato sólido e jato neblina



Manômetro Glicerinado ¼ - 0 a 16 bar

Características Técnicas:

Diâmetro: 63 mm (2½")

Faixa de Pressão: 0 a 16 Bar

Temperatura de Trabalho: de -15°C a 55°C

Visor: Policarbonato resistente

Internos e Conexão: Latão UNE-EN 12165

Escala: Dupla escala bar e psi (conforme norma ASME B40.1-1991 B GRADE)

Classe de Precisão: 2,5





VANGUARDA
ENGENHARIA

Niple Duplo Galvanizado

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Macho
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol ²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável



Luva F/F Galvanizada 2 1/2

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Fêmea
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol ²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável





VANGUARDA
ENGENHARIA

Tee 90° F/F/F Galvanizado 2½

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Fêmea
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável



Cotovelo 90° F/F Galvanizado

INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Norma Nacional	ABNT NBR-6943
Tratamento de superfície	Galvanização Eletrolítica
Conexão	Fêmea
Certificado de Normas Nacionais	INMETRO
Certificado de Normas Internacionais	UF-FM, VDS, LPCB, CE
Resistência	150 lbf/pol²
Fios	11
Classe	10
Material	Ferro Maleável





**MEMORIAL DESCRITIVO
PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO**

Cliente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná

Endereço: Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1296, Hugo Lange, Curitiba, Paraná

CNPJ: 76.693.886/0001-68

Engº Civil: André Azevedo de Abreu Pinto – CREA/PR 190.050/D

SUMÁRIO

1) APRESENTAÇÃO GERAL.....	3
2) NORMAS TÉCNICAS APLICADAS	4
3) EXECUÇÃO	4
4) DISPOSITIVO DE RECALQUE	6
5) TUBULAÇÃO	6
6) ABRIGOS.....	6
7) MANGUEIRAS	7
8) RESERVATÓRIO.....	8
9) BOMBA DE INCÊNDIO	8
10) CASA DE BOMBAS	9
11) ALARME DE INCÊNDIO	9
12) ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA.....	18
13) ROTA DE FUGA	19
14) EXTINTORES.....	23
15) MANUTENÇÃO DOS HIDRANTES	24



1) APRESENTAÇÃO GERAL

O presente memorial descritivo tem por finalidade estabelecer as normas, orientações e complementações dos projetos de Instalações Hidráulicas de Plano de Prevenção Contra Incêndios para desenvolvimento das mesmas na sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, localizada em Curitiba / PR.

Para a interpretação deste documento é imprescindível o acompanhamento do Projeto de Instalações Hidráulicas de PPCI em anexo. Observamos que todos os itens presentes no projeto tiveram o objetivo de aproximar-se ao máximo da execução no local, porém é possível que pequenos ajustes nos caminhamentos das tubulações possam ocorrer in loco.

O acréscimo de curvas em demasia no sistema hidráulico implica no aumento das perdas de carga e consequente redução da eficiência do sistema já dimensionado, portanto, em caso de necessidade, requiere-se a consulta ao responsável técnico pelo projeto.

Salientamos também que a potência das bombas e o ramal principal de 2.1/2" (dois e meio polegadas) não poderão ser reduzidos e/ou modificados, sem aval do responsável técnico pelo projeto.

Será de responsabilidade da contratada a realização de plotagens e cópias de projetos, e de documentações que se fizerem necessárias no decorrer da obra.

Em caso de dúvida ou omissões, será atribuição da fiscalização fixar o que julgar indicado, tudo sempre em rigorosa obediência ao que preceituam as normas e regulamentos para as edificações, ditadas pela ABNT e pela legislação vigente.

Em caso de divergências entre as cotas de desenhos, suas dimensões e/ou medidas em escala, prevalecerão sempre as dos últimos desenhos. Em caso de divergências entre desenhos de escalas diferentes prevalecerão sempre os de menor escala (desenhos maiores).

No caso de elementos estarem especificados nos desenhos e não estar neste memorial, prevalece o que estiver especificado nos desenhos.

Nos demais casos deve ser contatado o responsável técnico pelo projeto para que este retire as dúvidas.



2) NORMAS TÉCNICAS APLICADAS

O presente projeto atende às Normas Brasileiras vigentes da ABNT, Leis/Decretos Municipais, Estaduais e Federais.

Tais requisitos deverão ser atendidos pelo seu executor, que também deverá atender ao que está explicitamente indicado nos projetos e às exigências da Corporação local do Corpo de Bombeiros.

Dentre as normas mais relevantes e que nortearam o serviço de desenvolvimento do projeto de Instalações Hidráulicas de PPCI, destacamos para execução dos presentes projetos as:

- NBR 9.077 – Saídas de emergência em edifícios;
- NBR 10.897 – Sistemas de proteção contra incêndio por chuveiros automáticos;
- NBR 10.898 – Sistema de iluminação de emergência;
- NBR 12.693 – Sistemas de proteção por extintores de incêndio;
- NBR 16.820 – Sinalização de emergência;
- NBR 13.714 – Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio;
- NBR 17.240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio.

3) EXECUÇÃO

As Instalações Hidráulicas de PPCI serão compostas basicamente por tubulações, moto-bomba de pressurização, dispositivo de recalque, reservatórios de fibra (com uso exclusivo para incêndio), hidrantes, abrigos, mangueiras e sinalizações.

As instalações deverão ser executadas por profissionais devidamente habilitados, abrangendo todos os serviços e finalizadas com todas as instalações em perfeito e completo funcionamento.



Ao fazer todo o sistema de hidrantes será imprescindível testá-lo antes de habilitar seu funcionamento. Suas padronizações devem seguir o determinado na NBR 13714/2000.

Todos os materiais seguirão rigorosamente o que for especificado no presente memorial descritivo.

A ligação entre a tubulação ACP SCH10 e conexões ranhuradas como tês, joelhos ou curvas será feita através do sistema “grooved”, uma tecnologia de união mecânica de tubulações que utiliza ranhuras nas extremidades dos tubos, um anel de vedação e um acoplamento para conectar as seções de forma segura, ágil, eficiente e sem solda.

A sustentação das tubulações que compõem a rede de hidrantes será com o suporte mão francesa, uma cantoneira em formato de L com uma faixa diagonal que confere mais firmeza e capacidade de sustentação onde a tubulação se apoiará junto com abraçadeiras galvanizadas do tipo U que envolvem os tubos e garantem o pleno travamento do sistema.

A fixação das cantoneiras deve ser feita com chumbadores mecânicos nos elementos estruturais da edificação (vigas e pilares).

Para o trecho subterrâneo, faz-se necessário o uso da tubulação PPR (Polipropileno Copolímero Random) por ser resistente à corrosão. A valeta onde será posicionada deve conter pelo menos 50 centímetros de profundidade em áreas sem tráfegos de veículos leves ou pesados e uma camada de 10 centímetros de areia grossa embaixo e sobre a tubulação para garantir estabilidade e segurança.

A união entre o tubo e demais conexões PPR deve ser feita por termofusão, onde os elementos são aquecidos e fundidos para se tornar uma peça única. Recomenda-se a inspeção visual da mesma para evitar possíveis vazamentos após a interligação no sistema e a demarcação do local após o enterramento para prevenir a rede de qualquer escavação.

No caso da união entre tubulação ferro galvanizado e conexão PPR, faz-se necessário o uso de luva mista 75mm x 2 1/2”, juntamente com zarcão e fio de encanador para garantir a total vedação das seções.

4) DISPOSITIVO DE RECALQUE

O sistema inclui uma caixa subterrânea na calçada (passeio), construída em alvenaria e com base permeável ou dreno para escoamento da água, com uma tampa de ferro fundido pintada de vermelho e identificada com a frase "HIDRANTE DE RECALQUE" até a posição indicada no projeto de hidrantes, que abriga a válvula de gaveta, curva longa, adaptador storz e o tampão com corrente.

A localização do dispositivo de recalque sempre deve permitir a aproximação da viatura apropriada para o recalque da água, a partir do logradouro público, sem existir qualquer obstáculo que dependa de remoção para o livre acesso dos bombeiros.

Instalação e localização conforme detalhes e plantas anexas.

5) TUBULAÇÃO

A tubulação do sistema deve ser em aço carbono preto com sistema grooved (ranhurado) ou ferro galvanizado com sistema rosca, com diâmetro conforme indicado em projeto.

Toda a tubulação aparente do sistema deve ter acabamento em pintura eletrostática a pó na cor vermelha.

A tubulação subterrânea nas partes externas da edificação devem ser em PPR seguindo a indicação em projeto.

6) ABRIGOS

As mangueiras de incêndio devem ser acondicionadas dentro dos abrigos: em ziguezague ou aduchadas conforme especificado na NBR 12779, sendo que as mangueiras semirrígidas podem ser acondicionadas enroladas, permitindo sua



utilização com facilidade e rapidez. Serão instalados dois abrigos na edificação. Segue abaixo o padrão de instalações:

- Os abrigos devem possuir fixação própria, independente da tubulação que o abastece;
- Os abrigos não devem ter outro uso além daquele indicado pela NBR 13714;
- Os armários devem ser fabricados em chapa de aço carbono com acabamento na cor vermelha, de dimensões 90x120x18cm (AxLxP) para os hidrantes HD-01 (externo) e HD-02 (interno) e a uma altura de 1,00m do piso acabado, proporcionando uma tomada de água a aproximadamente 1,50m do piso;
- Devem possuir portas de abrir dotadas de trincos, visor de vidro para visualização interna e veneziana de ventilação, com a inscrição “INCÊNDIO” em letras vermelhas, de dimensões 90x60x17 cm (AxLxP).

7) MANGUEIRAS

As mangueiras devem semirrígidas com reforço têxtil, diâmetro igual a 38 mm e comprimento máximo de 15 metros. Terão esguicho regulável e uma saída de vazão 100 L/min. O HD-01 contará com 4 lances de 15 metros do TIPO 2, enquanto o HD-02 deverá conter 2 lances de 15 metros do TIPO 2.

7.1 Cuidados Gerais

- Fazer inspeções frequentes para verificar o estado da mangueira e conexões;
- Não a arrastar ou dobrar excessivamente;
- Evitar o contato com superfícies quentes e cortantes;
- Armazená-la em local seco e ventilado, e secá-la completamente antes de guardar após o uso.

8) RESERVATÓRIO

Para a Reserva Técnica de Incêndio, será utilizado um reservatório 12.000 litros, em fibra ou outro material que garanta a resistência mecânica e ao fogo. Deverá ser posicionado no térreo da edificação, para fins de abastecimento.

A tubulação para distribuição da reserva técnica será localizada na parte frontal do reservatório. O sistema deverá possuir registro de gaveta para eventuais limpezas e válvula de retenção seguindo orientação conforme indicado em projeto.

9) BOMBA DE INCÊNDIO

A bomba de incêndio deverá possuir motor elétrico e potência calculada de 5CV, vazão de 24 m³/h, altura manométrica igual a 31 mca.

O acionamento do sistema de proteção por hidrantes será manual e feito por meio de botoeira, instalada estrategicamente perto dos hidrantes, permitindo que um utilizador, ao pressioná-la (frequentemente após quebrar um vidro protetor), acione a bomba de incêndio, pressurizando a água e direcionando-a para os hidrantes.

Este sistema oferece um controle manual da pressão e fluxo de água, sendo crucial para iniciar o combate ao fogo de forma rápida e eficiente em situações de emergência.

Instalação e localização conforme detalhes e plantas anexas.

9.1 Manutenção da Bomba

É essencial realizar manutenção preventiva regular, como testes semanais, mensais e anuais, para garantir o funcionamento da bomba e da pressão do sistema.



A manutenção também deve incluir inspeções visuais de todos os componentes como motor, válvulas e tubulações, que devem ser inspecionados quanto a vazamentos, corrosão e desgaste.

10) CASA DE BOMBAS

A casa de bombas é a estrutura dedicada a abrigar, de forma protegida e isolada, as bombas e outros componentes essenciais de um sistema de combate a incêndios.

Deve ser utilizada única e exclusivamente para as instalações de combate à incêndio.

10.1 Informações gerais sobre a construção

Deve ser construída em blocos de concreto e laje treliçada, dispor de uma laje alisada para não danificar o reservatório e porta corta fogo P90 com 90 minutos de resistência ao fogo.

A alimentação elétrica que abastecerá o quadro de comando da bomba deve ter sua infraestrutura instalada de forma subterrânea.

11) ALARME DE INCÊNDIO

O sistema é constituído por acionadores manuais do tipo pressione e sinalizadores áudio visuais.

A central de alarme de incêndio é provida de baterias capazes de garantir a operação do sistema na eventual falta de energia da rede elétrica.

Todos os circuitos dos acionadores, como também dos sinalizadores são supervisionados contra falhas e eventuais interrupções dos mesmos. Estas são imediatamente reportadas para o painel de incêndio na forma de “FALHA”.



O sistema de alarme de incêndio deverá ser projetado e executado conforme o layout do edifício sede do Conselho.

A tensão de trabalho do sistema pode ser de 12Vcc ou 24Vcc, a depender do modelo da Central de Alarme.

Os circuitos destinados a sistemas preventivos de incêndios são totalmente independentes, não sendo permitida a interligação de dispositivos estranhos a esse fim.

11.1 Descrição dos Materiais e Acessórios

Casos específicos surgidos durante a fase de implantação, e que não tenham sido contemplados, deverão ser analisados quanto a sua procedência, sendo incorporados na forma de aditivos a este memorial.

11.1.1 Eletrodutos

Os eletrodutos previstos neste projeto são do tipo PVC antichamas na cor vermelha com diâmetro de 1" ou com indicação do diâmetro no projeto, com a exceção de que quando menos que três pares de fios passarem pelo eletroduto, o mesmo poderá ter diâmetro de 3/4". Caso haja necessidade de cruzar uma área aberta, como um gramado por exemplo, recomenda-se a utilização de PVC flexível antichamas enterrado a, no mínimo, 50 centímetros de profundidade em locais com apenas trânsito de pessoas.

A união entre eletrodutos e as caixas de passagem e componentes será através de rosca ou cola afim de ter uma perfeita junção mecânica.

Características:

Conexões: preferencialmente devem ser utilizadas as caixas de derivação para a conexão entre os eletrodutos, contudo também serão admitidas as conexões de luvas e curvas. Deve-se garantir continuidade mecânica dos eletrodutos ao longo da toda a instalação.

Distância Máxima de um Segmento: de acordo com a NBR 5.410, um segmento contínuo de eletroduto não deve ultrapassar a distância máxima de 15,0 m entre duas

caixas derivação. Nesta situação, não se admite o emprego de mais de três curvas de 90°.

Fixação: a fixação dos eletrodutos deverá ser feita a cada 1,5 m de acordo com a NBR 5.410, aproveitando paredes, suportes e outros elementos estruturais disponíveis em cada caso, e utilizando uma das formas abaixo listadas, de acordo com cada caso:

- Abraçadeiras tipo “D” com cunha, utilizando-se buchas e parafusos S8;
- Abraçadeiras tipo “D” com parafuso, utilizando-se buchas e parafusos S8;

11.1.2 Caixas de Derivação

Especificação: as caixas devem ser de PVC antichama, pintadas na cor vermelha;

Tipos: derivações múltiplas do tipo “L” ou “X”;

Conexões: rosca, cola ou acessórios para conexões, munidos com parafusos, para fixação nas extremidades dos eletrodutos.

Aplicação: Deve-se, obrigatoriamente, utilizar caixas de derivação:

- Em derivação de circuitos;
- A cada 12,0 m contínuos de eletrodutos, ou fração equivalente; Nos pontos de instalação dos dispositivos do sistema;
- Opcionalmente em substituição a curvas, nos pontos onde ocorrem mudanças na direção de eletrodutos.

Características:

Descrição	Tamanho Nominal
Tipo “L” – ¾” e 1”	2 x 4”
Tipo “X” – ¾” e 1”	2” x 4”

Fixação: além de fixados nos eletrodutos, quando apoiados em paredes ou em superfícies lisas, deverão ser aparafusadas utilizando-se buchas e parafusos S8.

11.1.3 Cabos

Especificações:

- As emendas que forem necessárias deverão ser estanhadas;
- Os cabos a serem utilizados neste projeto seguem a especificação: Condutor formado por fios de cobre nu;
- Camada isolante a base de termoplástico de PVC sem chumbo;
- Isolação antichama;
- Não propagação e auto extinção de fogo;
- Tensão de isolamento de 750V.

Aplicação: instalações internas fixas de baixa tensão.

Características:

Descrição	Seção Nominal (mm²)	Cor
Circuito		
Laço (negativo)	1,50	Amarelo
Laço (positivo)	1,50	Laranja
Sirene	1,50	Preto
Sirene	1,50	Vermelho
Aterramento	1,50	Verde claro

11.2 Equipamentos e Dispositivos

Os equipamentos e dispositivos descritos seguem os padrões recomendados na NBR 17.240/2010, UL1950, ULC, CSFM e FM.



11.2.1 Acionadores Manuais Tipo Pressione

Características:

- Tipo endereçável, encapsulado em caixa de dimensões 4 x 4”;
- Os acionadores são do tipo “aperte aqui com tampa de proteção de vidro;
- Possuem informação visível e indelével das instruções a serem executadas em caso de incêndio;
- LEDs indicadores: vermelho / verde;
- É equipado com LED de sinalização (verde), o qual pisca quando for interrogado pela central de alarme.
- O LED vermelho permanece aceso quando o acionador manual é acionado e somente é reinicializado através da substituição do vidro.
- Os contatos elétricos são capazes de suportar a operação sem sofrer a degradação.

11.2.2 Sinalizador Áudio-Visual (Sirene e Strobo)

Aplicação: Para operação em sistemas de alarme de incêndio, ideal em locais onde um sinal sonoro e visual de alerta seja necessário.

Características:

- Toque Contínuo;
- Potência Sonora: 3m87 dBA;
- Intensidade Luminosa: 30 cd;
- Pressão Sonora: 100dB; Grau de Proteção: IP 44;
- Máxima Corrente VDC: 90 mA;
- Tensão de Alimentação Nominal: 24 VDC - Tolerância: 16.0 V a 33.0 V.

Fixação: Montagem de sobrepor ou através de caixas de passagem ou fixada diretamente em parede ou teto.

11.3 Localização dos Equipamentos, Dispositivos e Elementos De Instalação

11.3.1 Acionadores Manuais

Os acionadores manuais foram posicionados próximos aos hidrantes, saídas de emergência e ao longo das rotas de fuga, de forma que a distância que uma pessoa tenha que percorrer até chegar a esses dispositivos seja igual ou inferior a 30 m.

11.3.2 Sinalizadores Áudio-Visuais

Os sinalizadores áudio visuais estão posicionados próximo aos acionadores, hidrantes, ambientes fechados por divisórias e que impeçam seus usuários de identificarem o sinal sonoro e em locais para os quais o nível de ruído assim o exige.

Preferencialmente, esses dispositivos ficam próximos aos acionadores manuais.

11.4 Altura dos Equipamentos e Dispositivos do Projeto

A altura dos equipamentos, dispositivos e elementos da instalação deverão estar de acordo com o especificado na tabela abaixo, sempre tendo como referência o piso.

Dispositivo	Altura (mm)
Central de Alarme de Incêndios	1500
Fonte Auxiliar de Alimentação	600 a 1200
Acionador Manual	900 a 1350
Sinalizador Áudio Visual (Strobos)	2200 a 3500
Eletrodutos	(*)



(*) Os eletrodutos serão fixados na laje (no entre forro) conforme detalhe.

Em todos os casos, sempre que algum dispositivo estiver próximo a portas ou passagens, preferencialmente, deve-se observar uma distância mínima de 20,0 cm destas, para evitar colisões e danos aos mesmos.

11.5 Nomenclatura

A tabela abaixo define a nomenclatura adotada para a identificação de cada equipamento, dispositivo e elemento constante do projeto.

Dispositivo	Nomenclatura
Acionador Manual	AC.cc
Detectores de Fumaça	Lx.cc
Áudio Visual (Sirene + Strobo)	AV.cc
Módulo de Endereçamento	M.E.cc

x – número do circuito ou laço a que o dispositivo ou cabo
pertence cc – número identificador de cada dispositivo

11.6 Verificação e Ensaio

Todas as partes e componentes da instalação devem ser minuciosamente inspecionados durante e ao término da instalação seguindo-se para tanto os critérios prescritos na NBR 17.240.

11.7 Inspeção Visual

Todos os componentes do sistema, tais como: eletrodutos, conexões, dispositivos, centrais, fixações e demais acessórios estruturais devem ser inspecionados visualmente, para que seja certificada sua integridade, evitando-se mau funcionamento do sistema em sua totalidade.



11.8 Inspeção Funcional

Após a inspeção visual, o sistema poderá ser energizado, para que seja executado o teste funcional dos seus componentes. Sempre verificar o manual de instruções da central onde temos uma tabela com todas as mensagens de erro que a central pode apresentar em seu display.

O ensaio da central objetiva a verificação do funcionamento de cada uma das funções desta e dos circuitos de alarme e comandos auxiliares interligados a ela.

A central deve apresentar em seu display a mensagem “MONITORANDO”, após a sequência de iniciação ser completada. Isto indica que a central está funcionando normalmente.

Outras duas mensagens poderão ser mostradas no display:

- “ALARME” ou “FOGO” – Uma condição de alarme foi acionada, devendo ser tomadas as providencias cabíveis;
- “FALHA” – Uma condição de falha ocorreu. Deve-se proceder aos procedimentos de manutenção, para que seja identificada a causa do problema.

11.9 Acionadores

Cada acionador deve apresentar o LED de supervisão (verde) piscando, sinalizando que o dispositivo está funcionando normalmente.

O LED de alarme (vermelho) deve permanecer apagado, indicando que o acionador não foi ativado.

11.10 Indicadores Visuais e Sonoros – (Strobos e Sirenes)



Através da verificação ponto a ponto dos indicadores de todo o sistema, bem como, a intensidade sonora ou visual apresentada por eles dará as condições de avaliar se os mesmos estão em condições normais de funcionamento.

O sistema de manutenção de energia é constituído de duas baterias de 12Vdc / 7Ah interligadas em série, fornecendo as centrais e as fontes auxiliares uma tensão de 24Vdc. Na falta de energia proveniente da rede elétrica, o sistema de manutenção de energia deverá suprir as centrais e fontes auxiliares por um período não inferior a 15 minutos em regime de alarme ou 24 horas em regime de supervisão.

Na falta de energia alternada na rede elétrica a central apresentará a seguinte mensagem de falha: “FALTA DE AC” ou similar.

Quando o nível de tensão das baterias está abaixo do mínimo necessário para garantir o normal funcionamento do sistema, a central apresentará em seu display a mensagem: “CÓDIGO DE FALHA” descrito especificamente no manual da central..

Outra mensagem que poderá ser apresentada pela central é a “FALHA LAÇO”, que indica que uma condição de fuga está ocorrendo. Esta condição é gerada por falha de isolamento entre os componentes do sistema e o terra de referência.

11.11 Roteiro de Manutenção Mensal

Os seguintes passos devem ser seguidos mensalmente, para garantir o funcionamento do sistema:

- Verificação do estado geral de chaves e comandos da central, quanto ao aspecto e condições de operação;
- Inspeção visual do estado das baterias;
- Simulação de defeitos e fogo através dos dispositivos disponíveis na central, com a finalidade de verificar a atuação de indicadores sonoros e visuais.

11.12 Roteiro de Manutenção Trimestral

Os seguintes passos devem ser seguidos, trimestralmente, para se garantir o funcionamento do sistema:

- Medição do consumo do sistema em cada circuito de detecção, alarme e comandos auxiliares;
- Medição da resistência de terra ou corrente de fuga, sumariamente, individualmente por circuito, somente quando for constatado alarme ou defeito no intervalo das manutenções;
- Medições e verificações do estado das baterias, de acordo com as instruções específicas do fabricante;
- Ensaio e operação dos acionadores manuais.

11.13 Roteiro de Manutenção Anual

O roteiro de manutenção anual consiste em limpeza, quando necessária, ensaios, medições e aferições de todos os componentes e dispositivos, indistintamente.

12) ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Este projeto tem por finalidade apresentar as diretrizes para a implantação de um sistema de iluminação de emergência cuja finalidade é gerar um nível de iluminamento suficiente para a evacuação segura das pessoas caso haja falta de energia fornecida pela concessionária.

Foi utilizado um nível mínimo de iluminamento no nível do piso, de:

- I. cinco LUX em locais com desnível, tais como: escadas, portas com altura inferior a 2,10m e obstáculos;
- II. três LUX em locais planos, tais como: corredores, halls, elevadores e locais de refúgio.



No caso de uso de baterias para alimentação das luminárias de emergência deverá ser utilizado eletroduto de ferro galvanizado atendendo assim a norma NBR 10.898.

Os blocos autônomos deverão ser ligados a tomadas de energia elétrica na tensão de 220V, as quais deverão ser alimentadas por circuito exclusivo para o sistema preventivo. Estes circuitos deverão ser protegidos por um disjuntor também exclusivo, que servirá para proteção e teste do sistema.

Os blocos autônomos deverão funcionar da seguinte maneira: quando houver energia elétrica na edificação eles devem ficar apagados, acendendo somente no caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica. Quando isso ocorrer, as lâmpadas do bloco autônomo se acenderão automaticamente através da alimentação pela bateria.

A comutação da fonte deverá ser automática e com tempo máximo inferior a 5 segundos, enquanto a autonomia dos blocos deverá ser de no mínimo 1 hora.

As luminárias deverão ter resistência a uma temperatura de 70°C/1 hora, produzidas com material à prova de chama, combustão e gases tóxicos. A recarga das baterias deve ser de até 80% em 12 horas.

13 ROTA DE FUGA

13.1 Saídas

Os locais de trabalho deverão dispor de saídas, em número suficiente e dispostas de modo que aqueles que se encontrem nesses locais possam abandoná-los com rapidez e segurança em caso de emergência.

A largura mínima das aberturas de saída deverá ser de 1,20m (um metro e vinte centímetros). O sentido de abertura da porta não poderá ser para o interior do local de trabalho. As aberturas, saídas e vias de passagem devem ser claramente assinaladas por meio de placas ou sinais luminosos, indicando a direção da saída.

As saídas e as vias de circulação não devem comportar escadas nem degraus; as passagens devem ser bem iluminadas.

Ressaltamos que uma nova rota de fuga deverá ser executada no 2º pavimento da edificação, possibilitando um caminho seguro para a evacuação rápida e ordenada de pessoas durante um incêndio ou outra emergência. Esta deverá contar com porta corta fogo, piso imcombustível e antiderrapante e corrimão contínuo.

Trata-se de uma escada metálica que será executada conforme Planta Baixa. A estrutura terá 8 lances de degraus até o patamar intermediário, e mais 8 lances de degraus até o 2º patamar, no nível do 2º pavimento. Serão utilizados perfis e chapas em aço galvanizado, corrimões e guarda-corpos em aço carbono, com proteção anticorrosiva e acabamento nas corres definidas durante a execução. O acesso ao interior dos pavimentos será executado juntamente com a montagem da estrutura, com a abertura de vão para porta corta-fogo, conforme dimensões em projeto.

Este projeto destina-se ao atendimento das especificações exigidas pelo projeto do PPCI, aprovado junto ao Corpo de Bombeiros, com indicação do local a ser executado e dimensões mínimas exigidas. Foram atendidas as exigências determinadas pelas Normas Técnicas para dimensionamento e uso deste tipo de estrutura, em especial a NBR 8800 (Projeto de Estruturas de Aço) e NBR 14762 (Dimensionamento de Perfis Formados a Frio).

A durabilidade deste tipo de estrutura está diretamente relacionada com a qualidade de fabricação e instalação, uso adequado e manutenção periódica. Conforme prescrição da NBR 15575 – Norma de Desempenho, a vida útil deste sistema estrutural acompanha a vida útil dos sistemas estruturais em concreto armado.

Todos os sistemas estruturais em aço, devem ser protegidos contra a ação de agentes agressivos, que provocam a oxidação e perda de sua eficácia estrutural. Esta estrutura estará inserida num ambiente urbano, com classe de agressividade moderada e, portanto, deverá estar protegida para garantir a segurança e durabilidade previstas em projeto. Os sistemas de proteção deverão ser garantidos pelo fabricante das peças estruturais e pelo responsável pela montagem da estrutura. Estas garantias deverão ser apresentadas ao proprietário para avaliação.

O carregamento adotado para a estrutura foi uma sobrecarga de 300 kgf/m².



Materiais a serem utilizados :

- Chapa em aço galvanizado 1/8 XADREZ 1200X288 – 17 unidades
- Chapa em aço galvanizado 1/8 XADREZ 1200X1200 – 2 unidades
- Chapa em aço galvanizado 1/8 fq 3000X101 – 8 unidades
- Tubo redondo em aço carbono A 1/2" #1,25 – 15 barras
- Tubo redondo em aço carbono I 2" #1,25 – 6 barras
- Tinta Alvit 3,6 litros Cinza Escuro – 5 unidades
- Thinner 5 litros Alv – 1 unidade
- Disco de corte inox 7,0 Elite – 10 unidades

Quanto às orientações para execução da escada metálica, temos:

- As marcas dos materiais, bem como a fabricação das peças, deverão ser referência em qualidade;
- Nos procedimentos de solda prever a eliminação de poeiras e umidade no local;
- Os perfis deverão estar sem rebarbas de cortes, lisos, isentos de imperfeições;
- O guarda corpo deverá estar fixado à estrutura e dimensionado para absorver um impacto horizontal de 500 kgf;
- A chapa de piso dos degraus e patamares deverão ser fixadas com pontos de solda, mantendo a chapa fixa à estrutura;
- solar a área do canteiro de obra com tela laranja e indicações de segurança obrigatórios. Na montagem da estrutura também deverão ser observadas as medidas de segurança para proteção às pessoas no entorno da área de execução de obra aos riscos de queda de material.

13.2 Portas

Todas as portas de batente, tanto as de saída como as de comunicações internas, devem:

- I) abrir no sentido da saída;
- II) situar-se de tal modo que, ao se abrirem, não impeçam as vias de passagem;
- III) as portas de saída devem ser dispostas de maneira a serem visíveis, ficando terminantemente proibido qualquer obstáculo, mesmo ocasional, que entrave o seu acesso ou a sua vista;
- IV) nenhuma porta de entrada, de saída ou de emergência de um estabelecimento ou local de trabalho, deverá ser fechada à chave, aferrolhada ou presa durante as horas de trabalho;
- V) em hipótese alguma as portas de emergência deverão ser fechadas pelo lado externo, mesmo fora do horário de trabalho.

13.3 Iluminação

As rotas de fuga devem ter iluminação natural e/ou artificial em nível suficiente, de acordo com a NBR 5.413. Mesmo nos casos de ambientes destinados a uso unicamente durante o dia, é indispensável a iluminação artificial noturna.

13.4 Exercício de Alerta

Os exercícios de combate ao fogo deverão ser feitos periodicamente, objetivando:

- I) que o pessoal grave o significado do sinal de alarme; que a evacuação do local se faça em boa ordem; que seja evitado qualquer pânico;
- II) que sejam atribuídas tarefas e responsabilidades específicas aos empregados (brigadistas);
- III) que seja verificado se a sirene de alarme foi ouvida em todas as áreas da edificação.

13.5 Sinalização

São apresentadas nos seguintes formatos :

- I. **Circular:** utilizada para proibição e ação de comando;
- II. **Triangular:** símbolos de alerta;
- III. **Quadrada ou retangular:** Utilizadas para implantar símbolos de orientação, socorro, emergência e identificação de equipamentos.
- IV. **Cores:**
 - **Vermelha:** Utilizada para símbolos de proibição e identificação de equipamentos de combate a incêndio, alarme e alarme.
 - **Verde:** Utilizada para símbolos de orientação e socorro.
 - **Preta:** Utilizadas para símbolos de alerta e sinais de perigo.

14 EXTINTORES

A edificação contempla uma série de extintores, sinalizados e distribuídos de conformidade com o tipo de fogo a combater e em localizações que permitam sua fácil visualização e emprego.

Foram utilizados para o dimensionamento das unidades extintoras caminamento máximo de 20 metros.

Os locais destinados a montagem de extintores deverão estar sinalizados conforme detalhes mostrados nas partes gráficas do projeto. Todos os extintores terão o selo de conformidade da ABNT e estarão dentro do prazo de validade da carga e casco.

14.1 Manutenção de Extintores

- I) Esvazie os extintores antes de enviá-los para recarga;
- II) Programe a recarga de forma a não deixar os locais desprotegidos;
- III) A época de recarga deve ser aproveitada para treinar as equipes de emergência; Faça uma inspeção anual de todos os extintores, além dos

testes hidrostáticos a cada cinco anos, por empresa legalmente habilitada;

- IV) Devem ser recarregados os extintores em que forem constatados vazamentos, diminuição de carga ou pressão e vencimento de carga.

15 MANUTENÇÃO DOS HIDRANTES

Verifique se:

- A mangueira está com os acoplamentos enrolados para fora, facilitando o engate no registro e no esguicho;
- A mangueira está desconectada do registro;
- Estado geral da mangueira é bom, se apresenta, furos e trechos desfiados, ressecados ou desgastados;
- Registro apresenta vazamento ou está com o volante emperrado; Há juntas amassadas;
- Há água no interior das mangueiras ou no interior da caixa hidrante, o que provocará o apodrecimento da mangueira e a oxidação da caixa;
- É expressamente proibido manter fechado o registro geral do barrilete, localizado junto à saída do reservatório;
- Em caso de manutenção na rede, certifique-se de que, após o término do serviço, o registro permaneça aberto;
- Se a bomba de pressurização não der partida automática, é necessário dar partida manual no painel central, que fica próximo à bomba de incêndio.



Vanguarda – Excelência em Segurança.
R. Sanito Rocha, 79 - Cristo Rei - Curitiba/PR - (41)98787-9935



MEMORIAL DESCRITIVO EXECUÇÃO DE CASA DE BOMBAS

Cliente: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná

Endereço: Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1296, Hugo Lange, Curitiba, Paraná

CNPJ: 76.693.886/0001-68

Responsável Técnico : Engº Civil André Azevedo de Abreu Pinto – CREA/PR 190.050/D



SUMÁRIO

1) APRESENTAÇÃO GERAL.....	3
2) NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS.....	3
3) CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONSTRUÇÃO.....	4
4) SERVIÇOS PRELIMINARES	5
5) TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÕES.....	5
6) FUNDAÇÃO	6
7) ESTRUTURA	6
8) IMPERMEABILIZAÇÃO.....	7
9) REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS	7
10) ESQUADRIAS E ACESSOS	8
11) VENTILAÇÃO	8
12) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	9
13) SISTEMAS DE DRENAGEM	10
14) SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO.....	10
15) CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS.....	10
16) DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	11
17) OBSERVAÇÕES FINAIS	11



1) APRESENTAÇÃO GERAL

O presente memorial descritivo tem por finalidade estabelecer as normas, orientações e complementações para execução da casa de bomba do Sistema de Prevenção Contra Incêndios na sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná, localizada em Curitiba / PR.

Salientamos que o método construtivo apresentado a seguir é uma das opções disponíveis baseado na análise das cargas atuantes da edificação e na execução de obras similares para a mesma finalidade, não podendo ser definida como a ideal antes do estudo de sondagem do solo e o respectivo projeto estrutural.

Os cálculos e dimensionamentos estruturais deverão ser desenvolvidos de modo a satisfazerem as exigências normativas para capacidade resistente, segurança à ruptura e desempenho em serviço do sistema estrutural, oferecendo aos futuros usuários segurança e condições adequadas de uso.

2) NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS

De um modo geral, todas as normas devem ser observadas, sejam elas relativas a procedimentos de projeto, material ou execução.

A CONTRATADA deverá aplicar procedimentos de execução e de controle de qualidade dos serviços de acordo com as respectivas normas técnicas.

Dentre as normas mais relevantes e que irão nortear a execução da casa de bombas, destacamos as seguintes:

- NBR 6118 - Projeto de estruturas de concreto;
- NBR 6120 - Cargas para o cálculo de estruturas de edificações;
- NBR 8681 - Ações e segurança nas estruturas;
- NBR 14931 - Execução de estruturas de concreto – procedimento;

- NBR 12654 – Controle tecnológico de materiais componentes do concreto – Procedimento;
- NBR 12655 – Concreto de Cimento portland: Preparo, controle e recebimento – Procedimento, incluindo toda sua referência normativa;
- NR 18 – Condições e meio ambiente na indústria da construção, no que se refere, principalmente, à execução de estruturas;
- NBR 7480:2007 Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado – Especificação;
- NBR 7481:1990 Tela de aço soldada - Armadura para concreto;

Os requisitos normativos da ABNT deverão ser observados na execução dos serviços e serão considerados como elemento base para qualquer serviço ou fornecimento de materiais e equipamentos.

3) CARACTERÍSTICAS GERAIS DA CONSTRUÇÃO

- Dimensões externas: 4,0 m x 4,0 m
- Altura total: 3,0 m
- Área aproximada: 16,0 m²
- Infraestrutura: fundação em radier de concreto armado
- Paredes: alvenaria em bloco de concreto
- Cobertura: laje pré moldada, com vigotas treliçadas de concreto armado e preenchimento em blocos de EPS.
- Telhado: 1 água, com terças, tesouras e chapas metálicas.
- Piso reforçado para cargas elevadas e vibração.
- Ventilação permanente conforme normas.
- Porta metálica corta-fogo.
- Instalações elétricas independentes e dedicadas.
- Sistema de drenagem interna.



- Finalidade: Abrigar conjunto moto-bomba, painel de comando e reservatório em fibra com capacidade para 12 m³ (12.000 litros)

4) SERVIÇOS PRELIMINARES

Consiste nas preparações iniciais essenciais antes da construção principal para garantir que o local esteja pronto para receber as fundações e a obra, conforme o projeto arquitetônico e estrutural.

Orientações:

- Demolição da base de concreto existente;
- Limpeza do terreno;
- Locação da obra;
- Sondagem SPT.

5) TERRAPLENAGEM E ESCAVAÇÕES

Cortes e aterros para nivelar o terreno conforme o projeto, em caso de necessidade.

Orientações:

- Escavação até cota de projeto.
- Compactação $\geq 95\%$ Proctor Normal.
- Lastro de concreto magro 5 cm.

6) FUNDAÇÃO

A fundação tipo radier é uma laje de concreto armado ou protendido que cobre toda a área da construção, funcionando como uma base única para distribuir as cargas da edificação de forma uniforme sobre o solo.

Será validada para este tipo de situação e posteriormente adotada ou descartada após projeto estrutural elaborado por um Engenheiro Civil.

- Tipo: radier estrutural recomendado.
- Concreto $f_{ck} \geq 30$ MPa.
- Aço CA-50/60 conforme cálculo.
- Impermeabilização completa das faces em contato com o solo.

7) ESTRUTURA

Consiste na base da edificação, no caso o próprio radier, vedada por alvenaria em blocos cerâmicos ou de concreto em todo o seu perímetro, com laje treliçada para suporte da cobertura metálica.

7.1 Piso

- Laje maciça ≥ 15 cm.
- Capacidade mínima: 1.000 kg/m^2 .
- Base isolada para bombas com coxins antivibração.

7.2 Paredes

- Concreto armado ≥ 12 cm ou alvenaria com resistência ao fogo ≥ 120 minutos.

7.3 Laje de cobertura

- Laje treliçada ≥ 4 cm.
- Caimento mínimo 1%.
- Preenchimento com EPS

8) IMPERMEABILIZAÇÃO

Esta etapa envolve proteger a estrutura da umidade do solo usando métodos como lona plástica para reter a água do concreto e aditivos cristalizantes ou emulsões asfálticas no próprio concreto, além de mantas asfálticas ou resinas líquidas aplicadas sobre a laje e nas paredes externas, para criar uma barreira contra a umidade, prevenindo mofo, manchas e infiltrações.

Orientações:

- Piso: argamassa polimérica + pintura epóxi.
- Paredes externas: impermeabilizantes acrílicos.
- Laje superior: manta asfáltica.

9) REVESTIMENTOS E ACABAMENTOS

Serão definidos pela CONTRATANTE, porém abaixo estão os materiais comumente empregados:

Piso

- Concreto polido com pintura epóxi antiderrapante vermelha ou cinza.

Paredes internas

- Pintura epóxi lavável clara.

Paredes externas

- Pintura acrílica resistente.

Teto

- Pintura acrílica branca.

10) ESQUADRIAS E ACESSOS

Deve conter a porta corta-fogo, equipamento de segurança essencial em edificações, projetado para conter a propagação de chamas, calor e fumaça em caso de incêndio.

Orientações:

- Porta metálica corta-fogo P-90 ou P-120 (0,90 x 2,10 m).
- Barra antipânico.
- Abertura para fora.

11) VENTILAÇÃO

A ventilação em casas de bombas é essencial para a segurança e longevidade dos equipamentos, pois remove calor e umidade. Deve ser feita por meios naturais (janelas, grelhas, dutos) ou mecânicos (exaustores), seguindo normas (como a NBR 16704/2019 para bombas de incêndio) e considerando a ventilação mínima (geralmente 1% da área transversal).

Orientações:

- Ventilação permanente cruzada por venezianas metálicas compostas por lâminas ou aletas inclinadas que controlam a entrada de luz e ventilação;
- Área mínima de ventilação conforme IT do Corpo de Bombeiros.

12) INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A instalação elétrica de uma casa de bombas exige segurança e conformidade com normas (NBR 5410), envolvendo dimensionamento correto de fios e disjuntores, aterramento adequado, uso de quadro de comando com contatora para proteção e controle, e ligação correta de fase, neutro e terra, além de sensores (boias) para automação.

É crucial a verificação da voltagem e a contratação de um profissional para evitar danos e acidentes, principalmente em sistemas mais complexos como os de incêndio.

Orientações:

- Alimentação elétrica exclusiva.
- Quadro de comando automático das bombas.
- Partida compensada ou soft-starter.
- Iluminação mínima: 300 lux.
- Tomadas industriais.
- Aterramento e SPDA.
- Iluminação de emergência autônoma.

13) SISTEMAS DE DRENAGEM

Um sistema de drenagem é uma infraestrutura que coleta, transporta e gerencia o excesso de água (chuva, subterrânea) para evitar alagamentos, erosão e danos a edificações e ao meio ambiente, usando componentes como calhas, ralos, tubos, galerias e poços para direcionar o fluxo para pontos de descarte ou tratamento.

- Ralo central sifonado.
- Canaletas laterais.
- Caixa externa de inspeção.

14) SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO

Deve-se adotar o conjunto de medidas conforme projeto aprovado no Corpo de Bombeiros, que basicamente é composto por:

- Extintores classe ABC e CO₂.
- Placas fotoluminescentes.
- Piso antiderrapante.
- Corrimãos se aplicável.
- Iluminação de emergência.

15) CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS ESPECÍFICAS

- A casa de bombas deve ser independente ou compartimentada com resistência ao fogo ≥ 2 h.
- Não permitir uso para outras finalidades.
- Acesso permanente e desobstruído.



- Temperatura interna máxima recomendada: 40 °C.
- Piso rebaixado ou canaletas para contenção de vazamentos.

16) DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

- Projeto executivo de incêndio
- Projeto estrutural
- Projeto elétrico
- Projeto hidráulico
- Memorial de cálculo
- ART/RRT

17) OBSERVAÇÕES FINAIS

Este memorial atende aos requisitos técnicos mínimos para casas de bombas de sistemas de combate a incêndio, devendo ser ajustado conforme risco da edificação, vazão necessária, tipo de sistema (hidrantes, sprinklers ou misto) e exigências do Corpo de Bombeiros do Paraná.

Ressalta-se que o documento em questão é um anteprojeto e possui caráter preliminar/básico, por isso, requer a elaboração dos projetos executivos complementares para a correta execução da obra.



Vanguarda – Excelência em Segurança.
R. Sanito Rocha, 79 - Cristo Rei - Curitiba/PR - (41)98787-9935



1. Responsável Técnico

ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO

Título profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Empresa Contratada: **ANDRE AZEVEDO DE ABREU PINTO LTDA**

RNP: **1719626839**

Carteira: **PR-190050/D**

Registro/Visto: **86830**

2. Dados do Contrato

Contratante: **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: **76.693.886/0001-68**

R PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296

HUGO LANGE - CURITIBA/PR 80040-452

Contrato: (Sem número)

Celebrado em: 08/08/2025

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

R PRESIDENTE RODRIGO OTAVIO, 1296

HUGO LANGE - CURITIBA/PR 80040-452

Data de Início: 13/02/2026

Previsão de término: 17/02/2026

Coordenadas Geográficas: -25,419743 x -49,243831

Proprietário: **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ: **76.693.886/0001-68**

4. Atividade Técnica

[Elaboração de orçamento, Levantamento, Projeto] *de prevenção e combate a incêndio e pânico*

Quantidade

Unidade

1,00

UNID

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Projeto executivo com especificações técnicas, quantitativos de materiais e custos de mão de obra via Sinapi

7. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações registradas nesta Anotação de Responsabilidade Técnica.

Documento assinado eletronicamente por ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO, registro Crea-PR PR-190050/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 13/02/2026 e hora 13h35.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CNPJ: 76.693.886/0001-68

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confex.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br

Central de atendimento: 0800 041 0067



CREA-PR
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Paraná

Valor da ART: R\$ 108,39

Registrada em : 13/02/2026

Valor Pago: R\$ 108,39



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Execução de obra de prevenção e combate à incêndio para o Conselho Regional de Farmácia do Paraná

Local: Curitiba (PR)

Encargos Sociais (mensalista): 116,37%

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Encargos Sociais (horista): 72,50%

Preço base: Sinapi Março/2026

BDI 25,56%

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$)
1			SERVIÇOS PRELIMINARES E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA				R\$ 34.540,35
1.1	CP-01	CP	ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA	UN	1,00	R\$ 285,59	R\$ 285,59
1.2	90777	SINAPI	engenheiro civil de obra junior com encargos complementar	H	100,00	R\$ 146,07	R\$ 14.607,00
1.3	88267	SINAPI	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 39,62	R\$ 6.973,12
1.4	88264	SINAPI	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	88,00	R\$ 40,67	R\$ 3.578,96
1.5	90776	SINAPI	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	176,00	R\$ 51,68	R\$ 9.095,68
2			EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA				R\$ 3.913,50
2.1	97063	SINAPI	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME MODULAR FACHADEIRO, COM PISO METÁLICO, PARA EDIFÍCIOS COM MÚLTIPLOS PAVIMENTOS (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M2	150,00	R\$ 26,09	R\$ 3.913,50
3			PREVENTIVO DE INCÊNDIO				
3.1			Sistema Hidráulico Preventivo				R\$ 28.468,48
3.1.1	CP-02	CP	TUBO DE AÇO PRETO SCH10 NBR5590 2.1/2 3,05MM GRAU A C/ RANHURA BARRA 6 M	BR	13,00	R\$ 334,73	R\$ 4.351,45
3.1.2	CP-03	CP	TUBO DE AÇO GALVANIZADO NBR5580 L 2.1/2 3,35MM C/ ROSCA BARRA 6M	BR	1,00	R\$ 609,12	R\$ 609,12
3.1.3	CP-04	CP	TUBO PPCR VERMELHO S-5 75MM 6M INC(M-01)	BR	2,00	R\$ 625,51	R\$ 1.251,01
3.1.4	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	M3	2,00	R\$ 124,25	R\$ 248,50
3.1.5	CP-05	CP	TUBO DE AÇO GALVANIZADO NBR5580 L 1.1/2 3,00MM C/ ROSCA BARRA 6 M	BR	1,00	R\$ 350,68	R\$ 350,68
3.1.6	CP-06	CP	SUPORTE MÃO FRANCESA, COM ABAS 18 CM X 15 CM, VERMELHA	UN	55,00	R\$ 30,71	R\$ 1.689,06

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Execução de obra de prevenção e combate à incêndio para o Conselho Regional de Farmácia do Paraná

Local: Curitiba (PR)

Encargos Sociais (mensalista): 116,37%

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Encargos Sociais (horista): 72,50%

Preço base: Sinapi Março/2026

BDI 25,56%

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$)
3.1.7	CP-07	CP	ABRACADEIRA TIPO U VERGALHAO 3 X 3/8 EM AÇO GALVANIZADO	UN	55,00	R\$ 13,28	R\$ 730,13
3.1.8	96744	SINAPI	LUVA, PPR, DN 75 MM, CLASSE PN 25, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA	UN	2,00	R\$ 68,07	R\$ 136,14
3.1.9	96753	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PPR, DN 75 MM, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA	UN	5,00	R\$ 108,51	R\$ 542,55
3.1.10	CP-11	CP	LUVA MISTA, PPR X FG F/F 2.1/2"	UN	5,00	R\$ 271,45	R\$ 1.357,26
3.1.11	CP-12	CP	LUVA MISTA, PPR X FG M/M 2.1/2"	UN	1,00	R\$ 284,80	R\$ 284,80
3.1.12	CP-13	CP	TE RANHURADO EM FERRO FUNDIDO, DN 65 (2 1/2")	UN	2,00	R\$ 47,72	R\$ 95,43
3.1.13	CP-14	CP	CURVA 90 GRAUS RANHURADA EM FERRO FUNDIDO, DN 65 MM (2 1/2")	UN	14,00	R\$ 39,97	R\$ 559,51
3.1.14	CP-15	CP	ACOPLAMENTO FLEXÍVEL EM FERRO FUNDIDO PARA SISTEMA DE TUB	UN	60,00	R\$ 26,91	R\$ 1.614,64
3.1.15	CP-16	CP	CAIXA DE INCENDIO/ABRIGO PARA MANGUEIRA, DE EMBUTIR/INTERNA, COM 90 X 120 X 18 CM, EM CHAPA DE ACO, PORTA COM VENTILACAO, VISOR COM A INSCRICAO "INCENDIO", SUPORTE/CESTA INTERNA PARA A MANGUEIRA, PINTURA ELETROSTATICA VERMELHA	UN	2,00	R\$ 498,46	R\$ 996,92
3.1.16	CP-17	CP	CONJUNTO TAMPA/ARO DE RECALQUE DE PASSEIO EM FERRO FUNDIDO COM INSCRIÇÃO "HIDRANTE DE RECALQUE"	UN	1,00	R\$ 386,58	R\$ 386,58
3.1.17	105196	SINAPI	CURVA 45 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 2 1/2"	UN	1,00	R\$ 249,20	R\$ 249,20
3.1.18	94499	SINAPI	REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALACAO PREDIAL DE INCENDIO, 45 GRAUS, DIAMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSAO DE ATE 200 PSI	UN	2,00	R\$ 329,00	R\$ 657,99

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Execução de obra de prevenção e combate à incêndio para o Conselho Regional de Farmácia do Paraná

Local: Curitiba (PR)

Encargos Sociais (mensalista): 116,37%

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Encargos Sociais (horista): 72,50%

Preço base: Sinapi Março/2026

BDI 25,56%

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$)
3.1.19	CP-18	CP	REDUCAO FIXA TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 2.1/2" X 1.1/2", EM LATAO, PARA INSTALAÇÃO EM HIDRANTE	UN	3,00	R\$ 148,87	R\$ 446,61
3.1.21	37554	SINAPI	ESGUICHO JATO REGULAVEL, TIPO ELKHART, ENGATE RAPIDO 1 1/2", PARA COMBATE A INCENDIO	UN	2,00	R\$ 293,59	R\$ 587,18
3.1.22	37527	SINAPI	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN	6,00	R\$ 472,18	R\$ 2.833,08
3.1.23	20971	SINAPI	CHAVE DUPLA PARA CONEXOES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 2 1/2", EM LATAO, PARA INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN	2,00	R\$ 23,80	R\$ 47,60
3.1.24	CP-19	CP	FLANGE SEXTAVADO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	2,00	R\$ 101,30	R\$ 202,60
3.1.25	CP-20	CP	FLANGE SEXTAVADO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	2,00	R\$ 47,29	R\$ 94,58
3.1.26	CP-21	CP	NIPLE CORRIDO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2.1/2"	UN	1,00	R\$ 56,66	R\$ 56,66
3.1.27	CP-22	CP	NIPLE CORRIDO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1.1/2"	UN	1,00	R\$ 40,18	R\$ 40,18
3.1.28	94497	SINAPI	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/2"	UN	1,00	R\$ 121,71	R\$ 121,71
3.1.29	99624	SINAPI	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 736,61	R\$ 736,60
3.1.30	92377	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	8,00	R\$ 108,74	R\$ 869,92
3.1.31	CP-23	CP	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2" X 1 1/2"	UN	1,00	R\$ 109,61	R\$ 109,60
3.1.32	CP-24	CP	TE DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2" X 1"	UN	1,00	R\$ 107,06	R\$ 107,05

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Execução de obra de prevenção e combate à incêndio para o Conselho Regional de Farmácia do Paraná

Local: Curitiba (PR)

Encargos Sociais (mensalista): 116,37%

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Encargos Sociais (horista): 72,50%

Preço base: Sinapi Março/2026

BDI 25,56%

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$)
3.1.33	CP-25	CP	BUCHA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 3/4"	UN	1,00	R\$ 10,91	R\$ 10,91
3.1.34	CP-26	CP	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE *63* MM, CONEXAO DE 1/4"	UN	1,00	R\$ 98,50	R\$ 98,50
3.1.35	92890	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 2 1/2"	UN	2,00	R\$ 227,30	R\$ 454,60
3.1.36	92894	SINAPI	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, COM ASSENTO PLANO, DE 1 1/2"	UN	1,00	R\$ 111,82	R\$ 111,82
3.1.37	92373	SINAPI	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	1,00	R\$ 63,18	R\$ 63,18
3.1.38	CP-27	CP	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP FEMEA, DE 2 1/2"	UN	2,00	R\$ 63,92	R\$ 127,84
3.1.39	CP-28	CP	CURVA 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP FEMEA, DE 1 1/2"	UN	2,00	R\$ 25,06	R\$ 50,12
3.1.40	103015	SINAPI	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 2 1/2", PARA FUNDO DE POCO	UN	1,00	R\$ 506,06	R\$ 506,06
3.1.41	CP-29	CP	BOMBA DE INCÊNDIO KSB= 32-125.1, 5 CV, 31 MCA, Q = 24 m³/h, ROTOR = 144mm	UN	1,00	R\$ 4.681,11	R\$ 4.681,11
3.2			Alarme de Incêndio				9.632,78
3.2.1	CP-30	CP	CENTRAL DE ALARME DE INCÊNDIO COM 24 LAÇOS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 731,08	R\$ 731,08
3.2.2	CP-31	CP	ACIONADOR MANUAL CONVENCIONAL, FIXAÇÃO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5,00	R\$ 61,38	R\$ 306,89
3.2.3	CP-32	CP	SINALIZADOR AUDIO VISUAL CONVENCIONAL, FIXAÇÃO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	5,00	R\$ 77,91	R\$ 389,54

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Execução de obra de prevenção e combate à incêndio para o Conselho Regional de Farmácia do Paraná

Local: Curitiba (PR)

Encargos Sociais (mensalista): 116,37%

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Encargos Sociais (horista): 72,50%

Preço base: Sinapi Março/2026

BDI 25,56%

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$)
3.2.4	CP-33	CP	BOTOEIRA LIGA-DESLIGA PARA BOMBA DE INCÊNDIO	UN	2,00	R\$ 60,40	R\$ 120,79
3.2.5	91871	SINAPI	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	M	180,00	R\$ 19,98	R\$ 3.596,40
3.2.6	91854	SINAPI	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 20 MM	M	10,00	R\$ 13,54	R\$ 135,40
3.2.7	CP-34	CP	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	60,00	R\$ 7,72	R\$ 463,43
3.2.8	CP-35	CP	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UN	60,00	R\$ 3,51	R\$ 210,46
3.2.9	CP-36	CP	ADAPTADOR EM PVC, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	90,00	R\$ 1,78	R\$ 160,53
3.2.10	CP-37	CP	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	40,00	R\$ 2,94	R\$ 117,50
3.2.11	CP-38	CP	ABRACADEIRA EM PVC PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4"	UN	130,00	R\$ 1,50	R\$ 195,48
3.2.12	CP-39	CP	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	170,00	R\$ 9,85	R\$ 1.673,95
3.2.13	CP-40	CP	CABO BLINDADO PARA ALARME DE INCÊNDIO, 4 VIAS, 2 X 0,75 MM² + 2 X 1,5 MM², 600V, NBR- 17240	M	105,00	R\$ 14,58	R\$ 1.531,33
3.3			Saída de Emergência				R\$ 16.594,63
3.3.1	90838	SINAPI	PORTA CORTA-FOGO SIMPLES PARA SAIDA DE EMERGENCIA, 1 FOLHA DE ABRIR, 5 CM, ACABAMENTO NATURAL / SEM PINTURA, COM FECHADURA TIPO TRINCO, DOBRADICAS E BATENTE, VAO LUZ DE 90 X 210 CM, CLASSE P-90 (NBR 11742)	UN	2,00	R\$ 2.943,64	R\$ 5.887,28
3.3.2	CP-41	CP	ESCADA METÁLICA PARA ROTA DE FUGA, COM 1,20M DE LARGURA, 3,60M DE ALTURA, 18 DEGRAUS E 2 PATAMARES	UN	1,00	R\$ 10.707,36	R\$ 10.707,35

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

Execução de obra de prevenção e combate à incêndio para o Conselho Regional de Farmácia do Paraná

Local: Curitiba (PR)

Encargos Sociais (mensalista): 116,37%

Autor do Orçamento: André Azevedo de Abreu Pinto (CREA/PR 190.050/D)

Encargos Sociais (horista): 72,50%

Preço base: Sinapi Março/2026

BDI 25,56%

ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANTIDADE	CUSTO UNIT (R\$)	VALOR (R\$)
TOTAL							R\$ 93.149,74



Documento assinado digitalmente
ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
Data: 03/05/2026 19:30:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RESPONSÁVEL TÉCNICO : ANDRÉ AZEVEDO DE ABREU PINTO
ENGENHEIRO CIVIL
CREA/PR : 190050/D

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA OBRA DE PREVENÇÃO E COMBATE À INCÊNDIO

CUSTO DO SERVIÇO SEM BDI (R\$):					R\$	93.149,74		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ 3.725,99	4,00%	Valores estimados para obra de prevenção e combate à incêndio no Estado do Paraná	OK	3%	4%	5,50%
2	SEGURO GARANTIA	R\$ 745,20	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1%
3	RISCO	R\$ 1.117,80	1,20%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 740,54	0,75%		OK	0,59%	1,23%	1,39%
5	LUCRO	R\$ 7.361,47	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,96%
6	TRIBUTOS	R\$ 10.116,83	8,65%		$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$			
6.1	PIS		0,65%					
6.2	COFINS		3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		5,00%					
6.4	CONTRIB.PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%					
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 23.807,82			Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário			
PREÇO TOTAL (R\$)		R\$ 116.957,56			Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário			
BDI (%)				OK	Sem CPRB	18,58%	22,23%	26,19%
					Com CPRB	22,47%	26,24%	30,33%

Onde:

AC: taxa de administração central;

SG: taxa de garantias e taxa de seguros;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).

CRITÉRIOS DE PAGAMENTO POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. Objetivo do Documento

Estabelecer de forma clara e objetiva os critérios, condições, prazos e formas de pagamento referentes aos serviços prestados pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE.

2. Etapas do serviço

A adequação do sistema de combate a incêndio do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná ocorrerá em 3 fases, as quais são descritas a seguir:

- Fase 1: Execução do Sistema Hidráulico Preventivo
- Fase 2: Execução do Alarme contra Incêndio
- Fase 3: Execução da nova saída de emergência

3. Fluxo de Pagamentos

Sugerimos o pagamento antecipado de uma entrada entre 10% e 15% do valor de cada fase, antes do seu início, para cobrir custos iniciais como a aquisição de materiais básicos, a mobilização da equipe e despesas administrativas, assegurando assim o início adequado dos trabalhos.

4. Condições para Liberação do Pagamento

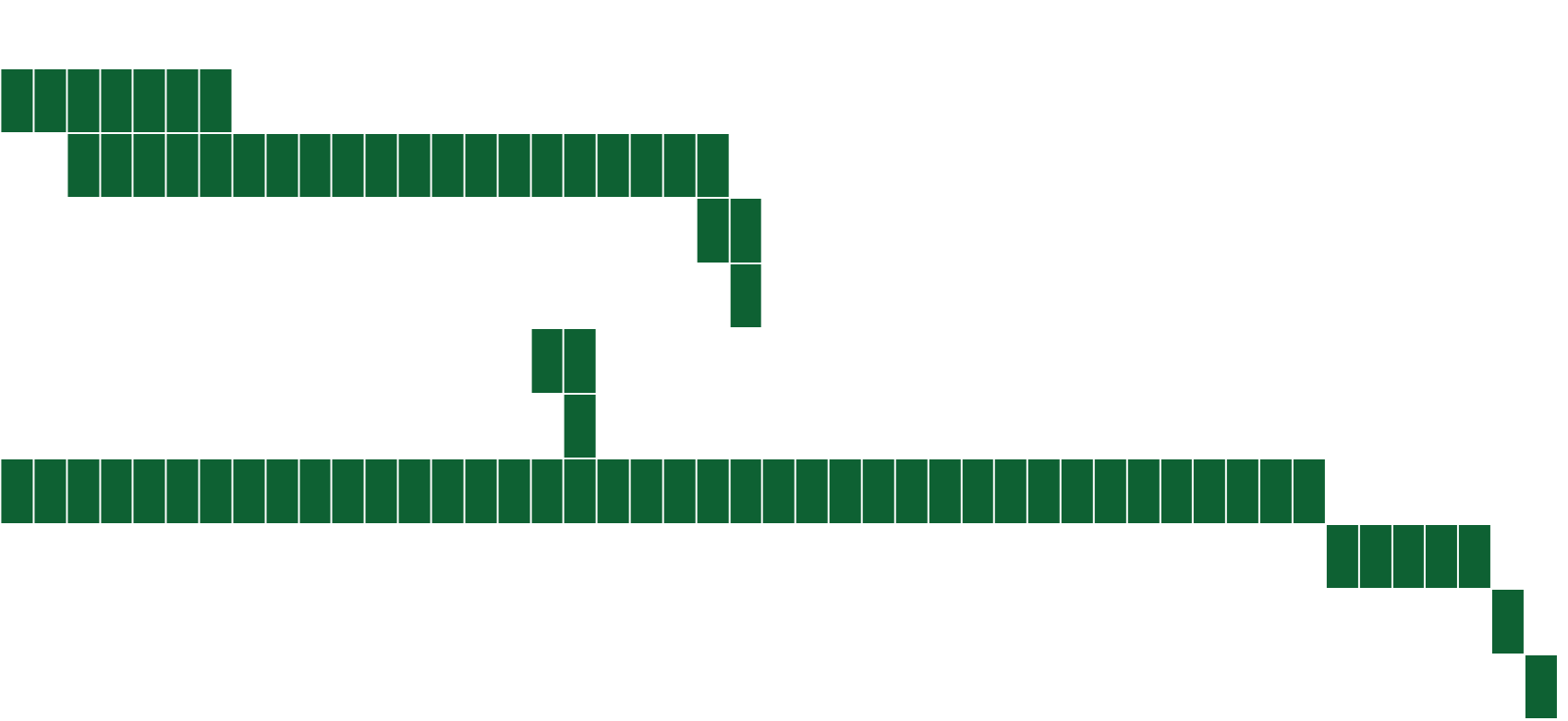
O pagamento estará condicionado ao atendimento dos seguintes critérios:

- Entrega completa do serviço contratado
- Aprovação técnica do serviço pelo contratante
- Entrega de relatórios / medições
- Emissão de nota fiscal válida
- Cumprimento do cronograma

CRONOGRAMA FÍSICO PARA ACOMPANHAMENTO DE OBRA

TAREFA	PROGRESSO	INÍCIO	TÉRMINO	DIAS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47
--------	-----------	--------	---------	------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----

Sistema Hidráulico Preventivo			
Instalação da sustentação das tubulações de aço carbono	7		
Instalação das tubulações de aço carbono	20		
Instalação dos abrigos e registros	2		
Disposição das mangueiras e acessórios dos hidrantes	1		
Execução da tubulação enterrada	2		
Instalação do hidrante de recalque	1		
Execução da casa de bombas	40		
Execução do barrilete	5		
Ligação entre bomba e painel de comando	1		
Teste do sistema preventivo de incêndio	1		
Alarme de Incêndio			
Instalação dos eletrodutos e caixas de passagem	7		
Passagem da fiação	7		
Instalação dos dispositivos de alarme contra incêndio	5		
Enderaçamento e start do sistema	1		
Saída de Emergencia			
Montagem da estrutura, degraus e patamares	20		
Montagem de corrimão e guarda-corpo	10		
Pintura da escada	4		



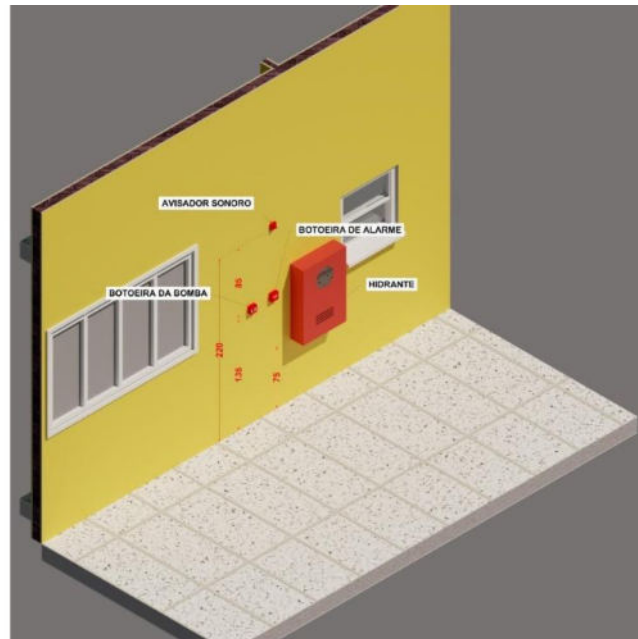


RELATÓRIO FOTOGRÁFICO PARA IDENTIFICAÇÃO DOS AMBIENTES COM PONTOS DE HIDRANTE E/OU ALARME DE INCÊNDIO.

Descrição dos locais :

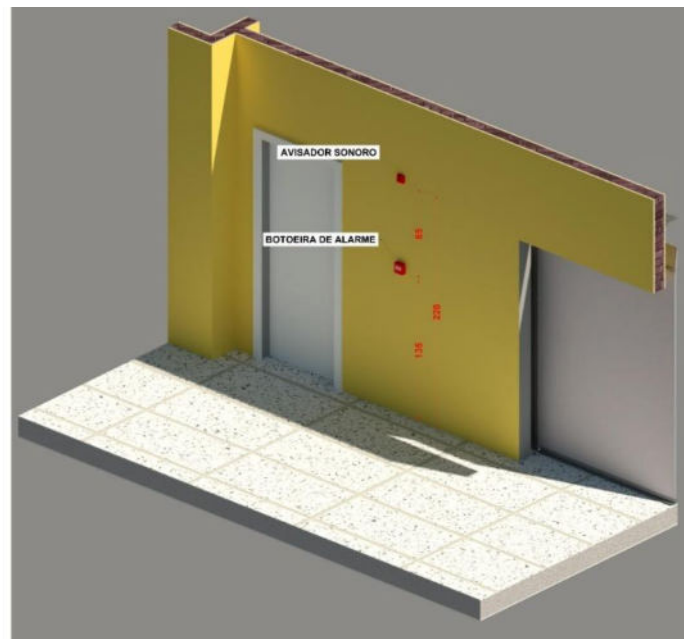
1. Porta principal (parede externa, à esquerda);
2. Pavimento superior (ao lado da escada caracol);
3. Almoxarifado (parede externa);
4. Copa (parede externa);
5. Auditório (parte interna);

1.

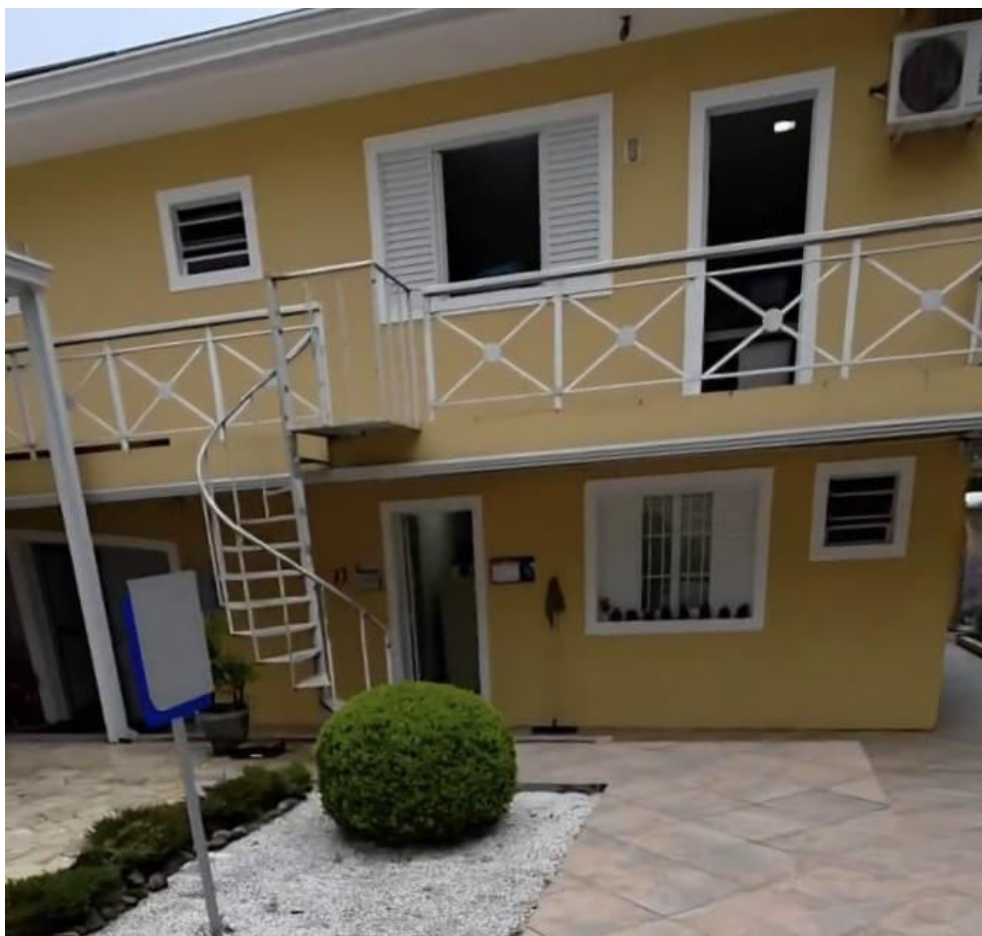




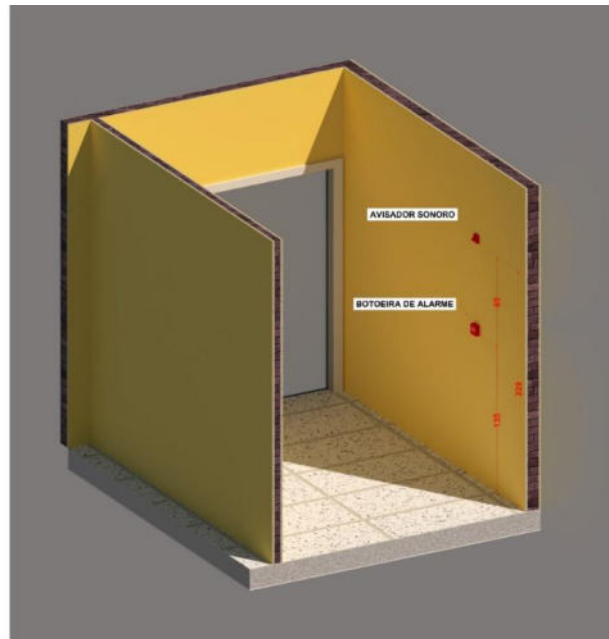
3.



4.



5.



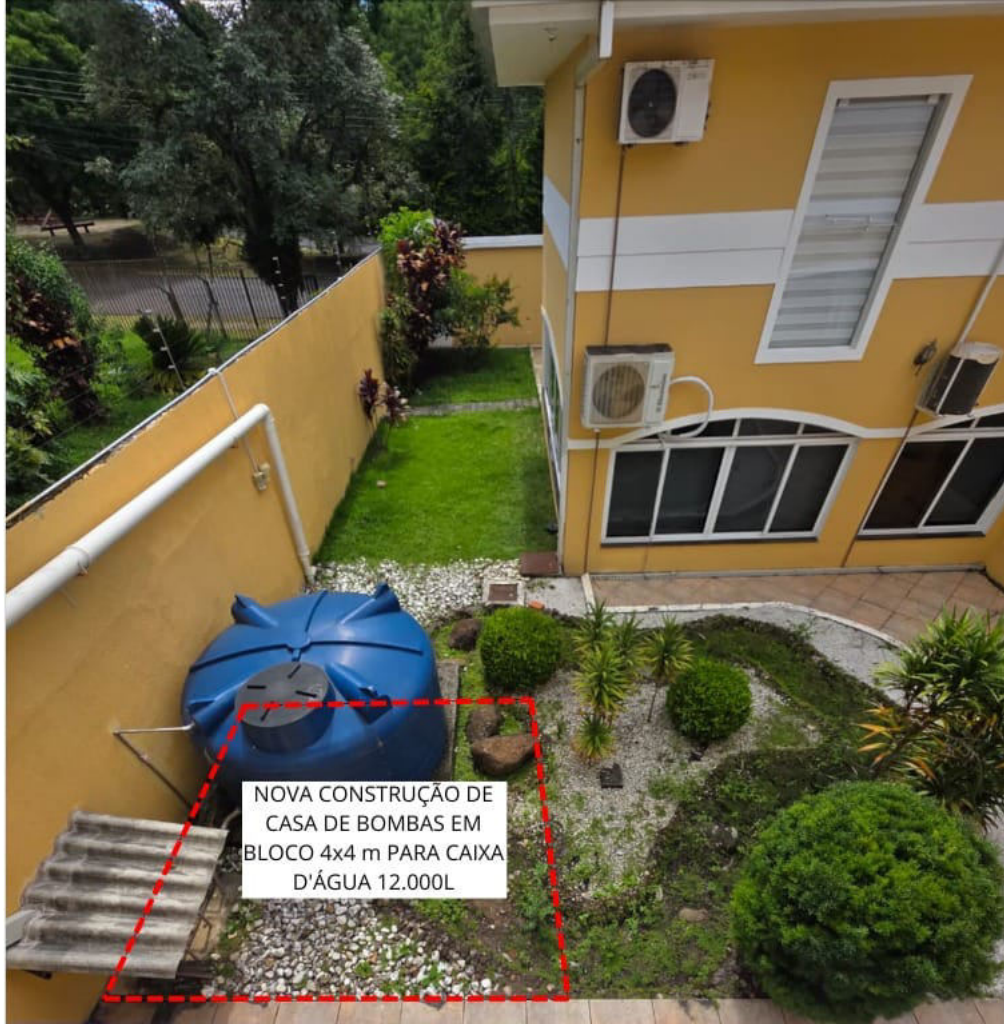


Vanguarda – Excelência em Segurança.
R. Sanito Rocha, 79 - Cristo Rei - Curitiba/PR - (41)98787-9935



PORTA CORTA FOGO

ESCADA DE EMERGÊNCIA



NOVA CONSTRUÇÃO DE
CASA DE BOMBAS EM
BLOCO 4x4 m PARA CAIXA
D'ÁGUA 12.000L

PORTA CORTA FOGO





CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR

ANEXO - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

(a ser preenchida pelo CRF-PR)

Declaro que a empresa _____, inscrita no
CNPJ nº: _____, sediada no endereço
_____, com telefone
número () _____, por intermédio de seu representante legal de nome
_____, declara, sob as penas da lei,
que vistoriou as dependências desta autarquia, especificamente os locais onde serão prestados os
serviços descritos no Termo de Referência, **não sendo admitidas**, em hipótese alguma, **alegações
de desconhecimento** dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

Localização: Sede do Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná.

Endereço: Rua Pres. Rodrigo Otávio, 1296 - Hugo Lange, Curitiba - PR, CEP 80040-452.

Curitiba, ____ de _____, de 2026.

(Nome e assinatura do funcionário do CRF-PR, responsável por acompanhar a visita)

(Nome, assinatura e qualificação do responsável pela vistoria)



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

ANEXO 07 DO TR - MODELO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE ETAPA DO CRONOGRAMA

1. IDENTIFICAÇÃO

- **Empresa Contratada:** [Nome Empresarial / Razão Social]
- **CNPJ:** [00.000.000/0000-00]
- **Órgão Contratante:** Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná (CRF-PR)
- **Objeto:** Execução de Projeto PTPID [Nome da Unidade/Sede].
- **Pregão nº:** [0000/2026]
- **Contrato nº:** [0000/2026]

2. PERÍODO E ETAPA DE EXECUÇÃO

- **Nº da Etapa Relatada:** [Ex: 2ª Etapa]
- **Período de Referência:** [Dia/Mês/Ano] a [Dia/Mês/Ano]
- **Percentual Físico desta Etapa:** [00]%
- **Acumulado de Execução dos Serviços:** [00]%

3. DESCRITIVO SUCINTO DA DEMANDA ATENDIDA

Descreva as atividades realizadas nesta fase

- **Atividades:** [Descrever aqui os serviços executados conforme o cronograma físico-financeiro].

4. DEMONSTRATIVO FINANCEIRO DA ETAPA

Conforme exigência do TR, seguem os valores detalhados:

5. EVIDÊNCIAS FOTOGRÁFICAS (ANTES E DEPOIS)

Conforme exigência do TR, para garantia da realização dos serviços.

5.1 Subetapa: [Ex: Instalação de porta corta-fogo]

6. DECLARAÇÃO DA CONTRATADA

Declaramos que os serviços acima descritos foram executados em estrita observância às normas técnicas da ABNT e especificações do Termo de Referência.

[Local - PR], [Data].

[Nome do Responsável Técnico/Representante Legal] Cargo / CPF

7. CAMPO EXCLUSIVO DA FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO FISCAL: () **APROVADO:** Relatório em conformidade. Encaminhe-se ao Gestor para autorização de pagamento da NF. () **RESSALVAS/ADADEQUAÇÕES:** Necessário realizar os seguintes ajustes: [Descrever ajustes].

Data: // ____ Assinatura do Fiscal: _____



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 11/05/2026, às 09:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1192929** e o código CRC **A113277F**.



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº: PACs 016/2023

Objeto: Execução do Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e Desastres (PTPID) na sede do CRF-PR, em Curitiba-Paraná.

Setor Requisitante: Gerência Geral

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar as necessidades a serem atendidas, bem como os benefícios que a contratação deverá gerar para o Órgão, mediante análise técnica e econômica que justifique a contratação e os elementos que caracterizam o objeto do processo.

Sendo assim, o presente documento pretende esclarecer a necessidade desta autarquia em contratar empresa especializada para **execução/implantação do projeto de prevenção à incêndio e desastres, aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.**

2. FUNDAMENTOS LEGAIS

- Código de Segurança Contra Incêndios e Pânico – CSCIP do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.
- Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta 22.907.932-8 firmado entre o CRF-PR e o Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.
- Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013 - Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências.

3. PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1 DESCRIÇÃO DO OBJETO E DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

Em 10/02/2022 iniciou-se no CRF-PR a tramitação do PACS 026/2022 com o objetivo de contratar a **elaboração** de projeto técnico de prevenção a incêndio e desastres para a sede do CRF-PR. A contratação se fez necessária em virtude do CRF-PR, enquadrar-se na tabela 1 -



Ocupação D1 - Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios - do Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico – CSCIP do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná. Ainda era necessária a implantação de extintores de incêndio (NPT 21), iluminação de emergência (NPT 20), sistema preventivo de rede de hidrante (NPT 22) e alarmes de incêndio (NPT 19) no edifício.

A **Empresa WHK Engenharia e Prevenção, CNPJ 22.606.931/0001-70**, foi então contratada para a elaboração do projeto técnico e apresentação de Termo de Ajustamento de Conduta com solicitação de prazos ao Corpo de Bombeiros Militar do Paraná para a instalação dos equipamentos, hidrantes, alarmes, escadas de emergência e rota de fuga. Em 14/04/2022 foi firmado o Contrato 020/2022 no valor de R\$ 2.400,00.

Em 30/11/2022, o processo de regularização do edifício junto ao Corpo de Bombeiros foi protocolado sob número 2.2.01.20.0001356200-77, sob responsabilidade técnica de Renan Kohler Teixeira, CREA-PR 149387, ART 1720222987042, sendo aprovado em 09/12/2022, NIB 1356200/2022.

Somente em 16/10/2024 foi protocolado o Termo de Ajustamento de Conduta, protocolo 22.907.932-8, firmando entre o CRF-PR e o Corpo de Bombeiros – 1GB – SPCIP REGIONAL, no qual foi acordado a regularização e adequação da edificação **em 730 dias**, até 04/11/2026.

Foi emitido CVCB (Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros) e o CLCB (Certificado de Liberação do Corpo de Bombeiros) a **título precário** por 365 dias e ficou estabelecido o seguinte cronograma físico-financeiro para as adequações.

Etapa	Descrição da etapa	Início dia	Término dia	Prazo total de execução dias	Custo R\$
1	Adequação segurança estrutural: arrumar sentido de portas de rota de fuga e instalar porta corta fogo com barra antipânico.	04/11/2024	03/05/2025	180 dias	R\$ 7.437,68
2	Instalação de escada de rota de fuga: instalar escada externa de rota de fuga	03/05/2025	04/11/2025	185 dias	R\$30.296,36
3	Instalação rede de hidrantes e alarme:	04/11/2025	22/06/2026	110 dias	R\$ 90.460.65



	instalar infraestrutura, conexões, cabeamento, central de alarme, acionador de alarme, sirene acionador de bomba.				
4	Construção reserva técnica de incêndio: construir toda a alvenaria da casa de bomba.	22/06/2026	12/06/2026	110 dias	R\$ 23.841,97
5	Instalação casa de bombas de hidrantes: instalar o barrilete, com conexões, bomba elétrica e quadro de comando.	12/06/2026	30/09/2026	110 dias	R\$ 16.249,23
6	Instalação e configuração elétrica dos sistemas preventivos e testes finais: start no alarme de incêndio, energização do quadro de comando e testes finais.	30/09/2026	04/11/2026	35 dias	R\$ 3.000,00

Consta ainda nos autos, o Ofício 0237/2024/2024/DIR/CRF-PR, de 03/12/2024, no qual o CRF-PR solicita ao Corpo de Bombeiro concessão do prazo de 18 meses para adequação das instalações. Entretanto, não foi localizado o protocolo desta solicitação.

Pelo exposto, faz-se necessário a contratação de empresa especializada de engenharia para a execução da obra e implantação das adequações solicitadas nas instalações do CRF-PR, tendo em vista que o inadimplemento do cronograma poderá resultar em sanções ao CRF-PR.

3.2 REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO

Inicialmente, para a correta especificação e detalhamento dos serviços previstos no cronograma do TAC, bem como para determinação do orçamento estimado para a realização das adequações nas instalações deste órgão, faz-se necessária a **participação de profissional técnico capacitado da área de engenharia (engenheiro ou arquiteto)**.



Atualmente, não existe no corpo funcional do CRF-PR colaborador com este conhecimento, sendo, portanto, imprescindível a contratação de consultoria técnica diante da complexidade do objeto.

A Lei 14.133/21 garante que em caso de licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto **não seja rotineiramente contratado pela Administração**, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os **agentes públicos responsáveis pela condução da licitação** – art. 8º § 4º.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

(...)

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

A mesma lei estabelece que esta contratação poderá ocorrer por **inexigibilidade**, quando envolver serviço de natureza intelectual, para elaboração de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, bem como para assessorias ou consultorias técnicas e fiscalização de obras, nos termos do art. 74, III.

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

(...)

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR



No caso aqui analisado, o profissional habilitado da área de engenharia prestará auxílio no planejamento da licitação, elaboração do projeto a ser executado, consultoria técnica na análise dos documentos das empresas que participarem do certame, bem como a fiscalização e supervisão do serviço a ser realizado pelo licitante vencedor, hipóteses previstas no art. 74, III, alíneas a, c, d.

Assim, considerando que a empresa WHK Engenharia e Prevenção, CNPJ 22.606.931/0001-70, elaborou o projeto técnico e o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta para apresentação no Corpo de Bombeiros do Paraná, conhecendo detalhadamente as particularidades da edificação e as adequações que serão necessárias nas instalações, entende-se que a empresa poderá ser novamente contratada para auxiliar nas próximas etapas necessárias à execução do objeto.

Para tanto, será aberto processo em apartado para a contratação da empresa por inexigibilidade. A empresa, por meio de um responsável técnico, **engenheiro civil ou arquiteto** deverá:

1. Elaborar o projeto para viabilizar a execução completa de todas as etapas descritas no cronograma, contendo os memoriais descritivos necessários, a identificação dos serviços, dos materiais e dos equipamentos a serem utilizados, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas pertinentes;
2. Elaborar relatório fotográfico dos serviços a serem executados.
3. Auxiliar na elaboração do termo de referência para publicação da licitação.
4. Elaborar orçamento detalhado do custo estimado da licitação, com as composições dos preços utilizados para sua formação com base na Tabela SINAPI, conforme Decreto nº 7.983/2013.
5. Realizar as tratativas e solicitações que se fizerem necessárias, junto ao corpo de bombeiro durante toda a execução da obra até sua finalização.
6. Supervisionar e fiscalizar as obras e os serviços realizados pelo licitante vencedor, em atendimento ao cronograma e normas técnicas aplicáveis.
7. Auxiliar na elaboração das exigências de qualificação técnica significativas para o objeto, e de qualificação econômico-financeira, bem como avaliar as planilhas de custos apresentadas pelo licitante vencedor.

Esta empresa não poderá disputar a licitação ou participar da execução de contrato, de acordo com o art. 14 da Lei 14.133/21.



Art. 14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Em relação ao licitante vencedor para implantação do projeto e execução da obra:

- Empresa de engenharia para execução de serviços de construção, com inscrição de registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) /CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), constando o nome dos profissionais que atuarão como responsáveis técnicos perante a obra, conforme Resolução 425/98 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia e Agronomia), comprovado com a emissão de certidão.
- Será exigida a **Anotação de Responsabilidade Técnica** no conselho de classe competente em até 15 (quinze) dias úteis após a assinatura do contrato.
- A empresa contratada deverá possuir capacidade técnica e experiência comprovada nos serviços abrangidos pelo objeto da licitação, devendo ter disponibilidade de materiais e de equipamentos para execução dos serviços e pessoal técnico especializado para o cumprimento do objeto da licitação.
- Apresentar **Garantia Contratual** nos termos do art. 98 da Lei n. 14.133, de 2021, de acordo com o índice mínimo de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato. Ademais, caso o valor da proposta vencedora seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, deverá ser exigida garantia adicional equivalente à diferença entre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta, conforme disposto no § 5º do art. 59 da Lei n. 14.133, de 2021.



- Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia prevista no art. 96 da Lei 14.133/21.
- O prazo de conclusão da execução da obra se baseará no CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO anexado no processo licitatório. Este prazo deverá ser considerado a partir da assinatura da Ordem de Serviço, a qual deve ocorrer em até 5 dias úteis após a assinatura do Contrato;
- A contratada deverá aplicar a legislação vigente e as normas técnicas correspondentes ao serviço.
- Os profissionais técnicos da contratada deverão se apresentar para a realização dos serviços uniformizados e portando documento de identificação.
- A contratada executará o cronograma e receberá o pagamento após finalização de cada etapa.
- A contratada será responsável pelo fornecimento de todo o material, instrumental, equipamentos de proteção individuais (EPI's), as ferramentas, inclusive estrutura de andaimes seguros para acesso aos locais altos e mão-de-obra especializada e necessária para a execução dos serviços, conforme itens descritos no memorial descritivo, bem como pelo cumprimento das normas de segurança do trabalho pertinentes ao desenvolvimento de suas atividades no CRF-PR.
- Na execução dos serviços obedecer rigorosamente aos seguintes requisitos estabelecidos nos desenhos, especificações e demais documentos integrantes do Projeto Executivo e da Planilha Orçamentária a ser elaborada.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente contratação.

3.3 LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para esta licitação, a Lei 14.133/2021 estabelece os regimes para a contratação e execução indireta de obras e serviços de engenharia, podendo serem utilizados:

- a. contratação por tarefa;
- b. empreitada integral;
- c. fornecimento e prestação de serviço associado (RFPSA);
- d. empreitada por preço unitário (EPU);



- e. empreitada por preço global (EPG);
- f. contratação integrada; e
- g. contratação semi-integrada.

Para a execução do presente serviço, optou-se pela **empreitada por preço global**, definida como a contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total, sendo a remuneração realizada após conclusão de cada etapa.

As soluções disponíveis para adequação ao projeto seguirão as recomendações previamente aprovadas pelo Corpo de Bombeiros, e especificadas quando da elaboração do projeto executivo a ser apresentado pelo profissional habilitado no CREA.

3.4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Verifica-se que a necessidade de contratação de empresa especializada para implantação do projeto aprovado de prevenção de incêndio e desastres, uma vez que existe Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Corpo de Bombeiros com prazo definido para finalização da obra/serviço.

A contratação objetiva regularizar os procedimentos de segurança predial necessários a prevenção e combate a incêndio, de acordo com a legislação vigente, visando a segurança e proteção dos usuários e do patrimônio público, de modo a reduzir as consequências sociais do sinistro e os danos ao patrimônio público e ao meio ambiente, assim como possuir habilitação legal para requisições futuras de documentações junto aos outros Órgãos Públicos.

Além disso, a existência de um projeto de prevenção e combate a incêndios é requisito legal, evitando danos materiais irreparáveis, minimizando riscos de acidentes, preservando a vida e o bem-estar de quem ocupa o edifício.

A empresa realizará as adequações das instalações prediais, com o fornecimento e a instalação de todos os equipamentos previstos no projeto previamente aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

A contratação trata-se de serviço comum de engenharia, nos termos do inciso XXI, alínea "a" do art. 6º da Lei 14.133/2021, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica (art. 29, p.º).

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse



*para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

A licitação ocorrerá em grupo contendo as 6 etapas, adotando-se a sistemática de medição e pagamento associada à execução de cada etapa do cronograma físico-financeiro.

Os serviços a serem contratados são não continuados, contratados para o único fim de execução do objeto.

A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

A contratada deverá empregar mão de obra qualificada e assegurar que seus funcionários tenham recebido treinamento para utilizar os equipamentos e os produtos especializados necessários à execução dos serviços e também respeitando as Normas de segurança do trabalho vigentes.

De acordo com o catálogo de materiais e serviços, a contratação pública poderá ser efetivada mediante um dos seguintes códigos:



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR

Grupo	Serviço	Descrição
873	2011	Instalação e montagem de sistemas - proteção contra incêndio
872	21822	Manutenção / reforma - instalação prevenção combate incêndio

3.5 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Conforme projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Paraná, bem como no projeto executivo a ser elaborado e planilha orçamentária.

3.6 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme cronograma aprovado no Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Corpo de Bombeiros, o custo estimado será de R\$ 171.285,29.

Etapa	Descrição da etapa	Custo - R\$
1	Adequação segurança estrutural	R\$ 7.437,68
2	Instalação de escada de rota de fuga	R\$30.296,36
3	Instalação rede de hidrantes e alarme	R\$ 90.460,65
4	Construção reserva técnica de incêndio	R\$ 23.841,97
5	Instalação casa de bombas de hidrantes	R\$ 16.249,23
6	Instalação e configuração elétrica dos sistemas preventivos e testes finais	R\$ 3.000,00

Contudo, diante da data da realização do orçamento estimado, aplicou o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), indicador que mede a variação dos preços de materiais, serviços e equipamentos utilizados na construção civil. No ano de 2024, o acumulado foi de 6,34%¹.

Dessa forma, estima-se que o valor do objeto será de **R\$ 182.144,78**.

Ressalta-se ainda que o custo estimado do valor da contratação será atualizado e detalhado quando da contratação de empresa/profissional especializado para elaboração do

¹ <https://portal.fgv.br/noticias/incc-m-resultados-2024#:~:text=De%20janeiro%20a%20dezembro%20de,%2C32%25%20no%20mesmo%20per%C3%ADodo.>



projeto executivo e da planilha de custos e formação de preços.

3.7 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A solução não será dividida, tendo em vista que embora esteja separada em etapas para a execução do serviço, o objeto é único e os serviços deverão ser executados em um conjunto que compõem o sistema de combate e prevenção contra incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros.

Não é indicado o parcelamento da solução, já que se trata de um escopo de serviços que são em sua totalidade realizados pelas empresas de engenharia. A divisão em partes poderá aumentar o custo da contratação, pois as empresas tenderiam a elevar os preços para realização das etapas isoladamente.

A licitação por grupo também traz maior facilidade de gestão, uma vez que evita a necessidade de celebração de vários contratos, trazendo problemas com o tempo despendido para sua perfeita fiscalização.

A contratação de uma única empresa também não caracteriza perda de escala ou restrição de competitividade. Isso porque os possíveis interessados atuam no mesmo nicho de mercado de prevenção contra incêndio, tanto para a prestação do serviço quanto para o fornecimento de equipamentos/peças e sua instalação.

Além disso, o serviço é urgente e a divisão poderia acarretar em atrasos indesejados e não cumprimento dos prazos previsto no TAC.

3.8 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O presente objeto depende do processo de contratação de profissional habilitado da área de engenharia para elaboração do projeto de execução do serviço.

Não há outras contratações correlatas ou interdependentes com essa contratação, haja vista que o contratado deverá fornecer todas as peças, equipamentos, mão de obra para a realização do serviço.

3.9 – DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO

A presente contratação não estava prevista no planejamento para 2025, uma vez que seria solicitada prorrogação de prazo para cumprimento do TAC, junto ao Corpo de Bombeiros.

Deste modo, será necessária a reformulação orçamentária, diante do atual cronograma



proposto no TAC.

A despesa será registrada na rubrica 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras em Andamentos.

3.10 – RESULTADOS PRETENDIDOS

Regularização do sistema de prevenção a Incêndio e Desastres do CRF-PR, cumprindo com as determinações do Corpo de Bombeiros, de modo a preservar o patrimônio e a vida das pessoas.

3.11 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Necessária a realização de reformulação orçamentária.

Não será necessária a realização de capacitação específica ou adequação do ambiente da organização previamente à celebração do Contrato.

3.12 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratada deverá adotar para execução dos serviços, as práticas ambientalmente sustentáveis, nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis publicado pela Advocacia Geral da União (AGU); atender a Lei Federal 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos), e demais legislações vigentes (ou que venham a existir) nas esferas municipal, estadual e federal.

A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo originário da contratação, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, atendendo ao previsto no art. 45 I da Lei 14.133.

A empresa deverá mitigar, sempre que possível, os impactos gerados pela produção de resíduos e providenciar registro próprio dos volumes gerados e da disposição final.

A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho.

A futura contratada deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR

recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

3.13 – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação de empresa especializada mostra-se viável.

3.14 GESTÃO DE RISCOS

Risco 01 – Não haver disponibilidade orçamentária			
Probabilidade:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Impossibilidade de contratação e aplicação de multas pelo Corpo de Bombeiros.			
Ação Preventiva		Responsável	
Requerimento de prorrogação de prazo junto ao Corpo de Bombeiros para cumprimento do TAC.		Gestor do Contrato e Setor financeiro	
Ação de Contingência		Responsável	
Verificar possibilidade de transposição ou reformulação orçamentária		Setor Financeiro	



Risco 02 – Incapacidade de empresa vencedora em executar o contrato.			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Atraso na execução do objeto.			
Ação Preventiva		Responsável	
Prever sanções e os requisitos de qualidade que sejam condizentes com a importância dos serviços a serem prestados.		Equipe de Planejamento	
Ação de Contingência		Responsável	
Gestão/Fiscalização do contrato com aplicação de sanções previstas quando ocorrer alguma falha contratual e, em último caso, cancelar contrato e adjudicar novo fornecedor ou promover nova contratação.		Equipe de Planejamento	

Risco 03 – Pesquisa de preços coletadas com valores aparentemente maiores ou menores que o de mercado.			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Contratação por valores acima do mercado – sobrepreço. Desperdício de recursos. Cotação com preço subestimado - Licitação deserta.			
Ação Preventiva		Responsável	
Realizar adequada pesquisa de mercado, utilização de tabelas de referências mais atualizada possível (SINAPI /SEOP/PRED) ou outra que venha ser substituída, cotações com fornecedores locais. Utilizar parâmetros da IN 65/21 para chegar aos preços de referência. Utilizar mais de um parâmetro previsto na IN. Cesta de		Equipe de Planejamento	



CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR

preços.	
Ação de Contingência	Responsável
Solicitação de novas pesquisas que reflitam de forma correta o preço de mercado	Equipe de Planejamento Setor de Compras

Risco 4 – Falta de clareza quanto aos serviços a serem executados.			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Dano			
Possível interferência na qualidade do serviço entregue.			
Ação Preventiva		Responsável	
Contratação de profissional habilitado para especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer, compatibilização de projetos.		Equipe de Planejamento	
Ação de Contingência		Responsável	
Esclarecer dúvidas e incoerências, conforme questionamentos que venham a surgir no processo		Setor de Compras e Licitações.	



CRF-PR

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA | CFF
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ | CRF-PR


MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco é representado pelas cores, conforme figura a seguir:

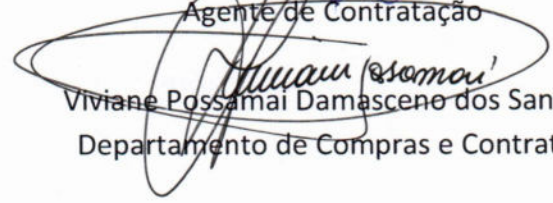
PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA	ALTA			RISCO 1
	MÉDIA		RISCO 2	
	BAIXA			RISCO 3 RISCO 4
		BAIXA	MÉDIA	ALTA
GRAVIDADE /IMPACTO				

	Risco baixo
	Risco moderado
	Risco alto

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO


Edivar Gomes
Gerente Geral


Fernanda Rogenski Penteado
Agente de Contratação


Viviane Possamai Damasceno dos Santos.
Departamento de Compras e Contratos

Curitiba, 14 de fevereiro de 2025.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/2026
PROCESSO SEI/CFF Nº CRFPR25.5.000007279-5

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR E A EMPRESA ***, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA RELATIVOS AO PROJETO TÉCNICO DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E DESASTRES - PTPID DA SEDE DO CRF-PR.**

O **CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR**, autarquia federal, inscrito no CNPJ sob nº 76.693.886/0001-68, com sede na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1.296, Hugo Lange, Curitiba/PR, neste ato representado por seu Presidente, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa [●], inscrita no CNPJ sob nº [●], sediada em [●], neste ato representada por [●], doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo SEI/CFF nº CRFPR25.5.000007279-5 e em observância à Lei nº 14.133/2021, ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90002/2026, ao Termo de Referência nº 1192886/2026 e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para execução do Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e Desastres - PTPID do CRF-PR, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra, testes, comissionamento e demais providências necessárias, conforme projeto aprovado pelo Corpo de Bombeiros e normas técnicas aplicáveis.

1.2. Os serviços serão executados na Sede do CRF-PR, situada na Rua Presidente Rodrigo Otávio, nº 1.296, Hugo Lange, Curitiba/PR.

1.3. A execução compreende sistema hidráulico preventivo, alarme contra incêndio, nova saída de emergência, equipamentos e sistemas preventivos, testes, laudos, comissionamento e demais medidas necessárias à regularização perante o Corpo de Bombeiros.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - o Edital do Pregão Eletrônico nº 7/2026 e seus anexos;

II - o Termo de Referência nº 1192886/2026 e seus anexos;

III - o projeto executivo, memoriais, relatório fotográfico, planilha orçamentária, relação de itens, cronograma e demais documentos técnicos;

IV - a proposta da CONTRATADA;

V - a matriz de alocação de riscos; e

VI - demais documentos do processo administrativo.

1.5. O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando o julgamento pelo maior desconto linear sobre a planilha orçamentária.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência terá início na assinatura e permanecerá vigente até o recebimento definitivo do objeto e cumprimento das obrigações decorrentes, observado o art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. O prazo máximo de execução será de 92 dias úteis, consideradas boas condições climáticas, observado o cronograma do Termo de Referência.

2.3. A Fase 1 - Sistema Hidráulico Preventivo deverá ser concluída em até 47 dias úteis; a Fase 2 - Alarme contra Incêndio, em até 14 dias úteis; e a Fase 3 - Nova saída de emergência, em até 31 dias úteis, sem prejuízo de execução concomitante ou isolada, conforme cronograma aprovado.

2.4. A CONTRATADA somente iniciará os serviços após emissão da Ordem de Execução e apresentação da ART/RRT de execução, sem ônus ao CRF-PR.

2.5. Excepcionalmente, a CONTRATADA poderá propor novo cronograma de execução, sujeito à análise do fiscal técnico e aprovação do gestor do contrato.

2.6. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período inicialmente firmado, ressalvadas as providências cabíveis em caso de culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

3.1. A execução observará o Termo de Referência, projeto executivo, memoriais, cronograma, planilha orçamentária, Ordem de Execução, este Contrato e a Matriz de Alocação de Riscos.

3.2. A CONTRATADA deverá manter Diário de Obras no local da execução, com anotações diárias sobre andamento dos serviços, materiais, mão de obra, condições de trabalho, clima, ocorrências, problemas técnicos, comunicações à fiscalização e situação do cronograma.

3.3. A CONTRATADA indicará preposto responsável pela interlocução com o CONTRATANTE, cabendo-lhe dirigir a equipe, receber ordens da fiscalização, garantir a conformidade técnica dos serviços e comunicar paralisações, emergências ou imprevistos.

3.4. A gestão do contrato será exercida pelo gerente geral do CRF-PR, Edivar Gomes, a fiscalização administrativa pelo setor competente indicado nos autos e a fiscalização técnica pelo engenheiro André Azevedo de Abreu Pinto, CREA/PR 190.050, ou por outros agentes formalmente designados.

3.5. A fiscalização do CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução, conformidade técnica, segurança dos trabalhadores, qualidade dos materiais, testes, comissionamento e reparação de vícios, danos ou desconformidades.

CLÁUSULA QUARTA - DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS

4.1. A Matriz de Alocação de Riscos integra este Contrato como Anexo I e constitui referência obrigatória para interpretação das obrigações, análise de pedidos de reequilíbrio, apuração de responsabilidade por atrasos, falhas de execução, alterações de escopo, paralisações, glosas, sanções e demais intercorrências.

4.2. Constituem riscos ordinários assumidos pela CONTRATADA aqueles inerentes à execução, inclusive composição de custos, produtividade, logística, materiais, mão de obra, equipamentos, mobilização, testes, comissionamento, descarte de resíduos, segurança do trabalho e cumprimento de normas técnicas.

4.3. Os riscos ordinários da execução, compatíveis com a natureza dos serviços, condições locais verificáveis em vistoria ou declaradas pela licitante, documentos técnicos e BDI, não ensejarão reequilíbrio, indenização, compensação ou prorrogação, salvo previsão expressa.

4.4. Evento de risco atribuído à Administração poderá ensejar prorrogação, alteração contratual ou recomposição, desde que comprovados ocorrência, nexos causal, impossibilidade de mitigação, impacto efetivo e memória de cálculo.

4.5. A parte que identificar evento de risco deverá comunicá-lo formalmente em até 2 dias úteis, ou imediatamente em caso de paralisação, emergência ou imprevisto impeditivo.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação de empresas para a prestação do serviço objeto desta contratação, conforme Termo de Referência.

5.2. A execução por terceiros em desacordo com esta cláusula caracterizará descumprimento contratual, sem prejuízo de glosas, sanções, extinção contratual e demais medidas cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O valor total será aquele resultante da proposta vencedora, após aplicação do desconto ofertado sobre o orçamento de referência.

6.2. O valor máximo aceitável é de R\$ 116.957,00, conforme Termo de Referência nº 1192886/2026, planilha orçamentária e disponibilidade financeira constante dos autos.

6.3. No valor contratual estão incluídas todas as despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, inclusive materiais, equipamentos, mão de obra, mobilização, transporte, seguros, tributos, encargos, BDI, descarte de resíduos, segurança do trabalho, testes, comissionamento, laudos, licenças e demais custos.

6.4. As despesas correrão à rubrica 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras em Andamentos, conforme disponibilidade financeira nº 1183312/2026, ou outra que venha a substituí-la por adequação contábil formalmente registrada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado conforme condições, etapas, marcos, medições e documentos previstos no Termo de Referência e neste Contrato, mediante nota fiscal, relatório de execução, Diário de Obras atualizado, documentação exigível e atesto.

7.2. Para início das atividades, poderá ser realizado pagamento antecipado de entrada de 15% sobre o valor previsto no orçamento da Administração para “Serviços preliminares e administração” e “Equipamento de Proteção Coletiva”.

7.3. Também poderá ser realizado pagamento antecipado de entrada de 10% do valor previsto em cada fase, antes de seu início, para custos iniciais de materiais, mobilização da equipe e despesas administrativas.

7.4. Para cálculo dos adiantamentos será utilizado o preço final da licitação, aplicado o desconto concedido.

7.5. Os pagamentos remanescentes dependerão da entrega completa da etapa, aprovação técnica, relatórios/medições, nota fiscal válida, Diário de Obras e atesto.

7.6. O CONTRATANTE poderá realizar glosas, retenções ou suspensão de pagamento em caso de execução insuficiente, qualidade inferior, material inadequado, ausência de recursos exigidos, relatório incompleto, pendência documental ou desconformidade técnica imputável à CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis no prazo de um ano, contado da data-base do orçamento estimado, considerando a tabela SINAPI de março de 2026.

8.2. Pedidos de reequilíbrio deverão ser instruídos com demonstração do fato superveniente, nexos causal, impacto financeiro, memória de cálculo, documentos comprobatórios e indicação do evento de risco correspondente.

8.3. Não serão admitidos pedidos de reequilíbrio fundados em riscos ordinários atribuídos à

CONTRATADA, como erro de planejamento, subdimensionamento, improdutividade, falha logística, atraso de fornecedores, desperdício ou refazimento de serviços.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL E DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

9.1. Será exigida garantia contratual correspondente a 5% do valor da contratação, com validade durante a execução e por 90 dias após o término da vigência, nas modalidades previstas nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Será exigida garantia adicional da CONTRATADA cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

9.3. A garantia assegurará prejuízos decorrentes do inadimplemento, multas, obrigações trabalhistas e previdenciárias, reparação de danos e demais hipóteses previstas no TR e neste Contrato.

9.4. A garantia contratual não afasta a responsabilidade por defeitos aparentes, vícios ocultos, solidez, segurança, funcionamento do sistema preventivo, laudos, testes e demais obrigações legais e técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do CONTRATANTE: exigir cumprimento das obrigações; disponibilizar informações; permitir acesso ao local; acompanhar e fiscalizar a execução; receber provisória e definitivamente o objeto; efetuar pagamentos devidos; notificar vícios e irregularidades; decidir requerimentos; aplicar sanções cabíveis.

10.2. O CONTRATANTE não responderá por compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, nem por danos causados por ato da CONTRATADA, seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. São obrigações da CONTRATADA:

I - executar integralmente o objeto conforme edital, contrato, Termo de Referência, projeto, memorial, planilha, cronograma e normas técnicas;

II - apresentar ART de execução antes do início dos serviços;

III - fornecer todos os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs, EPCs e insumos necessários;

IV - manter preposto responsável pela interlocução com o CONTRATANTE;

V - observar as normas de segurança do trabalho, ambientais, urbanísticas e técnicas aplicáveis;

VI - reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, serviços que apresentem vícios, defeitos ou incorreções;

VII - manter o local limpo, organizado e seguro;

VIII - descartar corretamente resíduos e entulhos;

IX - responder por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros;

X - apresentar relatórios de execução, registros fotográficos e demais documentos exigidos;

XI - manter as condições de habilitação;

XII - obter ou solicitar os documentos ordinários, licenças e certidões de habilitação, na forma do Termo de Referência.

XIII - Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

- b)** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- c)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- e)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

XIV - Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

XV - Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

XVI - Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

XVII - Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

XVIII - Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

XIX - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XX - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XXI - Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

XXII - Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

XXIII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

XXIV - Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

XXV - Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

XXVI - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

XXVII - Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

XXVIII - Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

XXIX - Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

XXX - Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à

execução do objeto, durante a vigência do contrato;

XXXI - Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

XXXII - Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.2. A CONTRATADA deverá executar os serviços sem interferir indevidamente nas atividades ordinárias do CRF-PR, adotando planejamento de acesso, isolamento, sinalização e segurança compatível com a continuidade das atividades administrativas da Autarquia.

11.3. A CONTRATADA não poderá alterar soluções técnicas, substituir materiais, modificar quantitativos ou executar serviços fora do escopo sem autorização formal da fiscalização e, quando necessário, da autoridade competente, sob pena de não reconhecimento dos custos e aplicação das medidas cabíveis.

11.4. A CONTRATADA deverá observar normas da ABNT, exigências do Corpo de Bombeiros, normas de segurança contra incêndio e pânico, orientações da fiscalização e demais regras legais aplicáveis à execução do PTPID.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal após entrega do relatório de execução, quando verificado o cumprimento das exigências técnicas e administrativas.

12.2. O recebimento provisório ocorrerá com a aprovação do relatório de execução pelo gestor; a nota fiscal deverá ser emitida após essa aprovação.

12.3. O recebimento definitivo ocorrerá no ato do ateste da nota fiscal pelo gestor, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA por vícios ocultos, defeitos de execução, garantia, segurança e funcionalidade do sistema.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que praticar condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, edital, TR e contrato, especialmente inexecução, atraso injustificado, documentação falsa, fraude, comportamento inidôneo, ato lesivo ou descumprimento contratual.

13.2. Poderão ser aplicadas, garantidos contraditório e ampla defesa, advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, na forma legal.

13.3. Multas, glosas, retenções e indenizações poderão ser descontadas de pagamentos, da garantia ou cobradas administrativa ou judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses da Lei nº 14.133/2021, edital e contrato, especialmente por descumprimento, inexecução, atraso injustificado, paralisação indevida, perda das condições de habilitação, atos ilícitos ou interesse público.

14.2. A extinção observará contraditório e ampla defesa quando imputada à CONTRATADA, sem prejuízo de sanções, perdas e danos, execução de garantias e medidas para continuidade do interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Alterações contratuais observarão a Lei nº 14.133/2021, edital, TR, contrato e matriz de riscos.

15.2. Serviços não previstos, acréscimos, supressões, alterações de projeto ou substituição de materiais dependem de autorização formal prévia do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos próprios do CONTRATANTE, conforme dotação indicada no processo administrativo – DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 1183312/2026, no elemento de despesa 6.2.2.1.1.02.01.01.001 - Obras em Andamento, ou outro que venha a substituí-lo por adequação contábil formalmente registrada nos autos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. As partes comprometem-se a observar a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, quando houver tratamento de dados pessoais no âmbito da execução contratual, limitando-se tal tratamento às finalidades necessárias ao cumprimento do contrato, de obrigações legais e ao exercício regular de direitos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. O CONTRATANTE providenciará a divulgação deste instrumento na forma da Lei nº 14.133/2021, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, quando aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

19.1. O CONTRATADO tem pleno conhecimento dos elementos constantes deste contrato, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares do serviço a ser executado, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.

19.2. Aplica-se ao presente contrato todas as disposições do Termo de Referência e demais documentos que instruiu o procedimento administrativo SEI – CRFPR 25.5.000007279-5, ainda que não totalmente reproduzidas neste contrato.

19.3. Os signatários do presente termo autorizam a divulgação dos dados nele contidos nos meios de publicação atinentes, inclusive aqueles eventualmente classificados como pessoais ou de identificação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de Curitiba/PR, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, ressalvadas as competências legais específicas.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR
CONTRATANTE

[●]
CONTRATADA

ANEXO I - MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS
EXECUÇÃO DO PTPID DA SEDE DO CRF-PR - TR Nº 1192886/2026

Esta Matriz de Alocação de Riscos integra o contrato de prestação de serviços de engenharia para execução do PTPID da Sede do CRF-PR, devendo ser interpretada em conjunto com o Edital, o Termo de Referência nº 1192886/2026, o Projeto Executivo, os memoriais, a planilha orçamentária, o cronograma, a proposta e o contrato.

Os riscos ordinários da execução, inclusive aqueles contemplados na proposta, na planilha, no BDI e no desconto ofertado, serão suportados pela Contratada, não gerando direito automático a reequilíbrio, indenização, compensação ou prorrogação de prazo.

Os riscos atribuídos à Administração somente gerarão consequências contratuais quando comprovados o fato, o nexa causal e o impacto efetivo sobre prazo, custo, qualidade, escopo ou continuidade da execução.

Nº	Evento de risco	Alocação	Consequência contratual
1	Erro de execução ou serviço em desconformidade com projeto, memorial, TR ou normas técnicas	Contratada	Correção/refazimento às expensas da Contratada.
2	Falha no Sistema Hidráulico Preventivo, hidrantes, tubulações, conexões, bombas, barrilete ou quadro de comando	Contratada	Correção integral, repetição de testes e eventual sanção.
3	Falha no alarme contra incêndio, central, acionadores, sirenes, cabeamento ou dispositivos correlatos	Contratada	Correção técnica, repetição de testes e glosa até saneamento.
4	Falha na rota de fuga, saída de emergência, porta corta-fogo, barra antipânico, sinalização ou iluminação	Contratada	Adequação às normas e ao projeto, sem acréscimo.
5	Materiais/equipamentos incompatíveis, de baixa qualidade ou não aprovados	Contratada	Substituição e correção dos serviços impactados.
6	Mau uso, desperdício, perda ou emprego inadequado de materiais	Contratada	Sem pagamento adicional; possível glosa.
7	Falta de materiais, ferramentas, equipe, EPIs, EPCs ou equipamentos	Contratada	Sem reequilíbrio; paralisação imputável.
8	Ausência, atraso ou inconsistência na ART/RRT ou documentação técnica	Contratada	Impedimento de execução e sanções.
9	Não manutenção ou preenchimento inadequado do Diário de Obras	Contratada	Suspensão de atesto e retenção/glosa.
10	Atraso na mobilização de equipe, materiais ou fornecedores	Contratada	Sem prorrogação automática; apuração.
11	Descumprimento dos prazos das fases sem justificativa aceita	Contratada	Registro, glosa, multa ou sanção.
12	Condições visíveis do local ou logística verificáveis em vistoria/declaradas	Contratada	Sem reequilíbrio.
13	Não realização de vistoria, substituída por declaração de conhecimento	Contratada	Vedada alegação de desconhecimento.
14	Restrição de acesso de caminhões de grande porte na rua da sede	Contratada	Risco logístico da Contratada.

Nº	Evento de risco	Alocação	Consequência contratual
15	Danos ao patrimônio do CRF-PR, terceiros ou empregados causados pela Contratada	Contratada	Reparação integral e execução de garantia.
16	Descumprimento ambiental, descarte irregular ou falha na limpeza	Contratada	Correção, reparação e sanção.
17	Relatórios, medições, fotos, laudos ou documentos incompletos ou atrasados	Contratada	Postergação de pagamento sem mora.
18	Execução sem Ordem de Execução ou autorização formal	Contratada	Ausência de direito ao pagamento.
19	Alteração de solução técnica sem autorização	Contratada	Sem pagamento adicional; refazimento.
20	Subcontratação indevida	Contratada	Inexecução, glosa e sanções.
21	Chuva pontual ou sazonalidade ordinária de Curitiba	Contratada	Sem reequilíbrio; reprogramação só se registrada e aceita.
22	Evento climático extraordinário e impeditivo	Compartilhado	Possível reprogramação; custos apenas comprovados.
23	Interferência física oculta e imprevisível	Compartilhado/Administração	Possível ajuste, mediante análise técnica e jurídica.
24	Material ou serviço imprevisível não contemplado na planilha	Compartilhado/Administração	Possível reequilíbrio com justificativa e orçamento validado.
25	Material ordinário omitido ou subdimensionado na proposta	Contratada	Sem reequilíbrio.
26	Alteração de escopo, quantitativo, solução técnica ou projeto pela Administração	Administração	Possível termo aditivo e ajuste de prazo/valor.
27	Paralisação ou suspensão determinada pela Administração sem culpa da Contratada	Administração	Prorrogação e análise de impactos.
28	Indisponibilidade de frente de serviço por fato imputável ao CRF-PR	Administração	Possível reprogramação.
29	Atraso administrativo na aprovação de relatório, medição ou decisão	Administração	Consequências contratuais cabíveis.
30	Atraso de pagamento após medição aprovada e nota fiscal regular	Administração	Consequências legais cabíveis.
31	Omissão da Contratada em comunicar vencimento ou pendência documental	Contratada	Responsabilidade pelos atrasos.
32	Solicitação ordinária de licenças, certidões, laudos, testes ou documentos atribuídos à Contratada	Contratada	Obrigação sem ônus adicional.
33	Falha de comunicação do preposto ou ausência em reuniões	Contratada	Registro de irregularidade.
34	Comunicação direta indevida gerando subordinação	Contratada	Correção do fluxo e advertência.
35	Pagamento antecipado previsto no TR	Administração	Realização conforme TR, contrato, garantias e preço final.
36	Glosa/retenção por execução inadequada, relatório insuficiente ou pendência	Contratada	Sem mora da Administração.
37	Irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária	Contratada	Notificação, retenções, rescisão ou sanção.

Nº	Evento de risco	Alocação	Consequência contratual
38	Defeito aparente em serviço executado	Contratada	Correção no prazo de garantia.
39	Defeito que comprometa funcionamento, segurança, aprovação ou AVCB	Contratada	Responsabilidade legal, indenização e garantia.
40	Fiscalização pelo CRF-PR	Administração	Não reduz responsabilidade da Contratada.
41	Caso fortuito ou força maior comprovado e impeditivo	Compartilhado	Análise caso a caso; suspensão, prorrogação, revisão ou extinção.

2. Procedimento para comunicação de eventos de risco

A Contratada deverá comunicar formalmente ao fiscal e/ou gestor qualquer evento que possa impactar prazo, custo, qualidade, segurança, escopo ou continuidade da execução.

A comunicação deverá ser imediata em casos de paralisação, emergência, acidente, impossibilidade de execução, vencimento de documento essencial, interferência relevante, dano ao patrimônio ou necessidade de material/serviço imprevisível.

A comunicação deverá conter descrição objetiva, data, duração estimada, etapa afetada, providências de mitigação, documentos comprobatórios e indicação do impacto.

A ausência de comunicação tempestiva poderá afastar ou limitar direito à prorrogação, reequilíbrio, indenização ou compensação.

3. Reequilíbrio econômico-financeiro

O reequilíbrio somente será admitido nas hipóteses legalmente cabíveis e quando o evento não estiver alocado como risco ordinário da Contratada.

Para materiais ou serviços imprevisíveis não contemplados no levantamento inicial, a Contratada deverá apresentar justificativa técnica, demonstração de ausência na planilha, orçamento baseado na Tabela SINAPI ou referência validada, memória de cálculo, impacto no cronograma e documentos solicitados.

O pedido será submetido à análise técnica e jurídica, não havendo direito ao pagamento adicional antes da aprovação formal pela Administração.

Não será admitido reequilíbrio por erro de proposta, mau dimensionamento, desperdício, negligência, atraso de fornecedor, logística inadequada, falta de equipamentos, baixa produtividade ou custos ordinários já contemplados na proposta e no BDI.

4. Disposições finais da matriz

Esta matriz prevalecerá para fins de interpretação das responsabilidades contratuais, sem afastar o TR, projeto executivo, memoriais, cronograma, planilha, edital, proposta e Lei nº 14.133/2021.

Em caso de divergência, deverá prevalecer a interpretação que melhor preserve o escopo licitado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, a segurança da execução, a responsabilidade técnica da Contratada, a conformidade perante o Corpo de Bombeiros e o interesse público.

Os casos omissos serão avaliados pela Administração mediante motivação técnica e jurídica, observadas a boa-fé objetiva, razoabilidade, proporcionalidade e matriz pactuada.

Curitiba/PR, ____ de _____ de 2026.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DO PARANÁ - CRF-PR
CONTRATANTE

[●]
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 13/05/2026, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1199819** e o código CRC **E5E8CD22**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

ANEXO 03 - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná – CRF-PR

Pregão Eletrônico nº [90002/2026]

1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

- **Razão Social:** [Preencher]
- **CNPJ:** [Preencher]
- **Endereço:** [Preencher]
- **Representante Legal (Nome/CPF):** [Preencher]
- **E-mail e Telefone:** [Preencher]

2. PROPOSTA FINANCEIRA (CRITÉRIO: MAIOR DESCONTO)

A proponente declara que submete-se a todas as cláusulas do Edital e propõe a execução do objeto (**Ampliação de Estacionamento**) conforme os valores abaixo:

Item	Descrição do Objeto	Valor Estimado (R\$)	Percentual de Desconto Ofertado (%)	Valor Global Final (R\$)
1	Execução de Projeto Técnico de Prevenção a Incêndio e Desastres – PTPID	R\$ 116.957,00	_____ %	R\$ _____

Nota: O desconto ofertado é linear e incidirá sobre todos os itens da planilha orçamentária constante no Termo de Referência.

3. COMPOSIÇÃO DO BDI (BENEFÍCIOS E DESPESAS INDIRETAS)

Conforme exigência do Edital, detalhamos abaixo a composição do BDI adotada nesta proposta:

Sigla	Componente do BDI	Percentual (%)
AC	Administração Central	%
S+G	Seguros e Garantias	%
R	Riscos e Imprevistos	%
DF	Despesas Financeiras	%
L	Lucro Bruto	%
I	Tributos (PIS, COFINS, ISS) PIS COFINS ISS CPRB	%
BDI	PERCENTUAL TOTAL DE BDI CALCULADO	_____ %

Obs: Para o cálculo dos tributos, a licitante deve considerar sua natureza jurídica e o regime de desoneração da folha de pagamento, se aplicável.

4. PRAZOS E VALIDADE

- **Validade da Proposta:** [Mínimo de 60] dias.
- **Prazo de Execução:** Conforme Cronograma Físico-Financeiro do Edital.
- **Garantia da Obra:** Mínimo de 05 (cinco) anos, conforme Código Civil.

5. DECLARAÇÕES OBRIGATÓRIAS

1. Declaramos que nos preços propostos estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários.
2. Declaramos que temos pleno conhecimento do local das obras e das condições para sua execução.
3. Declaramos que a proposta está em total conformidade com a Lei nº 14.133/2021.
4. [Demais declarações que se façam necessárias]

[Cidade - UF], [Dia] de [Mês] de 202X.

[Assinatura do Representante Legal]

[Nome e CPF]

**A Planilha de Orçamento readequada DEVE ser entregue junto a esta proposta para avaliação do pregoeiro. Isso significa que se deve aplicar o desconto ofertado em cada item unitário da planilha original para que o contrato final tenha os preços exatos que serão medidos e confrontados com os preços efetivamente executados para fins de publicação após a execução contratual.*



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 13/05/2026, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1199901** e o código CRC **84ABD708**.



CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO PARANÁ
Rua Pres. Rodrigo Otávio - 1296 - Bairro Hugo Lange - CEP 80040-452 - Curitiba - PR - <https://www.crf-pr.org.br/>

ANEXO

ANEXO 04 - PLANILHA DE ORÇAMENTO

A planilha de orçamento, por seu conteúdo extenso e sua configuração, será disponibilizada no site institucional, apenas. O Sei! não comporta o arquivo por seu formato e tamanho. [ACESSE AQUI](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Greca de Souza, Assessora Técnica de Licitações**, em 13/05/2026, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida clicando [aqui](#) informando o código verificador **1199929** e o código CRC **512426FB**.